

# RESISTÊNCIA E FÉ

NARRATIVAS DE UM QUILOMBOLA

EDNALDO PADILHA, “CABEÇA”





© PNCSA, 2016

**Organizador:**

Dorival dos Santos

**Projeto Gráfico e diagramação**

Grace Stefany Coelho

**Editores**

Alfredo Wagner Berno de  
Almeida  
UEA, pesquisador CNPq  
Cynthia Carvalho Martins  
UEMA

**Fotografias**

Dorival dos Santos  
Grace Stefany Coelho  
Sheilla B. Dourado  
Davi Pereira Jr.  
Hillary K'odiény Ogina

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. PNCSA-PPG-CSPA-UEMA/SEPPPIR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

---

Ficha Catalográfica

---

E24r Padilha, Ednaldo

Resistência e fé: o "Cabeça", narrativas de um quilombola/ Ednaldo  
Padilha; Dorival dos Santos, org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. –  
2.ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

90 p. – (Coleção Narrativas Quilombolas; n.3).

ISBN 978-85-99274-41-5

1. Identidade. 2. Quilombola. 3. Territorialidade. I. Santos, Dorival dos,  
org. II. Almeida, Alfredo Wagner Berno, ed. III. Título. IV. Série.

CDU 342.726

---

UEA - Edifício Professor  
Samuel Benchimol  
Rua Leonardo Malcher, 1728  
Centro  
Cep.: 69.010-170  
Manaus, AM

E-mails:  
pncaa.uea@gmail.com  
pnca.ufam@yahoo.com.br  
www.novacartografiasocial.  
com  
Fone: (92) 3878-4412  
(92) 3232-8423

UEMA- Endereço: Largo  
Cidade Universitária Paulo  
VI, 3801 - Tirirical, São  
Luís - MA, 65055-000  
Telefone:(98) 3244-0915







Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no  
Brasil. PNCSA-PPGCSPA-UEMA/SEPPIR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas do  
Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

#### CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti - Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acelrad - IPPUR-UFRJ, Brasil

Charles Hale - University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin - NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Aurélio Viana - Fundação Ford, Brasil

Sérgio Costa - LAI FU - Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida - CESTU/UEA, Brasil



# SUMÁRIO

Apresentação Coleção 7  
*Alfredo Wagner Berno de Almeida*

Apresentação 13  
*Dorival dos Santos*

Prefácio 17

## PARTE I – NARRATIVAS DOS ENGENHOS

**1. Memória de Kadoz e Tramaúba: os Quilombos de Mangueira e Camaputua 23**

Memória de Kadoz e Tramaúba 23

A saída dos Viveiros: “Para produzir não precisa ser escravo” 24

Narrativas sobre Fungango 25

O quilombola que voava do Engenho Oiteiro ao Engenho Flores 26

Então querem quebrar a força dessa leiguidade? 26

**2. As Êras e Encanturias: territorialidades específicas no quilombo Camaputua 28**

Êra de Roncador 28

Êra do Agudui 29

Êra de Dom Sebastião 30

Êra do Fite 30

Êra de Caboclos 31

Êra de Emanjá 31

Êra do Velho Baiano 32

Êra de Dom Luis Rei de França 33

Êra do Macaco 34

**3. Cabeça: Um Encantado Real dos Quilombos 34**

**Cabeça e os Encantados**

A família 36

O avô e a avó de Cabeça 36

Mãe Pruquera 42

Um Deus do mar, um Deus da mata 46

**PARTE II NARRATIVAS DE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS 49**

**1. Instâncias de Participação Política e Resistência 49**

CEB's - Conselho Eclesial de Base 49

CCN - Centro de Cultura Negra 49

MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu 50

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros 50

AMOQRUICA - Associação de Moradores do Quilombo Rural ilha de Camaputua 50

CÁRITAS 3 51

Capoeira 54

Movimento Negro 55



Religiosidade de matriz africana	56
Terreiro de Pai Jair	63
Participação na Igreja Católica	65
A experiência na Secretaria de Igualdade Racial (SEIR)	67
Inserção na política partidária	70
Mobilização política	72
A Ilha de Camaputua	76
As prisões e perseguições	78
A recusa do sobrenome Viveiros e a adoção do sobrenome Santos	81
<b>2. DEVASTAÇÕES E CONFLITOS: Quem preserva é que é o verdadeiro dono</b>	<b>83</b>
Retirada madeira ilegal	83
Devastação e pecuária	84
Devastação das juçareiras e babaçuais	84
A devastação e a presença de búfalos nos campos naturais	85
As cercas	87
As Dificuldades dos Pescadores	89
Preservação: quem preserva é o verdadeiro dono	89
<b>3. Conflitos</b>	<b>91</b>
Ilha do Valter	92
Conflito de Terra em Camaputua	93
Sobre os conflitos	98
Direitos dos povos e comunidades	101
Outras Comunidades Ameaçadas	101
Ameaças	102
Acampamento Nego Flaviano	102
Greve de Fome	105
A Morte do Irmão	108
<b>4 Depoimentos de Cabeça</b>	
Depoimento de Cabeça no SEMINÁRIO: Territorialidades ameaçadas e conflitos no Maranhão (CCN-GESEA) , 30 de setembro de 2011	109
Cabeça no encontro das comunidades quilombolas em Penalva - 2012	109
<b>5. Posfácio</b>	<b>113</b>
<i>Cynthia Carvalho Martins</i>	





## APRESENTAÇÃO DAS COLEÇÕES: “NARRATIVAS QUILOMBOLAS” E “LUTA E RESISTENCIA QUILOMBOLAS”

*Alfredo Wagner Berno de Almeida<sup>1</sup>*

As narrativas quilombolas, ora apresentadas, compreendem um esforço classificatório de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e pesquisadores convidados no sentido de compor uma coleção de livros em que membros de diferentes unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situações de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias. Consistem em relatos, obtidos através de entrevistas realizadas com membros de comunidades quilombolas, que detêm critérios de competência e saber para descrever a trajetória daquela unidade social. Os trabalhos de mais de uma década dos pesquisadores do PNCSA em comunidades quilombolas facultaram condições de confiabilidade mútua para narrativas mais detidas e aprofundadas. Os pesquisadores lançaram mão de técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas e os laços de solidariedade que fundamentam identidades coletivas, mas também a própria noção de política.

Os livros que compõem esta coleção se inscrevem, assim, num gênero literário peculiar, concernente às denominadas narrativas quilombolas, que privilegia o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados, expressando condições de eficácia de um discurso ritual, que tanto propicia meios para uma leitura crítica dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele referidas. Tal gênero se distribui por pelo menos duas principais variantes, que buscaremos expor a seguir, objetivando esclarecer as fontes de autoridade

<sup>1</sup> Antropólogo. Professor visitante da UEA e pesquisador CNPq





da memória quilombola e suas transformações no tempo.

i) A mais conhecida destas variantes tornou-se consagrada com o trabalho de Barnet, **Biografia de un cimarrón**, publicado em 1966, em Cuba, pelo Instituto de Etnologia y Folclore. Barnet narra suas entrevistas com Esteban Montejo, 104 anos, escravo fugido nas montanhas da província de Las Villas. Esta vertente conheceu diferentes expressões, inclusive no Maranhão, no Pará e na Bahia, regiões de referencia de muitas outras narrativas. As abolições tardias em Cuba e no Brasil permitiram a obtenção de um tipo de informação sobre os quilombos praticamente impossível em outros países. Refiro-me aos trabalhos de pesquisa que focalizam autobiografias de quilombolas ou narrativas por eles próprios encetadas, independentemente dos interrogatórios de prisioneiros, no âmbito de inquéritos policiais ou de ações militares e repressivas destinadas a aprisionar quilombolas e a destruir os quilombos respectivos. Os quilombolas entrevistados, consoante este gênero biográfico, relatam como fugiram das grandes plantações e/ou dos engenhos, as perseguições de que foram vítimas e como era a vida cotidiana no quilombo em que se refugiaram.

ii) A outra variante concerne a agentes sociais que hoje se autodefinem quilombolas, sem qualquer referencia a “escravos fugidos”, cujas famílias resistiram e se mantiveram dentro dos domínios pretendidos pelas grandes plantações, e que narram, no tempo presente, a construção social de sua identidade coletiva, dialogando criticamente com a documentação histórica e com as classificações da sociedade colonial. Esta noção de quilombo contradita os códigos e dispositivos com fundamentos colonialistas, propiciando o advento de novos significados. Até a segunda metade do século XX os juristas que se dispunham a dissertar sobre os quilombos, vinculavam sua definição à própria questão doutrinária, isto é, ficavam amarrados, congelados, seja nos limites dos marcos conceituais das ordenaçõesmanuelinas e filipinas, seja naqueles da consulta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740. Esta referida consulta produziu uma definição explícita, que se cristalizou no pensamento jurídico, considerando como quilombo ou mocambo:

“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Pode-se afirmar, em decorrência, que atravessamos o período colonial





com uma definição que perpassou igualmente o período imperial, com deslocamentos só de intensidade, e que chegou à situação republicana exatamente da mesma forma, da qual hoje nós acabamos também fazendo uso. A ênfase, consolidada inclusive nos dicionários, é sempre dirigida ao quilombola ou calhambola considerado como “escravo fugido” e localizado em regiões remotas e distantes das grandes plantações de cana de açúcar, café ou algodão. Os “fugitivos” e “distantes”, reeditam idealmente o isolamento, como se o quilombo ocorresse sempre fora dos limites das fazendas e consistisse numa “ilha remota” feita território mítico. Ora, segundo a ruptura aqui sublinhada houve escravo que não fugiu e que permaneceu autônomo dentro dos limites da grande propriedade monocultora e com atribuições diversas: houve aquele que sonhou em fugir e não conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi recapturado e houve esse que não pode fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel consistia em ficar. Todos eles, entretanto, se reportavam direta ou indiretamente aos quilombos, rompendo com o sentido estrito, dicionarizado, e abrangendo uma diversidade de situações sociais, inclusive aquelas relativas à compra de terras por parte de famílias de escravos alforriados ou a doações de terras recebidas de ordens religiosas e de sesmeiros.

É nesta segunda vertente que se pode classificar as narrativas ora contidas nos livros que compõem a coleção “Narrativas Quilombolas” de Ednaldo Padilha, “Cabeça”, de Camaputiua; de Dona Nice Machado Aires, da Enseada da Mata; do Sr. Leonardo dos Anjos, de Brito; de Dona Maria Amélia, do Rio Andirá, Barreirinhas; do Sr. Aniceto Araujo Pereira, de Oitiua; do Sr. Samuel Araujo, de Baixa Grande; do Sr. Teodoro Lalor de Lima, da Ilha de Marajó, e de Dorinete Serejo, de Canelatiua. cujas reivindicações de direitos territoriais quilombolas passam pelas ruínas das casas-grandes e de engenhos e pelas lutas das famílias que não fugiram e resistiram dentro dos limites destas fazendas, plantando suas roças, comercializando autonomamente sua produção e sobrevivendo à derrocada dos “senhores de escravos”. Os símbolos de apropriação foram historicamente deslocados. O sentimento de liberdade e as práticas econômicas livres para decidir onde, o que e como plantar, dentro dos próprios limites das grandes plantações, evidenciam uma situação de aquilombamento dos antigos engenhos. Em outras palavras os quilombos não se localizam necessariamente fora dos limites de sesmarias, de fazendas e de engenhos, localizando-se nas próprias terras pretendidas pelos “senhores





de engenhos”. Este deslocamento recoloca o sentido das narrativas quilombolas agora apresentadas, segundo um acordo tácito, a memória quilombola não se dissocia da memória dos engenhos e das fazendas. O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas legitima o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, inclusive dos campos, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre seu destino. A posse efetiva das terras pelos remanescentes de quilombos, torna-as um marco distintivo da autonomia de seus povoados, porque representa a evidencia de que os antigos engenhos e fazendas não tem mais condições de possibilidades de efetivamente existirem, ao mesmo tempo que comprova a eficácia na gestão dos recursos dos quilombolas que aí decidiram ficar. A forma esquelética do que foram as edificações elementares das fazendas, publicamente exposta e constatável por uma arqueologia de superfície, sem qualquer necessidade de escavação, concorre para atestar isso. Lado a lado com a vida cotidiana das comunidades, essas ossaturas dos engenhos e fazendas certificam o longo tempo de existência delas. A datação das ruínas dos engenhos e dos sobrados aqui equivale ao reconhecimento da “idade” das comunidades remanescentes de quilombos e consiste no correspondente ideal de sua certidão de nascimento. Nas próprias narrativas de Dona Nice, de “Cabeça” e do Sr. Samuel a identidade quilombola se afirma nesse processo de negação de seu antagonista histórico e as ruínas tornam-se auto-explicativas em face dos engenhos que não mais existem nos municípios de Alcântara, Viana, Cajari e Penalva . O aquilombamento das ruínas significa, nesse sentido, uma ruptura radical com a ideologia da tutela e com a conhecida oposição, senso comum erudito nos textos históricos, entre “casa grande X senzala”, ressaltando um processo de autonomia produtiva. Com a desagregação das fazendas as unidades familiares submetidas à escravidão ocuparam efetivamente as terras das grandes plantações e de maneira concomitante se apropriaram dos nomes da aristocracia agrária. Por exemplo, o engenho Gerijó, pertencia à família de Carlos Ribeiro, Barão de Grajaú. Presidente de Província e chefe do Partido





Liberal, no Maranhão, enquanto os engenhos Kadoz e Tramaúba pertenciam à família Viveiros, sendo o expoente desta família, o Barão de São Bento, dirigente do partido conservador na Província do Maranhão, um de seus filhos teria engravidado a escrava Pruquera e esta com o filho passa a adotar o nome Viveiros, assim como os demais escravos destes engenhos o adotavam. Havia uma norma da legislação colonial que não permitia aos “livres” contrair matrimônio com escravos, assim também não se cometia adultério com eles. Entretanto, o parentesco resultante do fruto desses intercursos sexuais torna-se uma expectativa de direito nas narrativas de entrevistados. A partir daí, apropriam-se do nome dos senhores, bem como de suas terras, que não foram vendidas porquanto era uma pré-condição para os políticos possuírem terras, mesmo que já não tivessem sobre elas o controle absoluto. A derrocada econômica fragilizou os mecanismos repressivos da força de trabalho e os escravos emergiram como unidades de trabalho familiar, um “protocampesinato escravo” como diria Sidney Mintz, convergindo para uma autonomia completa. Completando este processo emancipatório, na primeira geração pós-abolição, em Cajari, retiraram o nome do senhor de escravos de seus próprios nomes, substituíram o nome “Viveiros” por “Santos”, enquanto que em Alcântara mantiveram os nomes dos antigos senhores sem qualquer alteração, em ambas as situações com o controle efetivo das terras.

Os territórios quilombolas, não obstante reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, até hoje não foram titulados e permanecem intrusados por cercas eletrificadas e por rebanhos bovinos e bubalinos, que devastam os campos naturais da Baixada ou que destroem plantios de mandioca, e pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas. O assassinato de Genialdo dos Santos, irmão de “Cabeça”, em julho de 2012, em Cajari, por “pistoleiros ligados a grileiros”; o assassinato seguido da decapitação de Martinho Souza Aires Filho, filho mais velho de Dona Nice, em outubro de 2014, em Penalva, e o assassinato do Sr. Teodoro Lalor de Lima, a facadas pelas costas, em agosto de 2013, em Belém, logo após desembarcar no porto e se dirigir ao Ministério Público Federal, agravaram os conflitos sociais na região de Camaputiua, em Penalva e na Ilha de Marajó, que permanecem sob clima de tensão permanente, denotando a tragicidade que envolve as narrativas ora apresentadas e os riscos que correm os que persistem defendendo a sua identidade quilombola.

Uma outra vertente desta segunda variante concerne a livros de autoria





de pesquisadores, seja historiadores, antropólogos, sociólogos ou bacharéis em direito, que focalizam as situações de conflito social que envolvem comunidades quilombolas. Trata-se de dois livros de autoria da historiadora Rosa Acevedo Marin e do antropólogo João Batista de Almeida Costa, concernentes a conflitos em Brejo dos Crioulos, Minas Gerais e Ilha do Marajó, Pará, que se apoiam em trabalhos de pesquisa contendo entrevistas com os próprios agentes sociais quilombolas. Esta coleção é denominada “Luta e resistência quilombolas”.

O convite à leitura dos seis títulos desta coleção passa, portanto, por estes componentes trágicos, que evidenciam a dubiedade dos atos de Estado, que procrastinam a titulação das terras quilombolas, expondo as comunidades à violência dos que visam usurpar suas terras e conspurcar seus direitos territoriais.





## APRESENTAÇÃO

*Dorival dos Santos<sup>1</sup>*

As narrativas que seguem são resultado de cinco anos de relação de pesquisa que pude estabelecer com o líder quilombola Ednaldo Padilha, que é conhecido no movimento quilombola e nos movimentos sociais como “Cabeça”.

Sobre essa identificação o próprio narrador em suas apresentações e pronunciamentos, inicia seus discursos com a frase “meu nome é Cabeça, meu apelido é Ednaldo Padilha”. Esta frase tem função simbólica, pois ele se afirma com o apelido que o tornou conhecido como uma das principais lideranças quilombolas do Maranhão,

A opção por utilizar o nome “Cabeça” tem relação com as conquistas, o respeito e a admiração que passou a adquirir como liderança a partir da década de 1990. Nesse período os conflitos se acirraram no quilombo Camaputiua, no Município de Cajari, localizado na Baixada Maranhense. Foi nesse período que Cabeça passou a ser alvo constante de ameaças, inclusive de morte.

Cabeça, como o chamarei neste texto, produz sua narrativa desde seu início, destacando sua atuação como liderança comunitária na Igreja Católica, passando por Grupo de Jovens, Cáritas, CPT, e CEB’s. Em seguida ingressou no movimento negro através da ACONERUQ, posteriormente participou da política partidária através da fundação do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores e assumiu cargo de gestão na prefeitura municipal de Cajari-MA

O informante, ao narrar a história do Território Camaputiua, revela-se uma liderança cuja fala ao mesmo tempo é individual e coletiva. Ele domina os relatos sobre a fundação do quilombo Mangueira, a origem das terras, as narrativas míticas e é um profundo conhecedor do ecossistema local.

---

<sup>1</sup> Mestrando/pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social, professor do IFMA-MA, estudante do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia.





Inicialmente a narrativa expressa sua ligação familiar com a ex-escrava Pruvera Viveiros, que fugiu do Engenho Tramaúba e fundou o primeiro quilombo do atual território Camaputiua denominado quilombo Mangueira, de onde posteriormente saiu sua neta Maria José para fundar o quilombo Camaputiua.

O narrador mantém uma árvore genealógica mental que é possível ser identificada em cada entrevista ou conversa informal que realizei durante os anos de pesquisa. Essas entrevistas revelam também que “Cabeça” encontrou em seus avós que o criaram após a morte de seu pai, uma fonte inicial que o levou ao conhecimento sobre seus antepassados e que mesmo após a morte de seus avós, ele buscou nas pessoas mais idosas da comunidade informações sobre a formação dos quilombos e a resistências dos ex-escravos.

O narrador apresenta sua ligação com a religiosidade de matriz africana, o respeito recíproco com os encantados e com o meio ambiente. Neste contexto apresenta uma divisão do espaço do quilombo em Êras, que significa território sob a responsabilidade de um encantado que cuida daquele espaço como forma de regular o uso do mesmo no sentido de manter em equilíbrio o ambiente natural. No corpo deste livro apresentamos as Êras em forma de croquis produzidos pelo narrador e outros integrantes da comunidade. Os ensinamentos sobre a proteção do ambiente natural são transmitidos para os jovens da comunidade sendo esse um dos trabalhos realizados pelo informante.

A resistência é apresentada por “Cabeça” em um universo de fé e estratégias políticas que ultrapassam os limites do território Camaputiua. “Cabeça” lutou no acampamento Nêgo Flaviano que teve como objetivo pressionar o Estado brasileiro para acelerar os processos de titulação dos territórios em conflito no Maranhão. Essa mobilização culminou com a greve de fome da qual “Cabeça” foi um dos líderes.

As narrativas revelam os conflitos que ocorrem no território Camaputiua desde a década de 1990, onde o narrador apresenta as diferentes formas de violências sofridas pelos moradores, como: prisões, agressões, ameaças, ações judiciais, queima de casa, inclusive violação de direitos como o direito de livre locomoção. “Cabeça” apresenta vários momentos conflituosos pelos quais passaram ou vem passando as comunidades do território quilombola de Camaputiua.





“Cabeça” exerce influência perante a comunidade e está articulado externamente com entidades de representações quilombolas como: Centro de Cultura Negra (CCN), Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ), Comunidade Eclesial de Base (CEB’s) e Sindicato dos Funcionários Públicos de Cajari/Penalva. Suas reivindicações, pelo reconhecimento do território estão asseguradas com base no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que diz: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo do Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A luta dos quilombolas do território Camaputiua narradas neste livro, concentra-se na titulação definitiva, que para “Cabeça” é a única solução possível para que a violência seja cessada nas comunidades. Os atos de violência estão presentes até hoje pois as comunidades quilombolas tem seus recursos naturais usurpados, principalmente a terra, através de cercas elétricas, que privatizam os campos naturais e ameaçam as famílias tornando-as prisioneiras de uma lógica de mercado que contrasta com seus modos de vida.





“Cabeça” em reunião do “Kenya Land Alliance”, 2015





## PREFÁCIO

### FONTES DE AUTORIDADE DA MEMÓRIA QUILOMBOLA

*Alfredo Wagner Berno de Almeida<sup>1</sup>*

As narrativas de Ednaldo Padilha, o “Cabeça”, ora apresentadas, compreendem um esforço classificatório de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) no sentido de compor uma coleção de livros em que membros de diferentes unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situações de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias. Consistem em relatos, obtidos através de entrevistas realizadas na residência do próprio entrevistado, por um pesquisador do PNCSA, Dorival dos Santos, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, que é nascido e criado neste mesmo território de Camaputiua, sendo, portanto, vizinho e amigo de “Cabeça”. Para além desta proximidade extrema, que faculta condições de confiabilidade mútua para uma narrativa mais detida, importa registrar que o pesquisador faz uso de técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas, mas também nos dão coragem de pensar o inimaginável.

Este trabalho se inscreve num gênero literário, concernente às denominadas narrativas quilombolas, que privilegia o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados, expressando condições de eficácia de um discurso ritual, que tanto propicia meios para uma leitura crítica dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele referidas. Tal gênero se distribui por pelo menos duas principais variantes, que buscaremos expor a seguir, objetivando esclarecer as fontes de autoridade da memória quilombola e suas transformações no tempo.

A mais conhecida destas variantes tornou-se consagrada com o trabalho de

---

<sup>1</sup> Antropólogo. Professor-visitante UEA. Pesquisador do CNPq





Barnet, **Biografia de un cimarrón**, publicado em 1966, em Cuba, pelo Instituto de Etnologia y Folclore<sup>2</sup>. Barnet narra suas entrevistas com Esteban Montejo, 104 anos, escravo fugido nas montanhas da província de Las Villas. Esta vertente conheceu diferentes expressões, inclusive no Maranhão, região de referência das narrativas aqui focalizadas, com as entrevistas de Viveiros<sup>3</sup> com Silvério, escravo que fugira do engenho Castelo e se abrigara no Quilombo São Sebastião, em Pinheiro (MA). As abolições tardias em Cuba e no Brasil permitiram a obtenção de um tipo de informação sobre os quilombos praticamente impossível em outros países. Refiro-me aos trabalhos de pesquisa que focalizam autobiografias de quilombolas ou narrativas por eles próprios encetadas, independentemente dos interrogatórios de prisioneiros, no âmbito de inquéritos policiais ou de ações militares e repressivas destinadas a aprisionar quilombolas e a destruir os quilombos respectivos. O artigo de Viveiros foi publicado 67 anos após a abolição no Brasil, enquanto o de Barnet veio a público 78 anos após a abolição em Cuba, tendo sido publicado primeiro como matéria de imprensa periódica, em 1963. Em ambos os casos, guardadas as proporções, entre um livro denso com mais de 60 edições por todo mundo, como o de Barnet, e uma breve crônica, como no caso de Viveiros, os quilombolas entrevistados relatam como fugiram das grandes plantações e/ou dos engenhos, as perseguições de que foram vítimas e como era a vida cotidiana no quilombo em que se refugiaram.

A outra variante concerne a agentes sociais que hoje se autodefinem quilombolas, sem qualquer referência a “escravos fugidos”, cujas famílias resistiram e se mantiveram dentro dos domínios pretendidos pelas grandes plantações, e que narram, no tempo presente, a construção social de sua identidade coletiva, dialogando criticamente com a documentação histórica e com as classificações da sociedade colonial. Esta noção de quilombo contradita os códigos e dispositivos com fundamentos colonialistas, propiciando o advento de novos significados. Até a segunda metade do século XX os juristas que se dispunham a dissertar sobre os quilombos, vinculavam sua definição à própria questão doutrinária, isto é, ficavam amarrados, congelados, seja nos limites dos marcos conceituais das ordenaçõesmanuelinas e filipinas, seja naqueles da consulta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740. Esta referida consulta produziu uma definição explícita, que se cristalizou no pensamento jurídico, considerando como quilombo ou mocambo:

2 Para consulta vide: Barnet, Miguel – **Biografia de un cimarrón**. La Habana. Instituto de Etnologia y Folclore. 1966

3 Leia-se Viveiros, Jerônimo de – “O Mocambo de Pinheiro”. Quadros da Vida Pinheirense in **Cidade de Pinheiro**, n.1.665. Pinheiro, 12 de junho de 1955.





“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoadá, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Pode-se afirmar, em decorrência, que atravessamos o período colonial com uma definição que perpassou igualmente o período imperial, com deslocamentos só de intensidade, e que chegou à situação republicana exatamente da mesma forma, da qual hoje nós acabamos também fazendo uso. A ênfase, consolidada inclusive nos dicionários, é sempre dirigida ao quilombola ou calhambola considerado como “escravo fugido” e localizado em regiões remotas e distantes das grandes plantações de cana de açúcar, café ou algodão. Os “fugitivos” e “distantes”, reeditam idealmente o isolamento, como se o quilombo ocorresse sempre fora dos limites das fazendas e consistisse numa “ilha remota” feita território mítico. Ora, segundo a ruptura aqui sublinhada houve escravo que não fugiu e que permaneceu autônomo dentro dos limites da grande propriedade monocultora e com atribuições diversas: houve aquele que sonhou em fugir e não conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi recapturado e houve esse que não pode fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel consistia em ficar. Todos eles, entretanto, se reportavam direta ou indiretamente aos quilombos, rompendo com o sentido estrito, dicionarizado, e abrangendo uma diversidade de situações sociais, inclusive aquelas relativas à compra de terras por parte de famílias de escravos alforriados ou a doações de terras recebidas de ordens religiosas e de sesmeiros.

É nesta segunda vertente que se pode classificar a narrativa de “Cabeça”, cuja reivindicação de direitos territoriais quilombolas passa pelas ruínas de engenhos como Kadoz e Tramaúba, e pelas lutas das famílias que não fugiram e resistiram dentro dos limites destes engenhos, plantando suas roças, comercializando autonomamente sua produção e sobrevivendo à sua derrocada. As quatro mangueiras plantadas pela escrava Pruquera, delimitando a sacralidade de seu terreiro de culto, constituem o marco que fundamenta o território quilombola de Camaputua. O sentimento de liberdade e as práticas econômicas livres para decidir onde, o que e como plantar, dentro dos próprios limites das grandes plantações, evidenciam uma situação de aquilombamento dos engenhos. Em outras palavras os quilombos não se localizam necessariamente fora dos limites de sesmarias, de fazendas e de engenhos, localizando-se nas próprias terras pretendidas pelos “senhores de engenhos”. Este deslocamento recoloca o sentido das narrativas quilombolas agora apresentadas, segundo um acordo tácito, a memória quilombola não se dissocia da memória dos engenhos. O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas legitima o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades





remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, inclusive dos campos, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre seu destino. A posse efetiva das ruínas dos casarões e sobrados, pelos remanescentes de quilombos, torna-as um marco distintivo da autonomia de seus povoados, porque representa a evidencia de que os engenhos não tem mais condições de possibilidades de efetivamente existirem, ao mesmo tempo que comprova a eficácia na gestão dos recursos dos quilombolas que aí decidiram ficar. A forma esquelética do que foram as edificações elementares das fazendas, publicamente exposta e constatável por uma arqueologia de superfície, sem qualquer necessidade de escavação, concorre para atesta isso. Lado a lado com a vida cotidiana das comunidades, essas ossaturas dos engenhos certificam o longo tempo de existência delas. A datação das ruínas dos engenhos aqui equivale ao reconhecimento da “idade” das comunidades remanescentes de quilombos e consiste no correspondente ideal de sua certidão de nascimento. Na própria narrativa de “Cabeça” a identidade quilombola se afirma nesse processo de negação de seu antagonista histórico e as ruínas tornam-se auto-explicativas em face dos engenhos que não mais existem no município de Cajari<sup>4</sup>. O aquilombamento das ruínas significa, nesse sentido, uma ruptura radical com a ideologia da tutela e com a conhecida oposição, senso comum erudito nos textos históricos, entre “casa grande X senzala”, ressaltando um processo de autonomia produtiva.

Com a desagregação dos engenhos as unidades familiares submetidas à escravidão ocuparam efetivamente as terras das grandes plantações e de maneira concomitante se apropriaram dos nomes da aristocracia agrária. Por exemplo os engenhos Kadoz e Tramaúba pertenciam à família Viveiros, sendo o chefe desta família, o Barão de São Bento, o dirigente do partido conservador na província do Maranhão, um de seus filhos teria engravidado a escrava Pruquera e esta com o filho passa a adotar o nome Viveiros, assim como os demais escravos destes engenhos o adotavam. Havia uma norma da legislação colonial que não permitia aos “livres” contrair matrimônios com escravos, assim também não se cometia adultério com eles. Entretanto, o parentesco resultante do fruto desses intercur-

---

4 Fenômeno semelhante foi observado no território quilombola de Alcântara, na mobilização afirmativa das comunidades contra as tentativas de despejo compulsório por parte da Base Espacial. Para um aprofundamento consulte-se: Almeida, A.W.B. de – **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília. MMA. 2006 2vols.



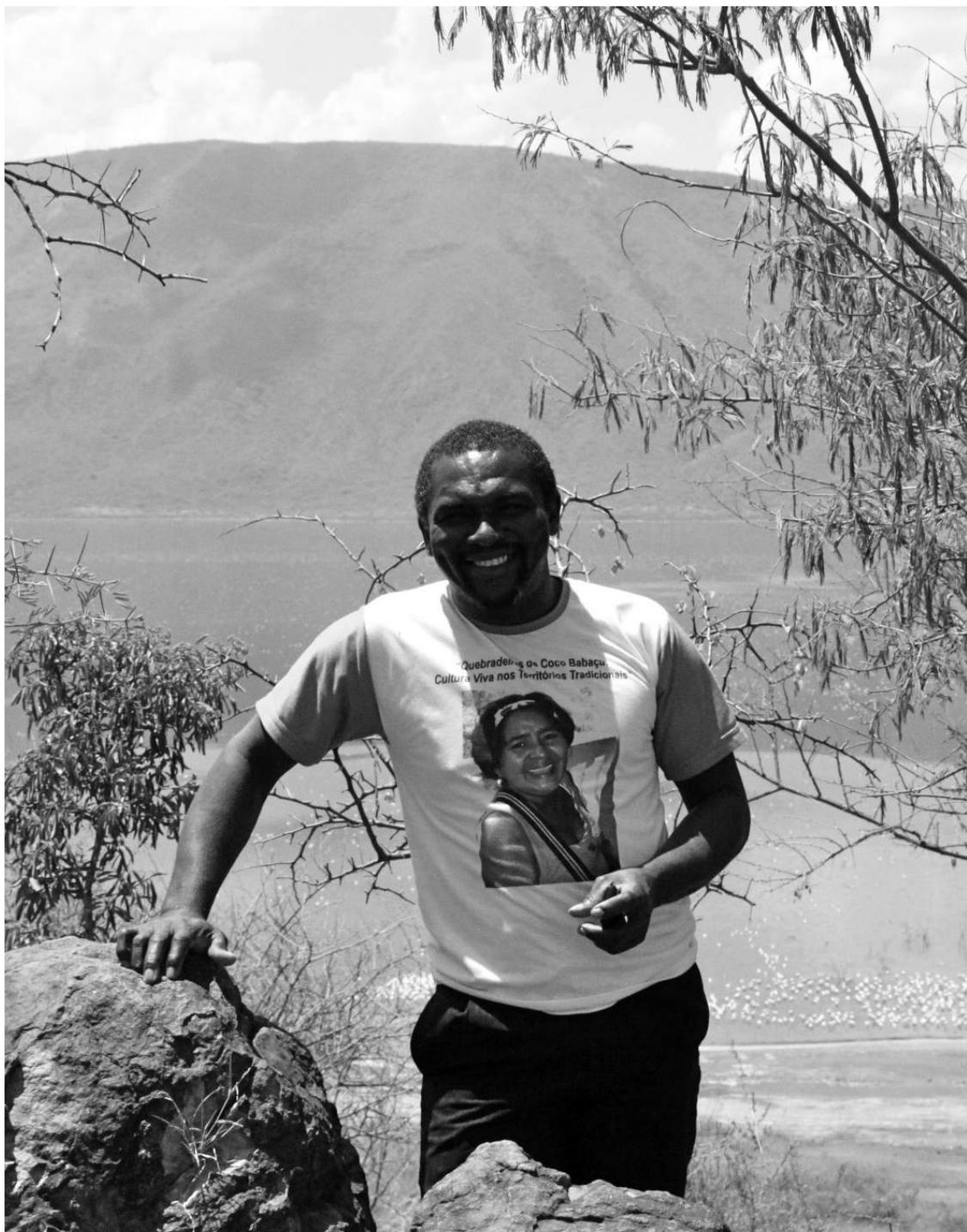


sexuais torna-se uma expectativa de direito nas narrativas do entrevistado. A partir daí, apropriam-se do nome dos senhores, bem como de suas terras, que não foram vendidas porquanto era uma pré-condição para os políticos possuírem terras, mesmo que já não tivessem sobre elas o controle absoluto. A derrocada econômica fragilizou os mecanismos repressivos da força de trabalho e os escravos emergiram como unidades de trabalho familiar, um “protocampesinato escravo” como diria Sidney Mintz, convergindo para uma autonomia completa. Completando este processo emancipatório, na primeira geração pós-abolição, retiraram o nome do senhor de escravos de seus próprios nomes, substituíram o nome “Viveiros” por “Santos”. O novo nome refletia filiações religiosas e a referência constante a uma sacerdotisa, Pruquera e suas descendentes como Pisiliana, que foram decisivas na construção de seu ideal de liberdade desde o terreiro fundante do território quilombola. A tradição construída a partir das mulheres demonstra um processo peculiar de construção social da territorialidade específica de Camaputua.

O território quilombola, não obstante reconhecido, até hoje não foi titulado e resta intrusado por cercas eletrificadas e por rebanhos de búfalos, que devastam os campos naturais da Baixada, e pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas. O assassinato de Genialdo dos Santos, irmão de “Cabeça”, em julho de 2012, por “pistoleiros ligados a grileiros”, agravou os conflitos sociais na região de Camaputua, que permanece sob clima de tensão permanente, denotando a tragicidade que envolve as narrativas ora apresentadas e os riscos que correm os que persistem defendendo a sua identidade quilombola.

O convite à leitura passa, portanto, por esta autodefinição, ameaçada no presente, mediante a dubiedade dos atos de Estado, que procrastinam a titulação das terras quilombolas, expondo as comunidades à violência dos que visam usurpar suas terras e conspurcar seus direitos territoriais.





“Cabeça” no território do povo Endorois, Lago Bogoria, Quênia.





## PARTE I – NARRATIVAS DOS ENGENHOS

### 1. Memória de Kadoz e Tramaúba: Os Quilombos de Mangueira e Camaputiua

Olha nas pesquisas já realizadas, conversando com seu Otílio que hoje está com 92 ou 95 anos, ele falava que essas terras eram dos Viveiros, inclusive, ele até deu o nome que é o Zé Viveiros. O Zé Viveiros que era o dono do Engenho Tramaúba. Ele era um dos donos de escravos muito malvado, muito mau para seus escravos e tinha, se eu não me engano era o irmão dele, tinha até aí anotado que o advogado me passou o nome do dono do Engenho Kadoz que eu não tinha, mas agora ele já me passou, que o Engenho Tramaúba era terra do Engenho Kadoz, aí eles desmembraram, o Zé Viveiros comprou do dono de Kadoz uma parte, que corresponde a todo esse delimitado pelo Igarapé do Baiano, aqui pelo Igarapé do Inferno via Cachorrinho, pelo lago Cajari, rio Maracu, passa na Trizidela e aí ele comprou essa parte e formou seu engenho. O Otílio conta que teve uma época que o Zé Viveiros pediu uns escravos para esse dono de Kadoz para levar eles em uma viagem em Viana e lá ele maltratou muito esses escravos, lá do Kadoz, então quando os escravos do Kadoz chegaram eles se queixaram para o dono deles, que o Zé Viveiros era muito mau, e a partir daí ele disse que ele não emprestava mais os homens dele para trabalhar para ele, que ele não judiava com os escravos dele, ele tratava bem os escravos, então o dono do Engenho Tramaúba do qual a Pruquera Viveiros foi escrava, era o Zé Viveiros, inclusive o pai de Otílio também ainda foi responsável por um Engenho, o Acácio, o velho Acácio que era do Engenho aqui de Monção, do Engenho Castelo, o velho Acácio veio para esse Engenho Tramaúba, para administrar, também para trabalhar junto com o Zé Viveiros e daí foi que com a abolição, a cana não deu mais, então ficaram eles aqui trabalhando fracamente e deixaram a terra, ficou avulsa, se-

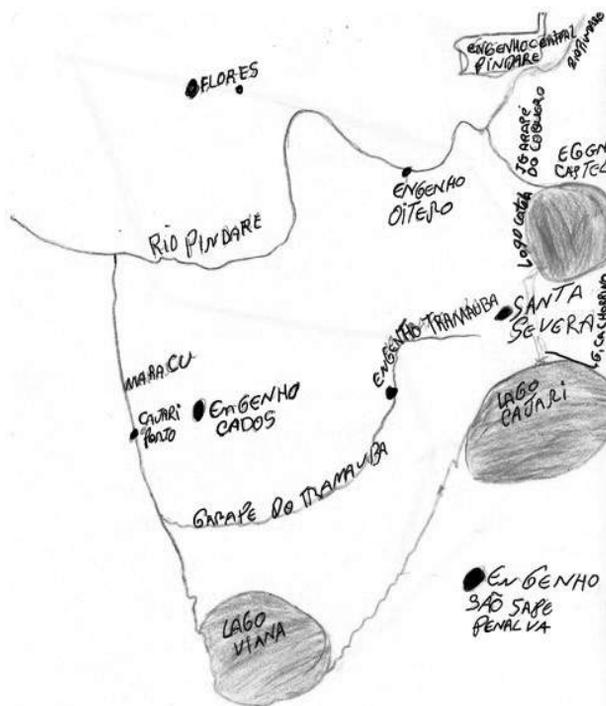




gundo a informação que eles não doaram para ninguém, a terra de Tramaúba e também não venderam. Se doaram foi verbalmente, inclusive a Pisciliana comprou uma parte aqui de São Miguel da Passagem, uma área de terra de 40 hectares, e teve essas compras assim pequenas, e depois de um bom tempo que eles descobriram que a terra era realmente uma terra devoluta, uma terra que não foi comprada, não foi doada, então começaram a aparecer donos.

### **A saída dos Viveiros: “para produzir não precisa ser escravo”**

Para produzir não precisa ser escravo, porque quando os Viveiros saíram os escravos continuaram nas terras cultivando mandioca, arroz, milho e feijão. Criavam suínos, praticavam a pesca. O forte era a preservação. Os Viveiros foram embora porque já não estava dando conta da produção deles. Então eles tentaram negociar com os escravos, mas eles não aceitaram trabalhar para os viveiros depois da abolição. Quando veio a abolição já tinha falido a produção de açúcar do Engenho.



Localização dos antigos Engenhos a partir do rio Pindaré.  
Desenho: Cabeça - Ednaldo Padilha, 2014





Apareceu um senhor que tomou de conta da área de terra, depois era uma senhora, certo que por último eles acabaram vendendo os pedaços da terra, inclusive as pessoas que compraram não têm uma escritura com cadeia dominial, tem um recibo de compra e venda, mas na verdade na busca de documentos nós vamos buscar em nome dos Viveiros. Os Silva, eles chegaram mais na parte de comércio, compra de coco babaçu foi o forte, inclusive teve o senhor que se suicidou lá na Ladeira, que era desse pessoal de Silva, era um comerciante comprador de coco da região, e ficou um pessoal de Silva trabalhando com compra de coco ali no Tramaúba, mas na documentação é dos Viveiros, tanto de Kadoz, quanto de Tramaúba. E aqui Santa Severa também era dos Viveiros e depois passou para os Prados, mas a família de Prados já de negociação, dos donos dos escravos que negociou com os escravos. A família de Prados era uma mistura de escravos com feitor, aquela coisa de que quando eles se agradavam de uma escrava eles usavam as escravas que chegavam a ter filhos, mas também eles eram escravos e assim negociam as terras, inclusive dentro desse levantamento, segundo a história Kadoz foi doado a São Benedito, a terra de Kadoz foi doada.

A sede de Cajari era o porto, onde embarcava a produção, até do Engenho Sansapé, tinha período que a lancha não conseguia chegar a Penalva, porque o rio baixava, então essa produção era carregada por carroção para Cajari para embarcar em Cajari, no porto de Kadoz, o Engenho de Kadoz, ele fica ali próximo ao Oiteiro, Oiteiro de Kadoz, lá era a fazenda, então a fazenda de Tramaúba era uma fazenda mais nova, de dono mais novo. Por causa da facilidade de acesso através do igarapé de Tramaúba, então aproximava toda essa melhoria de produção e de locomoção, tanto dos produtos, quanto dos escravos, todas as viagens eram feitas por embarcações.

### **Narrativas sobre Fungango**

Eu até comecei pesquisar, entrevistar minha avó, onde o Fungango, ele era um preto que corrente não segurava ele, aqui no Engenho Tramaúba, inclusive o Fungango ele morreu aqui em Camaputua, eles prendiam o Fungango e ele simplesmente conseguia se libertar, ninguém podia manter o Fungango preso, ele pedia simplesmente para banhar e quando iam lá ele já tinha ido embora, se o feitor ia bater nele quem apanhava era o dono dele que apanhava, então são poderes. Eles tinham que amedrontar o negro para que ele não se apoderasse do poder que ele tinha, que era dado a ele, ou que é dado a ele para ele não se libertar.





## O quilombola que voava do Engenho Oiteiro ao Engenho Flores

No Engenho Oiteiro, que fica em Monção, onde o avô de minha avó era escravo, tinha um escravo e lá tinha uma tábua grande que colocavam ele e batiam, quem chorava era o dono dele, que chorava. Ele só trabalhava quando ele queria, ele se trepava na cabeça de um toco, abria os braços e voava igual um urubu, ele virava um urubu e voava do Engenho Oiteiro para o Engenho Flores. Minha bisavó, era Elvira Santos, era do Engenho Oiteiro, era filha de uma escrava e o pai era um senhor de escravo, Chico Rosa.

### Então querem quebrar a força dessa leiguidade?

Você vê um médium que conhece da realidade, pode chegar um doutor aí, sem sabedoria, sem estudo e o médium sabe dizer a vida dele desde criança, aí você procura, qual é o grau de instrução que esse cara tem? Eu sou um analfabeto. Não! Eu sou um analfabeto, você não é só analfabeto, mas por que você conhece a minha história? O cara estudou, fez doutorado, fez tudo enquanto na vida, e o cara analfabeto, com o poder que ele tem, que foi dado, que ele cultivava, ele sabe contar a história, sabe dizer se o cara está doente, se ele está bem de vida ou não, se ele tem atrapalhos na vida. Então querem quebrar a força dessa leiguidade? Leiguidade é nosso saber. Nosso médicos são chamados de leigos, as parteiras e benzedeiras. Eles são cheios de poder e saber através da natureza. Os que se julgam maior do que todos, não podem jogar esse saber para baixo. A gente viu aí, segundo informações, um médium passou uma mensagem para o pessoal da Aeronáutica que caiu, que ele viu a aeronave caindo no mar, mas como ele não registrou, não era reconhecido, provavelmente um semi analfabeto, o que aconteceu? Aconteceu que realmente não foi avisado. Mas como esse cara não é nenhum estudioso, nenhum astronauta, pouco consideram o que ele diz, mas tem poderes que foi dado a ele. Eu digo assim, que a questão da religiosidade ela sempre foi cultivada e sempre será cultivada como coisa ruim. Como os donos de Engenhos, donos de escravos, eles não queriam dar leite para os escravos, então eles custavam dar o leite, então a única solução que tinha era o negro comer manga, então eles diziam: “negro que comeu manga não vai tomar leite” então eles levavam o leite e perguntava: quem comeu manga? Todo mundo comeu manga, então vou levar o leite de volta. Porque quem come manga não pode tomar leite, porque morre. Dizia isso somente para não dar





o leite para o negro, a gente sabe que um suco de manga com leite é uma das melhores coisas, mas como era uma questão que era para não dar, para dizer que o cara era bonzinho que levava o leite para os escravos, mas como é que o cara ia fuçar, trabalhava a noite toda, apanhando, sem comer nada, aí esperar até 11 horas pra ele ganhar uma cuia de leite. É claro que ele tinha que se socorrer do que tinha que era da manga, e então eles aproveitavam uma situação, para dizer: “você não pode comer leite porque comemos manga”. É muito simples dizer isso. Então é justamente o que acontece com a religiosidade de matriz africana, isso é coisa do demônio, aí o pessoal larga e acaba apanhando. Então eu defendo a religiosidade de matriz africana, eu sou médium, sou responsável por um terreiro, onde nós trabalhamos com sete linhas, e são vários caboclos e me acho na responsabilidade não só de cuidar da minha família, mas de todos aqueles que acreditam em mim e eu estou sempre ao lado, tentando fazer o que é de melhor dentro da religiosidade de matriz africana.



*Cabeça no Aniversário de 15 anos da AMOQUERUICA, 2011  
Foto: Dorival dos Santos, 2011*





*“Cabeça” na oficina de consulta PNCSA, 2008  
Foto: Davi Pereira Junior, 2008*

## **2. As Êras, encanturias e territorialidades específicas no quilombo Caputuiá**

Êra é a morada dos caboclos ou das entidades. Tem um tucumzeiro que é no quintal da casa de Maria Antônia é da Êra do fite. Na enseada feia é a Êra de Dom Luis. Nos Carneiros é Êra de São Sebastião.

### **Êra de Roncador**

Tem uma reserva, aterrado, é mato e a água é por baixo da terra. Tem as





locas, pesca na loca, tem arariba, marajá, juçara. Embaixo da terra tem os peixes que são pescados debaixo da terra. Tem que pedir licença, tem que ter respeito, não pode xingar, não pode fazer necessidade. Pesca de loca, cava a terra e pesca. Roncador aparece em forma de jacaré e em forma de pessoa, um negro. É sagrado o território.

### Êra do Agudui

É um poço, a água é limpinha, mesmo de menor profundidade, Zé do Agudui é conhecido como jacarezinho de ouro. Se ele gostar da pessoa a água fica limpa, se não gostar fica suja, vira lama. A gente vê Zé do Agudui com mais freqüência. O Roncador é mais difícil de aparecer. O Zé do Agudui aparece morto e a cabeça para um lado e ou corpo para outro, depois aparece no poço vivo.



*Era do Roncador e Agudui – onde aparece os encantados em forma de jacaré  
Desenho: Comunidade de Camaputiua, 2014*





## Êra de Dom Sebastião

Fica praticamente em frente a minha casa, uma senhora de Raimunda Carneiro achou uma imagem de São Sebastião, no pé de uma ingazeira, tipo um santuário, ocado o pé de ingazeira e ela começou a fazer doutrina com uma maracá, no ritmo sacudindo o maracá, com índio. Raimunda Carneiro, a família era dona de uma ilha, uma propriedade. A família doou uma parte para São Sebastião. Pode vender a terra dos herdeiros, a área do santo fica, é sagrada, não pode vender.

## Êra do Fite

O *fite* ele gosta mais de estar com suas brincadeiras mais durante a noite. É um invisível brincalhão, gosta muito de brincar com criança e ele sempre aparece em visão de criança, tanto o fite como o surrupira, são caboclos bom de remédio, mas também eles são muito punidores, são caboclos de linha pesada, punidores mesmo.



Representação gráfica do Fite, feita pela comunidade, 2014  
Desenho: Edinaldo Padilha, 2014





## Êra de caboclos

O surrupira é um caboclo, como diz a história que é um menino, que é um caboco, um indígena, que se tornou um invisível, ele sumiu e começou fazer as suas marmotas e quem serve de transporte para ele sempre é um porco, por exemplo: porco caititu, porco mesmo de casa, e aquele que ele separa para ele, dificilmente a gente pega, são protetor dos animais também.



*Surrupira*  
Desenho: Ednaldo Padilha, 2014

## Êra de Emanjá

As mães d'águas são essa que estão ligadas diretamente com o mar, com o mato, têm várias denominações, de mãe d'água, a mãe d'agua é mesmo como se dá o nome de todos os orixás, quem é considerada mãe dos orixás é a Yemanjá, ela na nossa religiosidade, ela é a mãe Aparecida, ela é a mãe de Deus e ela predomina nas águas.

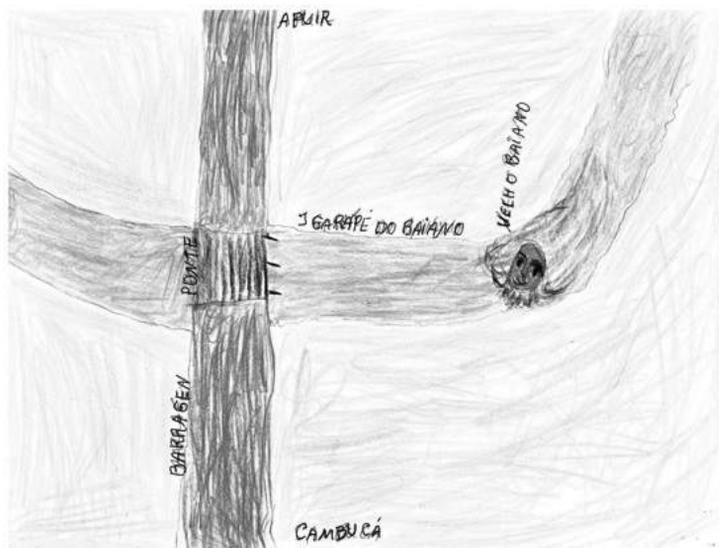




É fundamental, inclusive para festa de mãe Yemanjá, porque aqui tem influência do mar, então aqui é muito importante para a festa de mãe Yemanjá.

### Êra do Velho Baiano

Meu tio contava que quando saía à noite e que ia atravessar o igarapé do Baiano, às vezes mesmo sendo fundo a canoa topava, como se tivesse raso, na verdade eles diziam que era o cabelo do baiano que tava encantado lá. Dizem que o cabelo era tão grande que quando ele soltava a noite o cabelo subia e a canoa estava nele, ou quando ele não queria deixar a pessoa atravessar o igarapé, aí a canoa não passava. O igarapé agora já está mais devastado mas ainda há o mistério do encantado, lá é uma Êra do Baiano é ele que domina lá.



*Êra do Velho Baiano onde há uma vaqueiro encantado que aparece e solta os cabelos quando quer impedir as embarcações de transitar pelo Igarapé.*

*Desenho: Ednaldo Padilha, 2014*





## Êra de Dom Luis Rei de França

Essa êra começa lá de casa, da porta da casa que era do meu avô, Antônio dos Santos, tem um olho d'água bem na entrada da porta da minha casa. Jorra direto. Aparece o jacaré enorme e aparece em forma de paca feiticeira e tem macaco tudo na era de Dom Luis Rei de França.

Êra é assim, tipo uma cidade onde alguém tem um prefeito ou um rei, então Luis Rei de França, ele é um rei Jacaré, ele aqui aparece em forma de um jacaré muito enorme, grande, então aqui é a êra dele, aqui é ele que comanda essa parte aqui, já passando essa parte da casa, para o outro lado já é de Roncador e Zé do Agudui. A casa fica numa divisa de êras, aqui nós vamos ter logo do outro lado nós temos caboclo roxo, nós temos vários outros caboclos, então a casa fica numa divisa, aqui é Rei de França, para cá já é o Roncador, para frente. Esse jacaré vinha pessoas para matar, só tinham informação, chegava na hora não tinha coragem.



*O jacaré que representa Dom Luis Rei de França Era de Dom Luis Rei de França – onde aparece os encantados em forma de cobra, jacaré, sapo e uma paca feiticeira.*

*Desenho: Ednaldo Padilha, 2014*

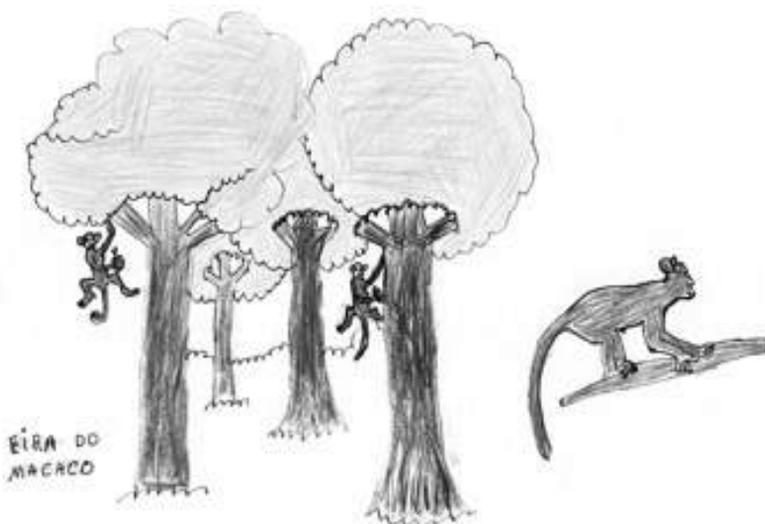




Pessoas vêm às vezes fachear jacaré, mas daqui para frente já tem que ter cuidado, porque aqui tem dono, aqui é simplesmente respeitado.

### Êra do Macaco

A êra do macaco é uma era onde aparece um macaco que às vezes aparece amarelo e outras vermelho. São protetores, nós temos os seres protetores das nossas matas.



*Desenho: êra do Macaco  
Comunidade de Camaputiua, 2014*

## 3. CABEÇA: UM ENCANTADO REAL DOS QUILOMBOS

### Cabeça e os encantados

Devido essa ligação com a religiosidade, o não cumprimento com a religiosidade, às vezes a gente tem algumas perdas, inclusive eu já tive dois sobrinhos, já perdi dois sobrinhos, um que tinha cinco anos, que saiu daqui





e a gente achou depois de quatro dias, saiu chorando e meu avô aqui não viu na hora que ele saiu, você vê lá o local onde ele morreu, sabe que foi levado, difícil acesso, ele morreu numa lagoa, num puçã, tamanho verão, foi morrer lá, e depois eles disseram que realmente foram eles que levaram. Depois foi o irmão dele, foi no ano retrazado, eu fico assim, eu às vezes fico até me culpando, mas depois eu volto e vejo que realmente a gente quando ainda não está acordada para as coisas a gente tem que apanhar, porque esse meu sobrinho ela já estava recebendo entidade, mas eu não podia passar para frente eu deixei mais a cargo da mãe dele com o pai. Eu disse como era para fazer, as entidades que desciam nele diziam que não era para levar ele para parte nenhuma, que eu fazia o serviço dele, que dava conta do trabalho dele, e ele dizia que eu não sabia, que eu não ia dar conta de fazer o serviço, que eu não sabia nem como começar e eles diziam que só podia fazer o serviço dele, que era para não levar para outro lado, se levasse eles matavam ele. Vocês não são mais de que Deus, eu disse, nós não somos mais de que Deus, mas todo dia tu não está perto dele que é tu que protege, o dia que sair de perto dele, nós leva ele. Nesse dia eu amanheci com o intuito de não deixar ele ir para o serviço, e ai uma palmeira que ia para cair para lá, voltou e caiu em cima do menino, praticamente posso dizer assim, que morreu nos meus braço, ai eu fique com aquilo, ai depois que eu passei mesmo para o terreno, eles desceram, e disseram: ou eu cuidava dos outros ou eles levavam o resto, então eu estou nessa incumbência de cuidar da família, de toda família, tem gente em São Luis se quebrado por lá, eu já estou esperando gente aqui para esse trabalho. Eu estou trabalhando a conscientização da minha família para que não se deixe levar por conversa, de dizer que essa coisa nossa é coisa do demônio, porque se eu disse que o que é meu é do demônio, eu também sou demônio, então eu tenho que respeitar a mim mesmo, eu tenho que ter essa própria consciência comigo mesmo, até por isso, diante desse trabalho do cartografia, eu estou fazendo questão de estar mostrando a nossa história, a nossa realidade, a nossa diferença, ainda que as pessoas acham que é cafona, que é coisa de nosso antepassados, mas é uma coisa que para mim me dá prazer, me traz uma riqueza, que é a riqueza que a gente tem, que é a riqueza dos nossos antepassados e as coisas que são vividas, que a gente está vendo, a valorização da vida, isso na verdade é a valorização da vida, porque se não fosse esses caboclos, se não fosse essas encanturias, quem ia ter sabedoria para descobrir que mato serve para tal doença? Que erva é boa para tal doença?





Então eles que conhecem, eles que passam a partir de alguém, a gente sabe que grandes médicos, os melhores médicos a gente sabe que é dessa religiosidade, às vezes ele esconde essa coisa dele, para que as pessoas não tomem conhecimento, mas na realidade ele é religioso afro, é médium.

Então a gente sabe tem pastores, tem padres que vão lá ao terreiro, mas escondem a verdade, se o cara quer servir uma outra religião, mas que ele respeite a religião dele, eu sou missionário da Igreja Católica, mas não abro mão da minha religião, se a Igreja Católica disser você só pode ser missionário se largar de ir no Terreiro. Então eu simplesmente eu largo a Igreja Católica, porque meu terreiro eu não largo, porque enquanto na Igreja Católica, eu rezo apenas por mim, lá na minha religião de matriz africana, eu rezo do meu inimigo ao meu amigo, eu tenho o tempo todinho pra pedir ajuda pra todos, até para os que já partiram, então o tempo todo eu estou trabalhando para isso, então jamais eu vou deixar de cumprir a minha religiosidade para servir a quem quer que seja, eu vou servir a Deus, mas a religião, dizer assim, eu vou a religião, porque tem que ir, eu vou servir a Deus, onde quer que seja, na religiosidade de matriz africana meu objetivo é esse. Eu rezo e defendo onde vou defendo e trabalho a conscientização das outras pessoas eu sou o que sou e tenho orgulho de ser o que sou.

## **A família**

### **O avô e a avó de Cabeça**

Começa com mãe Pruquera, era Pruquera Viveiros, ela era escrava do Engenho Tramaúba, mas ela veio do Engenho Flores para o Engenho Kadoz, e ela era mãe de Maria Viveiros. Maria Viveiros casou com Alexandre Viveiros e teve dois filhos, um casal de filhos que foi Maria José e Durico. Como o casamento de Maria José com Felicíssimo dos Santos, nessa questão do título de Viveiros, então Maria José passou a ser Maria José dos Santos. Que ela era casada com Felicíssimo dos Santos, tiveram dez filhos que foram: Vitória dos Santos, Francisco dos Santos, Filipe dos Santos, José dos Santos, Antonio Jacinto dos Santos (Antuninho), Raimunda dos Santos, Domingas dos Santos, Braz dos Santos, Felicidade dos Santos, Flozinha dos Santos...





*Antonia Pinheiro- parteira e Caixeira foto:  
Arquivos pessoais de Cabeça*

então meu avô que era Antônio Jacinto dos Santos, ele casou com Dezirê, Dezirê era neta de Pisciliana. Pisciliana era escrava do Engenho Sansapé, que foi levada para o Engenho Santa Severa. Ela foi uma das compradoras das terras de Santa Severa com o trabalho de cana de açúcar, ela era taxeira.

Pisciliana teve oito filhos, uma foi Maria dos Remédios que era mãe de Dezirê. Antuninho, casou com Dezirê que era neta de Pisciliana, Antuninho era bisneto de Pruquera ai tiveram, meu pai Raimundo Eudes dos Santos, Maria Antonia, José Raimundo e Raimundo Ladslau Araújo dos Santos. Antuninho era meu avô. Meu pai Raimundo Eudes, casou com minha mãe Raimunda do Nascimento dos Santos Padilha, que era bisneta de Vicença Padilha, que era escrava do Engenho Santa Severa. Ela era avó de Didi Padilha que era pai da minha mãe. Edivaldo (Didi) era neto de Vicença Padilha que era escrava de Engenho Santa Severa, ele era pai da minha mãe.



*Caixeira Dezirê avó de Cabeça e neta da escrava Pisciliana  
Foto: Arquivo pessoal de Cabeça*





A minha avó por parte de mãe era Maria José dos Santos. Ela era filha de Elvira dos Santos. Elvira era neta de um escravo do Engenho Oitero. Maria Padilha era neta de escravo. Já tenho a ligação com escrava Pruquera, Pisciliana e Vicença Padilha. Otilio contava que Pruquera tinha um filho que era escravo do Engenho Flores e que ela tinha vindo do Engenho Flores para o Engenho Kadoz de onde veio para o Engenho Tramaúba e depois fugiu para fazer a morada no Roncador. Mamãe teve Antônio Jacinto Neto, que era deficiente, Edivaldo que morreu ainda criança, antes do Edivaldo foi Maria da Anunciação, depois eu, depois Genialdo, que quando tava com 40 dias de nascido meu pai morreu afogado, quem nos criou, foi Genialdo foi Maria Antonia que adotou como filho, Neto e Maria da Anunciação foram adotados pelos meus avós, no caso só eu fui registrado como filho de Raimunda Padilha, nem o Santos saiu, foi errado, eu também fui criado pelos meus avós, meus avós acreditavam que como minha mãe era nova ele devia sair para trabalhar. Na verdade quem criou a gente foi Maria Antonia. Depois disso, minha mãe teve mais dois filhos, Tereza e Carlos Mendes.

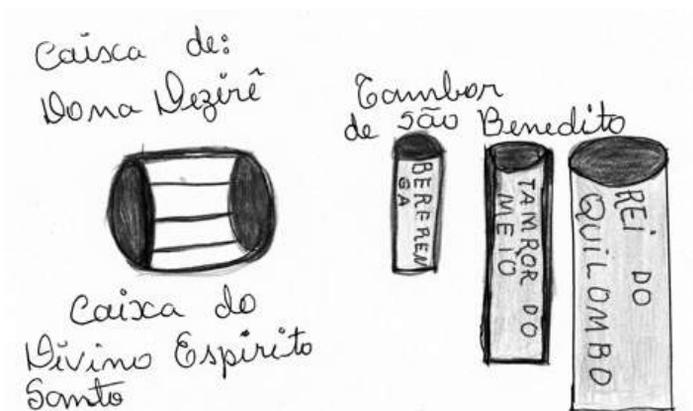
Eu ainda na adolescência tive a primeira filha, Gilvania, que hoje esta fazendo pedagogia, na pedagogia da alternância na UFMA pelo PRONERA, depois com uma neta de Manoel Correia tive três filhos, o primeiro José, morreu logo que nasceu, o segundo é Ednaldo Padilha Filho, já é casado e deu meu primeiro neto, Alejandro, mora no São Miguel dos Correias, outro é Cleilton. No meado de 1994 me juntei com Maria do Socorro e teve sete filhos: Flaviane, Poliane, Junthan, Anathalia, Benedito de Assis (falecido), Gilvania, Dezirê. Minha vó foi a primeira pessoa adulta a ser sepultada no cemitério comunitário quilombola Emiliano, aqui no quilombo Camaputiua. Lá também está enterrado Inocência que morreu com quase 130 anos. Gentil me contou que a escrava Pruquera está enterrada no cemitério da RESEX Enseada da Mata, no São José Penalva. Maria Viveiros que era filha de Pruquera foi sepultada no Camaputiua, porque eles sepultavam onde tinha as árvores grandes.





*Turma de Bumba Meu Boi de Felipe dos Santos  
Foto: arquivo pessoal de Cabeça*

O meu avô era um dos grandes animadores da religiosidade católica, incentivava também a religiosidade de matriz africana, como tocador de tambor de mina, tocador de tambor de crioula, bumba boi, inclusive o Felipe dos Santos era o “patrão” de bumba boi de São Miguel, como é chamado é hoje.



*Tambor de São Benedito  
Desenho: Maria Antônia, 2014*





Então no final de 1994 meu avô que é Antônio Jacinto dos Santos ele morreu e eu estava aqui em Nova Olinda, trabalhava lá quando eu fui saber já estava com dois dias que ele tinha sido sepultado, eu vim e disse que ia dar continuidade naquilo que ele já vinha fazendo. Ele era um animador de tudo, vamos dizer uma missa de hoje, a missa de São Sebastião, era ele que organizava, era ele que movimentava o povo. Ele vinha ser bisneto de Pruquera, ele era pai do meu pai que era Raimundo Eudes Araújo dos Santos, e junto com a minha avó que era Dezirê Araújo, que era também neta de Pisciliana, que era escrava lá do Engenho Santa Severa, então eles que incentivavam, ele era neto de Pisciliana e Dezirê era neta de Pisciliana que era taxeira lá no Engenho Santa Severa. Ela era bisneta da escrava Pruquera, ela era filha de Maria José Viveiro que era neta de Pruquera. Taxeira era a pessoa responsável para dizer quando que o açúcar estava bom... ela era tipo uma regente, para dizer quando estava bom o açúcar que era para tirar dos tachos, então ela era taxeira, lá de Santa Severa que veio para cá através da escrava Pruquera, então veio embora para cá ser vizinha de Pruquera, eram escravos, vizinhos.

(...) sim, primeiramente ela vem de um... Esse local aqui (Camaputiua) vem de um dos primeiros moradores, que foi o segundo neto de Pruquera, que era o Francisco dos Santos, que é de 1904, depois neste local ficou meu avô, que substituiu... Não, primeiramente foi Braz dos Santos que morreu ao defender uma companheira quebradeira de coco aqui, foi espantar uma vaca, e ele não tinha costume com espingarda, e ela bateu com o coice na espingarda e a espingarda disparou nos peito dele e chegou a falecer. Depois Francisco dos Santos e depois Antuninho dos Santos meu avô, então praticamente eu me criei aqui, então são laços assim muito fortes dessa criação.

Então assim que eu vim para cá em 95, eu tinha ido trabalhar para Santa Luzia, fiz a casa ali onde era uma Êra, tinha uns tucumzeiros, tinha uns bambus, e tinha um pé de bacurizeiro que sempre no inverno aparecia um bicho cabeludo, ai eu fiz a casa ali. Depois meu avô morreu, minha mãe se mudou para lá e eu vim para cá, e é como eu dizia, não sei porque que o olho d'água não espocou esse dois dias mas aqui tem um certo mistério aqui, debaixo dessa casa, mas a gente ainda não descobriu bem o que é, mas simplesmente está ligada às correntes, as correntes da água, e tem sim ligação com a religiosidade que vem desde mãe Pruquera, porque essa mesma ligação aqui é de Roncador, de onde Mãe Pruquera tinha as suas origens, trabalhava com seus





caboclos. Aqui é era, daqui para frente já começa a era de Luis Rei de França.



*Família de Ednaldo Padilha  
Foto: Dorival dos Santos, 2014*

Os meus avós com a Pisciliana, o Antônio Jacinto, Vicença Padilha que era escrava lá de Santa Severa, que também tinha ligação com a religiosidade de matriz africana sempre tiveram essa ligação com que se chama hoje de meio ambiente. Então essa fé que já vem desde meus antepassados, porque assim, o espírito é puro, mas a carne é fraca, então na hora que eu tento recuar, na hora que eu tento ficar com medo, eu me lembro dos meus antepassados, que eles não desistiram, eles continuaram até a morte, e ai eu busco força, no caso que a gente chama nossos pretos velhos, né, a gente chama sempre por eles para ajudar numa demanda, numa batalha, também nossos invisíveis, que são nossas entidades, nossas encanturias, por eles que a gente chama nas horas mais difíceis. Então eu sempre digo que o quê me mantém vivo é a fé, o respeito, o respeito à natureza, a terra, ao ar, a água, então isso me mantém





vivo, e mantém também o meu irmão vivo, meu irmão, minha avó, meu pai, que sempre tiveram do meu lado, e sempre vão estar do meu lado, e nas horas difíceis eu chamo por eles, são eles que são os meus grandes defensores.

## Mãe Pruquera

Primeiramente eu falo logo da minha matriz, que é da mãe Pruquera, mãe Pruquera que foi escrava lá do Engenho Tramaúba que tinha como dono senhor José Alexandre Viveiros, que era dono dos escravos e a Pruquera, ela conseguiu sair e fazer sua morada ali onde se chama Roncador que é onde tem o mistério, onde dá a maré. A gente hoje, a gente considera como um santuário, da religiosidade de matriz africana e a mãe Pruquera era parteira, era religiosa afro, a qual a gente vem dando continuidade nestes trabalhos(...)



*Mangueiras plantas por mãe Pruquera  
Desenho: Comunidade de Camaputiua, 2014*

(...) Onde era a morada de Pruquera, hoje é chamado Mangueira. E a sua neta com a sua filha que era Maria Viveiros que teve já Maria José Viveiros e Durico Viveiros aqui no Camaputiua, e eu venho dessa descendência, através de conversa, de curiosidade, de saber, eu só via falar quem era Pruquera,





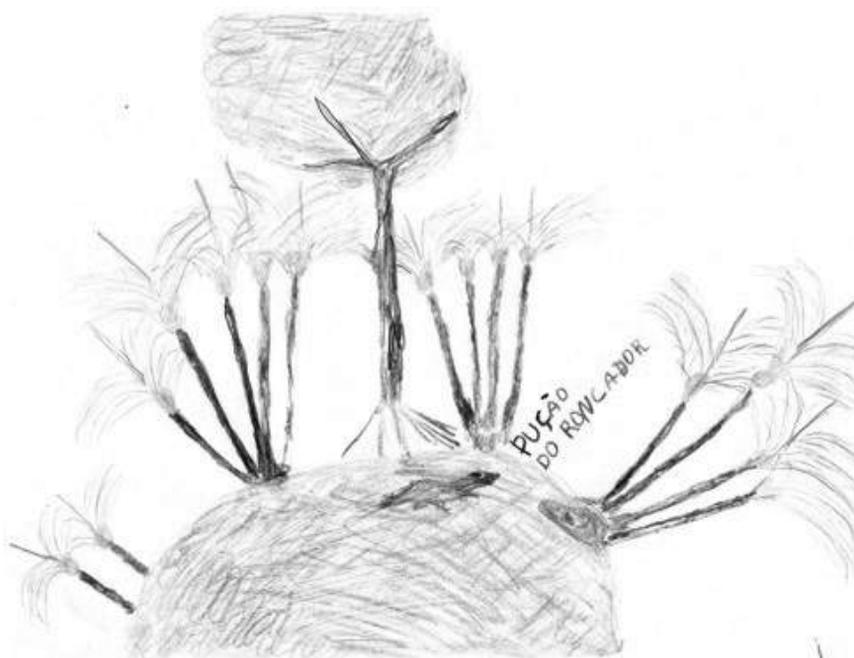
busquei saber com alguém, justamente com Otílio Lima que hoje deve estar completando seus 100 anos, que me informou, praticamente Otílio tinha na faixa de 14 a 15 anos quando a Pruquera faleceu, então ele conheceu um pouco a realidade. Diante dessa situação de resistência, de defesa dos direitos de permanência na terra como a permanência da quebra do coco, do plantio de mandioca, do milho, do feijão, foi coisas assim que foram dando continuidade aos nossos antepassados. Por exemplo, as capoeiras, só era permitido botar roça de cinco anos para frente. Antes de cinco anos não era permitido, porque era praticamente um crime ambiental, estava matando a capoeira, a terra se cansava, então tinha toda uma orientação e essa orientação veio passando de filho para neto (...)

Assim, quando a gente foi se entendendo, foi tipo assim a história de Zumbi, “quem é Zumbi?”, há pequeno tu parece um Zumbi e tal e havia uma questão muito séria de Pruquera, ah! quem é Pruquera? Mas aí depois eu tomei assim como inquietação do nome Pruquera e comecei a indagar: quem era Pruquera? Se era gente ou se era alguma coisa que tinha esse nome de Pruquera, e aí meu avô, minha avó disse: - “não, é gente. É gente?” É, e de onde vem? Provavelmente deve ter vindo da África, diretamente a Alcântara, de Alcântara a Kadoz, e de Kadoz veio a Tramaúba, eles não souberam também se ela teve uma passagem também no Engenho Flores, mas eles suspeitam que ela deve ter ido de Tramaúba a Flores e daí devido a idade, houve oportunidade dela conseguir fugir, então como aqui onde a gente marcou ponto ontem, que é chamado Mangueira. Esse Mangueira é porque ele ficou um tempo desabitado, mas ali o que restava como alguém que morou ali ficou as mangueiras, ficam seis mangueiras e hoje só temos cinco. Por que ela se aproximou dali? Por que ali tem um certo mistério. Que aquele mistério se deu o nome de Roncador. Porque que ela se aproximou dali? Ela se aproximou porque tinha essa história ali, ali é um mirim, que animal não entrava ali, que as pessoas para passar ali tinha que caçar jeito de como passar, porque se caísse, ali poderia sumir, ali um cofo de coco, ou uma coisa que você batesse forte no chão, começava a esturrar, que tremia o chão, então ela se aproximou dali porque ali ninguém ia procurá-la, que ali aquele certo mistério eles tinha como atravessar, aquela enseada toda era fechada com mato, de Aninga Pará, e ela era mãe de santo, ela tinha suas raízes e orixás, e ali ela cultivava o dono dali, aquele orixá, aquela encanturia, aquele encantado, ela cultivava, fazendo preces, pontos, como se dá o nome na religiosidade





de matriz africana, para aquele senhor, para aquele dono dali, daquela área.



*Poço do Aguduí - Local onde aparece a encanturia em forma de jacaré  
Desenho: Cabeça- Ednaldo Padilha, 2014*

A gente está trabalhando pela titulação das terras de quilombo, através da escrava Pruquera que trabalhou junto como os senhores de engenho. E conseguiu fugir para o quilombo, hoje conhecido como Mangueira, e deu origem ao quilombo Camaputíua. Hoje a gente encontra as ruínas onde a mãe Pruquera trabalhou.





*Pruquera Viveiros*

*Desenho: Jonatas Adriano Cutrim Padilha, 2014*

*Pintura: Maria do Socorro Cutrim, 2014*

Então ali ela permaneceu por muito tempo com sua filha Maria Viveiros, que depois casou com Alexandre Viveiros. Tiveram dois filhos que foram: Maria José e Durico, sendo que Maria José, ela veio, foi uma das primeiras moradoras daqui de Camaputiua, ela fundou o segundo quilombo, que teve lá que foi a Mãe Pruquera que criou, aí vindo para cá para Camaputiua foi a Maria José, e casou com o Felicíssimo, Felicíssimo dos Santos, também que vinha de pessoal de escravo também, que vem de Tramaúba, aí casaram e tiveram 10 filhos. A Maria José, inclusive, o filho mais velho, ele deve ter nascido em torno de 1903, já aqui no Camaputiua, porque o Felipe dos Santos seria o terceiro filho e ele nasceu em 1905, ali onde a gente marcou um ponto, ali que era o cantador de tambor, cantador de tambor de crioula, era

patrão de bumba boi, bastante falado aqui na Baixada, turma de Felipe dos Santos, onde ia era o arrastão, era aquela história todinha. Meu avô era irmão de Felipe dos Santos, já é o caçula, que era o Antuninho dos Santos (bisneto da Pruquera, filho de Maria José), aí o Antuninho dos Santos teve, foram 4 filhos, sendo que o meu pai era o filho mais velho, de Antuninho do Santos mais de Dezirê que era neta de Perciliana, e meu pai faleceu com 22 anos, o filho mais velho dele estava com cinco anos, quando ele faleceu, o quarto filho tava com dois anos, e tem o quinto filho que é o meu irmão que mora em Penalva que era recém nascido, com quarenta dias de nascido. Aí quem criou ele foi a minha tia Maria Antônia, aí eu, meu irmão que é deficiente o mais velho, e Anunciação fomos criados por nosso avô, pelo Antuninho dos Santos e Dezirê.





## Um Deus do mar, um Deus da mata

Hoje eu digo assim, eu trabalho muito bem a defesa, hoje eu defendo mesmo, com unhas e dentes como se diz, a religiosidade de matriz africana, até porque é uma coisa que vem dentro da gente, que vem da África. É coisa que já vem, já nasceu com a gente. É uma coisa que está ligada com a liberdade, com a libertação, quando você vê eu iniciar a história de mãe Pruquera, por que ela conseguiu a libertação? Ela conseguiu a partir dos orixás, a partir de uma encanturia, então a partir daquela encanturia que ela fazia prece, que ela orava para um Deus que ela não conhecia, um Deus do Mar, um Deus da Mata, um Deus da Terra, um Deus do Ar, do Sol, da Lua, um Deus das estrelas, foi justamente isso que trouxe a liberdade da Mãe Pruquera, foi a partir da religiosidade de matriz africana. Outra coisa que a gente vê hoje, grandes empresários, riquíssimos com as coisas que os pesquisadores gratuitos, os conhecedores de poderes não tem, que foi as ervas medicinais, que quem descobria que fazia bem para isso, para aquilo outro, foi os médios, ou seja, foi os Madre Santos, Padre Santos, a partir dos seus orixás, a partir dos seus caboclos, dos seus encantados, que conhecem as plantas, que vem a partir da natureza e ali eles comunicam por médium o que seja colocado. E que hoje os que têm condição financeira, é que realmente lucraram com o que a Mãe Pruquera, com o que Zumbi, o negro Cosme ou pai Jair e outros que descobriram que mato era bom para tal tipo de doença. Eles é que enriquece sobre a nossa custa. Então minha ligação hoje é muito forte, eu não recebo diretamente entidades, mas eu trabalho, sou responsável hoje por um terreiro, um terreiro que nós trabalhamos em sete linhas, em cada linha nós temos 300 a 700 e poucos caboclos, então numa noite vamos dizer, numa noite de terecô, numa noite de tambor de mina, não dá de nós descer nem 30% dos caboclos, então há uma responsabilidade muito grande. É uma responsabilidade muito grande com a gente e com as outras pessoas, porque você consegue ter aviso, você consegue ter visões sobre as outras pessoas, pode está ajudando tanto a prevenir quanto a curar de situações.





*“Cabeça” no poço do Roncador utilizado no passado por Pruquera, local sagrado, 2008*

*Foto: PNCSA, 2008*

Sim, aqui encontraram Pruquera morta por volta de seis horas da tarde, quase morta já, quando levaram para casa ela terminou de morrer. Aí não se sabe se foi cobra, ou o que foi. Se foi uma desobediência, ela já estava muito idosa, a gente acha que ela já estava com cerca de 150 anos. Está com aproximadamente, 74 anos que ela faleceu. Ela veio de Alcântara para o Engenho Kadoz, do Engenho Kadoz que ela veio para o Engenho Tramaúba. Aí não se sabe, ela veio porque conseguiu fugir porque ela já tinha uma certa idade, aí ela conseguiu sair com certa facilidade, com a filha dela Maria Viveiros, o nome dela era Pruquera Viveiros.





“Cabeça” em reunião na comunidade Mbogria do povo Endorois, Quênia, 2015.





## PARTE II NARRATIVAS DE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

### 1. Instâncias de Participação política

#### CEB'S - Conselho Eclesial de Base

Eu tinha ingressado na CEB's em 1995, eu estava na CEB's estava como coordenador paroquial da CEB's de Cajari e comecei a ter essa formação crítica, formação comunitária, social, e a gente começou a acordar diante da situação.

#### CCN – Centro de Cultura Negra

Mais ou menos de outubro para novembro, nós tivemos o VI Encontro das Comunidades Quilombolas, a primeira vez que eu participei de um movimento negro, convidado pela Margarida, eu participei do VI Encontro das Comunidades Quilombolas. E lá eu denunciei o que vinha acontecendo aqui em Camaputua, e o CCN também estava presente, também se comoveu com a nossa situação, a Sociedade de Direitos Humanos também estava lá. E eu cheguei num dia e um dia anterior eu soube que ele tinha vindo aqui, que era para ele demarcar a terra, porque a terra era dele, ai eu fui, chamei o pessoal para uma reunião, pra eu explicar o que a gente tinha discutido lá em Frechal, era até sobre terra mesmo o tema do encontro e disse que a terra realmente não era deles, diante do que eu tinha visto os advogados falando, a terra não era deles, a terra era nossa, pelo motivo de ser ilha que não pode ter donos particulares, que dono é que morava nela, não podia ter donos particulares e pelo motivo do artigo 68, que eu tomei conhecimento do artigo 68 da Constituição Federal, passei para eles, respaldados, o pessoal, então não vamos aceitar! Ai ele soube, marcou uma nova reunião, e eu fui para essa reunião. Então o CCN está conosco nessa luta.





## **MIQCB – Movimento Intrestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**

Em 2000, eu lembro que em plena campanha de vereador, eu deixei de fazer minha campanha política partidária para fazer uma outra campanha dentro da partidária que foi o MIQCB, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, não tinha aqui em Cajari, a gente só via falar, e a companheira Nice me procurou e eu disse nós vamos implantar em Cajari e eu me integrei realmente a essa luta do movimento no MIQCB, e nós implantamos o MIQCB convidamos a companheira Maria Eulália que deu continuidade nesse procedimento, eu fiquei como parceiro do MIQCB em Cajari.

## **CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros**

Agora a gente entrou com o pedido da RESEX extrativista Camaputiuá/Santa Severa e a gente, já está a Nice, a Nice está no conselho fiscal do Conselho Nacional dos Seringueiros, nós temos uma representante lá dentro do Conselho, como nós participamos aqui do Maranhão uma equipe de 14 pessoas, nós somos os representantes no Conselho e a gente vai trabalhar esse fortalecimento no Maranhão, o fortalecimento das RESEX, e inclusive esses pedidos dessas novas RESEX, a gente vai estar trabalhando a conscientização, a formação nas comunidades.

## **AMOQRUICA - Associação de Moradores do Quilombo Rural ilha de Camaputiuá**

Hoje eu estou mais diretamente na AMOQRUICA, na coordenação do território quilombola de Camaputiuá, mas assim com uma parceria na questão do movimento negro, como palestrante principalmente sobre as questões agrárias territoriais.

Meu objetivo, em 2014, é especificamente da AMOQRUICA, do território quilombola de Camaputiuá, porque nós temos que criar essa associação do território, a gente tem que se dedicar a isso, fazer a alteração dos estatutos de todas as associações do território, botar em dias, trabalhar o projeto Minha Casa Minha Vida dentro do território, trabalhar a questão de estrada, a saúde e educação, então se eu vou para uma instância maior, vai ficar uma brecha muito grande aqui no território. O foco pelo menos um diretamente





AMOQRUICA  
Foto: Dorival dos Santos, 2011

## CÁRITAS

Eu lembro que em 2004, quando surgiu o programa “Luz para Todos”, a Deputada Helena, me ligou e pediu a lista de todas as comunidades que não tinham luz, foi possível listar porque eu já conhecia Cajari de ponta a ponta. Já, fiz a listagem e fiz um ofício encaminhando, o prefeito foi notificado já depois da aceitação da lista que eu mandei para lá, depois também na época o Bento Souza, depois ele aceitou, assinou a aceitação do luz para todos, a gente também falava... Começamos falar do salário materno que já existia, mas o sindicato negava, era para poucos, nós também falávamos da bolsa família, nós falávamos que era um programa de governo de Lula, que era uma luta das quebradeiras de coco, dos trabalhadores quilombolas, dos extrativistas, do PETE, vários projetos a gente falava, mas as pessoas criticavam a gente, então a gente conseguiu.

Entrei em contato com Dom Xavier, na época eu estava na Cáritas Brasileira e também fazia parte do conselho estadual da CPT, Comissão Pastoral da Terra, que eu ainda fui coordenador da Comissão Pastoral da Terra diocesana de Viana, e também já havia mais de dez anos já da Cáritas diocesana,





mas de fato e de direito ainda não havia. Então em 2003, fui eleito como coordenador, criei a primeira Cáritas brasileira do Maranhão foi eu que criei a Cáritas de Viana, e foi na minha gestão como coordenador, onde também a Cáritas diocesana de Viana foi cadastrada na Cáritas nacional. Cáritas diocesana de fato e de direito, onde eu fui representar em Belo Horizonte, a gente recebeu certificado como Cáritas diocesana. A missão da Cáritas era defender os direitos, defender os direitos humanos, que na verdade a Cáritas antes era assistência social, era de ajudar as pessoas com fome, dar cesta básica, dar roupa, dar calçado, e aí mudou. A questão da Cáritas, era defender os direitos humanos, então com os direitos humanos violados sempre, defendendo essa causa.

### **CPT - Comissão Pastoral da Terra**

Eu comecei pelas CEB's, fui coordenador paroquial, fui membro do estadual, fui delegado do 9º intereclesial, de Comunidade Eclesiais de Base, então meu início foi mesmo nas CEB's, como líder da comunidade de São Miguel, como liderança mesmo da juventude do JUFÉ –Juventude Unida na Fé, também fui catequista, e com um ano de dirigente da comunidade eu fui eleito como, eu era o dirigente mais novo no encontro, eu fui eleito coordenador paroquial das CEB's, e daí eu, quando saí das CEB's paroquial, eu já saí diretamente para a coordenação das CPT diocesana, eu já fazia parte do conselho estadual da CPT, com a doença de Faustino Teixeira ele passou a coordenação direto para mim, então a gente teve algumas ações, aqui nós tivemos um senhor que o delegado botou para ele pagar, na época, 400 reais de uma búfalo, que ele nem tinha matado, mas botaram a culpa nele, e o delegado obrigou ele assinar, eu forcei ele dá uma declaração ele não quis, aí eu fui para diocese, para casa diocesana, para o bispado, e onde a gente fez um documento eu assinei, a secretária, Faustino Teixeira e o Bispo, e a gente mandou para o jornal pequeno, denunciando o delegado, quem estava respondendo era... ele foi preso pela Polícia Federal por causa do correio... denunciemos por preconceito, ameaça. Na verdade houve a necessidade de retomar as ações da Cáritas diocesana, aí eu fui, teve a assembléia geral eu fui eleito coordenador da Cáritas brasileira diocesana de Viana, e aí no primeiro encontro estadual fui eleito membro do Conselho Estadual da Cáritas, então eu era coordenador diocesano e membro do conselho deliberativo um dos conselheiros para deliberação da Cáritas brasileira no Maranhão, no regional





nordeste, aí foi que depois que eu saí da Cáritas como coordenador eu já fui para ACONERUQ.

### **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais**

A participação no Sindicato dos servidores foi uma grande necessidade do período dos mandatos de 1999 e 2000, havia uma necessidade muito grande e dificuldade para conversar com o prefeito, de entrar em um diálogo, havia muito conflito, na verdade, muita humilhação contra os servidores públicos que não tinham os seus direitos garantidos no mercado e com salários atrasados. Houve a necessidade de se discutir essa questão de fundar um sindicato, através dos movimentos de militância de conhecer os direitos. Provavelmente em 2000 ou 2001 a gente se juntou, Penalva, Cajari e Viana, e criamos o sindicato dos servidores públicos municipais.

Houve algumas negociações e conseguimos fortalecer o diálogo com o prefeito, buscamos alguns direitos que foram garantidos, que na verdade não eram. Com a chegada do sindicato conseguimos o terço de férias, licença maternidade, abonos para os professores... tinha vezes que a pessoa pegava falta mesmo com o atestado médico, não tinha aquele respeito. A gente veio trabalhando e, quando foi em 2004, houve um atraso de salário (...) fizemos uma pequena mobilização, fizemos uma Assembléia Geral paramos as atividades, aonde o prefeito e a secretária tentaram resistir. O prefeito disse que não tinha dinheiro para pagar os funcionários com 4 meses atrasados e no dia da reunião eles simplesmente chegaram e disseram que iriam pagar somente um mês (...) o recurso não daria para pagar os 4 meses, negociou que pagaria um mês e a partir do outro mês começar a pagar o mês atual e os atrasados até legalizar. Conseguimos também ter um calendário de pagamento e era todo dia 10 do mês. Sempre que havia necessidade de alguns direitos a gente sempre votou e diante dessa situação sindical, dessa militância, dessa luta pelos direitos dos servidores públicos, a gente sofre pressão, ameaças, retaliação com descontos indevidos, faltas que não existiam, onde diante dessa força política desse governo havia um grupo de oposição, ou seja, grupo de pessoas que estão ligadas ao conflito do território. Então, resolveram realmente me perseguir mais (...). Encaminharam para a CPI do tráfico, encaminharam um dossiê dizendo que eu era um traficante, aí foram fazer um levantamento, olharam o dossiê e constataram que não tinha validade, não teve procedi-



mento jurídico e, então, foi arquivado.

## Capoeira



*Grupo de capoeira de Camaputiua  
Foto: Dorival dos Santos, maio de 2011*

(...) Depois eu passei para Cáritas, na Cáritas eu consegui um projeto para criação de galinha aqui na comunidade, depois a gente conseguiu um projeto para crianças e adolescentes, esse projeto de crianças e adolescentes a gente trabalha com artesanato de palha de tucum, também trabalhamos a capoeira de Angola, inclusive a sede é lá em São Luis, no Reviver, do mestre Bamba, a Mandingueiro do Amanhã, nós somos filiados a mandingueiro, porque realmente a nossa origem é a Angola, que tem tudo haver com a religiosidade de matriz africana, também trabalhamos com grupos de meninos de 8 a 14 anos Tambor de Crioula mirim e a gente vem de lá para cá e agora mais com o trabalho do cartografia, um projeto muito valioso e que fortalece o nosso projeto, projeto para titulação de terra, e é preciso a gente lutar mais para que saia essa titulação das nossas terras.



## Movimento Negro

Em 2000 eu iniciei a minha caminhada no Movimento Negro, eu fui no sexto encontro da ACONERUQ e lá foi definido, já houve uma grande contribuição para fortalecer o movimento negro que era desenvolvido pelo CCN e foi criada a ACONERUQ, que foi lá em Frechal, município de Mirinzal e o tema era sobre a questão agrária, terra de quilombo, terra de preto e terra de santo.

Eu estava mais afastado por conta do movimento negro, eu antes era mais integrado ao movimento negro como coordenador estadual da ACONERUQ, tinha uma responsabilidade com o Maranhão inteiro, também o mesmo peso que tinha a Cáritas, praticamente o mesmo tema que era em defesa dos direitos humanos, mas era um público mais específico que era os povos quilombolas, com a relação com o meio ambiente, com relação ao trabalho, ao emprego e renda porque um dos meus grandes trabalhos de formação foi defender o emprego e a renda, porque é a permanência na terra, porque o que a gente estava vendo era a volta à escravidão, tudo bem, hoje ainda há a escravidão moderna, mas era a escravidão do nosso povo que deixa de fazer a roça, deixa de quebrar o coco, deixa de pescar, para ir trabalhar em fazendas como vaqueiros, sendo obrigado a ir contra seu próprio companheiro, sair daqui para São Paulo para cortar cana, sem nenhum direito, a gente lutou muito com isso, a gente era até interpretado de maneira diferente, mal interpretado, diziam que a gente não queria era que as pessoas fossem ganhar dinheiro e agente queria era que as pessoas não se tornassem escrava, e com essa denúncia que a gente começou fazer, começou a defender, ir lá para as comunidades para dizer que eles tinham que se organizar através de suas associações, levar os projetos, tinha que dar continuidade no processo das roças com a quebra do coco.

Eu assumi como segundo secretário de meio ambiente, foi um encontro em Itapecuru, fui secretário de meio ambiente e depois eu fui segundo secretário de questão agrária da ACONERUQ e depois em vim para tesouraria, que terminou meu mandato no ano passado, que não teve eleição ainda. O estatuto da ACONERUQ diz o seguinte: aonde tiver reunião ou representação da ACONERUQ, que o coordenador geral não tiver, o tesoureiro é o coordenador geral, então eu exerci muito a função de coordenador geral da ACONERUQ, inclusive na ocupação do INCRA, eu estava representando a ACONERUQ.





*“Cabeça” representa a ACONERUQ no lançamento do Mestrado em Cartografia Social e Políticas da Amazônia. Na mesa dona Querubina Silva Neta, Aniceto Cantanhêde (CCN); Leonardo dos Anjos (MABE); Alfredo Wagner; Rosa Elizabeth Marin.  
Foto: Dorival dos Santos, 2012.*

## **Religiosidade de matriz africana**

Então eu defendo e me assumo como religioso afro. Eu sempre digo que na minha religião, eu sou pagão, mas na religiosidade que me foi imposta, na religiosidade dos portugueses, que é a religiosidade católica que na época da escravidão ela serviu mesmo foi para escravizar nosso povo. Eu sou batizado como católico, mas na verdade eu sou afro, sou religioso afro e assumo, onde vou assumo, e defendo o que quer que seja, quem quiser me dizer que isso que é aquilo, eu vou a briga, eu estou me aprofundando bastante no estudo da Bíblia, porque você encontra as passagens que falam das manifestações e os dons, que a manifestação é dom de Deus, não é diferente.

E assim as pessoas colocam muito que a religiosidade de matriz africana é coisa do demônio e eu sempre digo: toda religião tem bandidagem, na Igreja católica tem uns padres bandidos, tem o animador bandido, tem o pastor





bandido, tem o missionário bandido, que usa da religião para fazer o mal, a mesma coisa nós temos na religiosidade de matriz africana. Uma coisa assim que eu tenho batido bastante, quando uma pessoa diz assim: uma pessoa está fazendo magia negra, ou então um trabalho na linha negra, eu estou começado a quebrar esse mito, essa questão de magia negra, de corrente negra, corrente negativa ou trabalho negativo. Não é, agora sabemos que existe trabalho satânico, e para trabalhar, fazer parte com satanás, não precisa ser um médium, ou um espírita ou pai de Santo, como eles queiram dizer, basta a pessoa querer fazer pacto com o demônio, muito mais forte de que querer fazer pacto com Deus, negro ou branco pode fazer esse pacto, independe.

A religiosidade de matriz africana eu digo que é uma das religiões ainda mais respeitadas que tem, primeiro: na religiosidade de matriz africana, se você praticou sexo, não tomou banho, não tomou seu banho de descarga, pois na mesa você não é aceito, você está impuro para aquela religião, se a mulher está na semana dela, na menstruação dela, ela está imprópria para a religião, para ela praticar, para ela usar os remédio, passar os remédios da religiosidade de matriz africana, respeitado todo aquele princípio que o próprio Jesus diz que “a mulher em seu período de menstruação, ela está imprópria para fazer a pregação da palavra”. A religiosidade de matriz africana ainda é rígida, quem quer andar na linha com a religiosidade de matriz africana é muito difícil, não é muito fácil, como as pessoas dizem; há para eu ser um religioso afro é fácil, não é, o religioso afro, uma religioso afro, que realmente andam a partir da religião, uma roupa curta, não veste, não aceita, são vários princípios, várias coisas que a religiosidade ainda é rígida.

Teve uma pessoa evangélica que me disse: mas “Cabeça” vocês só são julgados assim porque vocês também não se abrem, não vão dizer para as pessoas como é que vocês se comportam, o que, vocês fazem lá dentro, eu disse: olha, é bom que a gente fizesse isso, mas às vezes eu vou te dizer como é, como a gente faz, como é a religião, tu vai decorar, vai dar um depoimento que tu era isso como eu te disse, vai dizer direitinho, e as pessoas vão acreditar que você foi uma religiosa afro, porque você sabe contar a história todinha de Pai Ogum, de Sete Ondas, de Emanjá, você vai saber, porque eu te disse como é como não é, então tu decorou, e tu sabe dizer, então na hora que tu for dá um depoimento de que tu fazia oferenda para Emanjá, oferenda para Ogum Sete Onda, oferenda, para Rei Sebastião, quem que não vai acreditar em você? Se você sabe dizer tudinho, então eu disse, você





tem que primeiro, você tem que me respeitar, como a minha diferença, e eu respeitar você, e eu digo: olha se você quiser para eu celebrar um culto da sua religião, eu celebro, não sei se igual um pastor mas eu vou bem perto, se for para eu celebrar uma missa eu só não posso consagrar a hóstia porque eu não tenho poder de consagração, mas eu celebro uma missa, eu estou preparado para celebrar uma missa, e estou preparado para celebrar um culto afro, para baixar caboclo, subir caboclo, fazer o que eu quiser, eu estou preparado, você está preparada para celebrar uma missa? - Há não, eu não sou dessa religião, eu também não sou, mas eu sei, você esta preparada para celebrar um culto afro? – avemaria cruz credo, eu digo: então você não é mais minha amiga, porque se você diz que a religiosidade de matriz africana é do demônio, você está dizendo que eu sou do demônio, e eu sou filho de Deus, você sabe que pode adoecer quem adoecer, qualquer hora da noite, as pessoas que é que eles procuram? A mim, e eu vou, qualquer hora da noite, por quê? Porque eu tenho fé em Deus, e Deus diz: “ajudais teu irmão, porque tu sereis ajudado” e “todo aquele que morrer por amor de mim, será salvo” então por isso eu faço. Então quem faz o bem se é do demônio, aí eu não sei quem é de Deus, porque se quem faz o bem não é de Deus, então está muito difícil da gente caminhar junto. Então é assim, as pessoas julgam muito pelo lado negativo.

Eu acredito assim que ainda é um pouco que vem ainda da escravidão mesmo, porque o que eles tentavam colocar para os negros e para os índios que tinham sua religiosidade própria, sua religiosidade própria, que era coisa do demônio, que era para eles não se libertar, ficar com medo e não se libertar, porque sabiam que se eles usassem aquele poder ao sujeito que estava acorrentado, conseguia abrir um cadeado, é poder, então eles tinha que botar na cabeça do sujeito que ele não podia ter esse poder, sobre ele para que ele não se libertasse, não tinha prisão.

(...) porque é aquilo que eu digo, eu ainda sou pagão, ainda não estou preparado para receber as minhas entidades, tenho que passar por todo um processo, a gente tem que ter tempo para fazer tudo isso, então para eu ter esse tempo, eu tenho que abrir mão dos meus movimentos pelo menos 90 dias, para eu estar podendo, recebendo minhas entidades para questão de fortalecimento de crôa, é um processo muito, muito longo, processo de descarrego, você que está firme, tem que abrir crôa, abrir corrente, são situações assim que demandam tempo e que outra coisa é que você também tem que ter alguém que lhe apadrinha que vai lhe ajudar, você chegar nesse ponto





então o que, acontece? Na realidade não foi encontrada aquela pessoa que realmente dá conta de fazer meu trabalho, então eu tenho que ir aprendendo e ir me cuidando eu mesmo, para que eu mesmo possa dar conta de mim. A situação é mais demorada, por quem eu sou apadrinhado, não tem alguém que baixe minha corrente, e dizer assim, pode descer entidade, porque não desce, pode ser que alguém que possa tentar descer minha corrente, possa se dar mal, então eles evitam o máximo, então quando eles vêem o fortalecimento que eu tenho, a questão também de fé, fortaleço também meu anjo da minha guarda, sempre faço prece para os meus anjos da minha guarda, para os meus guias, fortaleço meus guias, então alguém que tentar, puxar minhas corrente fora de hora ou fazer algum mal para mim, ele mesmo se faz mal, então tem toda essa medida, então você tem aquele mais forte, até o mais fraco, então provavelmente eu estou aí naquele patamar daqueles mais fortes, então esse mais fortes são os mais difíceis, e às vezes quando não começam tomar essa coisa de si mesmo, ele pode se quebrar todinho, porque não tem alguém que possa abrir caminho para que ele possa caminhar. É ele que tem que caminhar.

(...) É aí chegaria ao patamar esperado, porque eu ia ter um tempo exclusivo para os meus trabalhos, porque parte de mim mesmo, e eles vão dizer o que eu tenho que fazer, e aí eles, tem que fazer o seguinte, eles tem que preparar alguém para cuidar de mim, então o que está acontecendo, eu estou cuidando de alguém, para esse alguém amanhã cuidar de mim, alguém que já faz, por exemplo, a companheira Maria Antônia, ela há muito tempo ela vem recebendo entidade, mas ela não tinha nenhuma força, hoje a partir que eu assumir lá o barracão, ela se fortaleceu, e a partir do fortalecimento dela, quando ela tiver, vamos dizer batizada, já tiver consagrada, já tiver formada, ela vai me ajudar a me preparar, é aquela coisa, uma mão lava a outra, nós estamos num processo, nós começamos em novembro, a gente fez o incruzo do terreiro, agora falta os purgantes, para poder fazer o incruzo dela, depois que fazer o incruzo dela, que baixar as demais correntes dela que fortalecer, que firmar corrente, aí sim, que a gente já vai trabalhar o meu processo, processo inverso, por que, que os meus guias não podem baixar, uma corrente? Não podem abrir a minha crôa? Por que quem pode me levantar? Se eu cair, porque eles tem o cuidado, a partir que você cuida deles, eles cuidam de você, então é isso aí, é cuidado muito grande que tem os meus guias, de não deixar... de não abrir minha corrente. Por que quem vai cuidar de mim?





Às vezes até a Maria Antônia, às vezes está fraca, quando eu estou viajando assim... ai ela vai lá nos pontos, os pontos tão diferente, quando eu chego os pontos ficam tudo certinho, porque eu consigo passar força para ela, então foi no mês de janeiro, apareceu um serviço, esse serviço era para mim trabalhar, ai eu procurei ela para a gente fazer esse trabalho, era um trabalho de proteção, contra uma bomba que poderia está estourando em um determinado local, e ela disse simplesmente que ela não tinha competência de fazer aquele serviço porque era um serviço pesado e ela não ia fazer, ai a entidade desceu nela e disse: “olha quando ela despertar tu diz para ela que é pegar ou largar, se ela não pegar esse serviço, eu te tiro daqui, porque quem te botou aqui fomos nós, não foi ela que pediu para te vim para cá, e aqui quem diz o que tem que fazer é você, ela não tem que dizer o que ela vai fazer ou o que ela não vai fazer, que se você disser que é para fazer isso ela tem que fazer, e se ela disser que ela vai fazer e você disser que não é para fazer e ela fizer, ela vai quebrar a cara, então ela tem que te assumir.”

(...) A gente trabalha na questão dos remédios, por exemplo: uma coisa que a gente tinha muito assim era a questão dos encostos, encostos das sombras ruins, radiação de demônios, a gente faz, a partir das preces que a gente aprende, a gente tem força de apaziguar, até mesmo de expulsar, expulsar demônios e fazer remédios, são vários tipos de remédios, nós temos as ervas... então eu trabalho muito isso, mas como eu trabalho para fortalecer uma pessoa, então quem faz esse trabalho todinho é ela, porque quem tem que crescer, quem tem que fortalecer primeiro é ela, porque se começo fazer remédios e meus remédios começam a dar certo, então eu simplesmente não fortaleço ela, eu enfraqueço, porque as pessoas não vão procurar ela, vão procurar a mim, então os serviços sempre vem a partir de mim mas quem realiza é ela, então por isso é uma situação bastante complicada, a situação da religiosidade de matriz africana, eu sempre digo: eu não tenho medo, dos feiticeiros, dos bruxeiros, porque eu além de fazer minha prece para me proteger, eu também faço prece por eles, para que eles mudem esse pensamento negativo, e passem a trabalhar na unidade, na irmandade. Uma coisa assim que eu estou trabalhando é a questão da unidade, mesmo de uma irmandade, mais conjunta, porque a gente observa muito dentro da religiosidade, inclusive aqui no Maranhão, na Baixada é os donos de terreiros não se unir, e eu estou trabalhando essa questão, da unificação, da união, um ajudar o outro, se eu pego um serviço que é muito ... que é muito forte





para mim, então que eu busquei alguém para me ajudar, porque os médicos não fazem assim? Não tem as juntas médicas para situações difíceis? Então eu estou trabalhando muito isso, eu praticamente digo assim que não sou hoje servente só de um terreiro, praticamente eu estou em 3 ou 4 terreiros, com essa união, com essa unidade que está se expandindo, não só aqui no município mas também eu tenho um trabalho em dois ou três terreiros em Monção, Viana. Também a gente nessa faixa de três terreiros, que eu estou trabalhando nessa unidade. É que eu estou tentando começar por aqui, para trazer de lá para a gente tentar se juntar é um sonho que eu tenho e tenho certeza que eu vou conseguir, é essa união dos terreiros, já tem um projeto de criar uma entidade representativa dos terreiros, uma Associação Municipal de Terreiros de Mina, terreiro de religiosidade de matriz africana de cultos religiosos, também estou quebrando aquela coisa do dono de terreiro está tirando licença, pagando 20 reais para tirar licença para fazer um culto, e eu estou trabalhando muito com a Constituição Federal que diz que fica livre às pessoas suas manifestações e seus cultos religiosos, então quando a polícia cobra para fazer um culto religioso, então ela vai ter que cobrar também a Igreja Católica, então ela vai cobrar a Igreja Evangélica e todas as outras, então a gente está trabalhando essa questão e eu tenho também trabalhado bastante a conscientização dos nossos jovens, das nossas crianças, o respeito pelas encanturias, pelas nossas lendas, nossos antepassados, respeitar os Fites, Currupiras, aquelas coisas que a gente sabe que é ligada a religiosidade de matriz africana, inclusive eu trabalho com a proteção da área de ambiente, protegendo aqui algumas linhas de caboclos, fortalecendo e já digo para as crianças que aqui tem um macaco, ele anda sozinho, ele vem aqui em casa, para que eles não mexam com o macaco. O que eles vêem aqui, para eles não mexerem, isso aqui tem dono, isso aqui é área de caboclo, então não pode ser mexido, então a gente já trabalha o respeito pelas entidades, pelos invisíveis, pelas encanturias dos nossos antepassados.

Uma coisa que a gente faz sempre dentro da religiosidade de matriz africana é buscar força e luz, essa é uma das coisas que abre o caminho, abre as picadas, abre a estrada, abre a vida, tudo para a gente dá continuidade na vida.

Meu processo foi iniciado, mas diante dessa situação conflituosa, houve uma paralisação, principalmente com assassinato do meu irmão, porque você tem que estar puro, você tem que estar com a mente descansada, você não tem que estar com pensamento negativo, tem que estar com pensamento





positivo. Iniciei um processo do barracão, tem um barracão que eu já trabalho, como guia de terreiro, como servente, também dei uma parada, ele esbandalhou, a gente está tentando agora construir, a gente está tentando ajuda, patrocínio para nós construir, o terreiro do quilombo, a gente deu início, mas ele também parou a partir da morte de Genialdo. Tem um projeto, tem um local que a gente já limpou, já iniciei o batismo da localidade, foi feito os pontos que a gente chama de incruzo, foi iniciado, ficou faltando apenas alguns pontos para fechar o incruzo, pra levantar o prédio, levantar o terreiro, nós temos o processo de levantar o terreiro do quilombo. Tem um outro processo que é para levantar a casa da cultura, que é um outro terreiro, mas de uma forma mais privativa, que é dentro da capoeira angola, também de religiosidade de matriz africana, nós temos esse projeto, para levantar essa casa, dar continuidade e batizar, intimar os médiuns, todos os médiuns que tem aqui para preparar, preparar tudo e dar continuidade no nosso festejo do território que é o festejo de São Benedito. Nosso sonho é trabalhar com tambor de caixa, tambor de crioula e tambor de mina, inclusive no terreiro de Pai Jair, a gente já está com uns dois anos parados, mas a gente tem a data que é o 20 de novembro, dia nacional da consciência negra.



*Caixa do Divino Espírito Santo  
Desenho: Maria Antônia, 2014*





## Terreiro de Pai Jair

(...) Jair era um dos maiores mineiros daqui. Ele fazia remédio, na verdade ele era doutor mesmo, era médium, então a gente vem dando continuidade no trabalho do Jair que a gente já consagrou, já escolheu a data que é 20 de novembro, dia do Rei Zumbi, é um festejo lá, são 19 e 20 de novembro.



*Cabeça em frente ao terreiro de Terezinha na comunidade Tadéia*

*Foto: PNCSA, 2008*

A gente está querendo recomençar este ano, a gente está programando para recomençar, a gente está querendo ajeitar o barracão agora. A gente vai levantar ele. A gente quer fazer uma meia noite, uma festinha para dar continuidade, ai pelo carnaval, a gente está querendo já está com ele pronto, pelo menos levantado, coberto, fazer uma meia noitezinha para dar continuidade no procedimento, que é um dos passos para dar continuidade na minha consagração, ou seja, do meu batismo dentro da religiosidade de matriz africana





para eu poder ser consagrado como um pai de santo, como um mestre dentro da religiosidade, um padre santo dentro da religiosidade de matriz africana, esse é um dos grandes passos. Levantar o barracão de Jair é um passo, porque lá tem a ligação com a mãe Assenis, minha tia que era mineira daqui da família que deu continuidade, que trabalhava com Zé Maia. Então, a partir do terreiro de Jair que a gente vai criar o terreiro daqui que é o terreiro de mãe Assenis, que é o mesmo terreiro da mãe Pruquera e da mãe Pisciliana, esse terreiro é de preto velho, é também do Acácio que era o pai de Dezirê, e ele também era médium, o Acácio era benzedor, quando cobra batia em alguém ele ia lá, ele benzia, às vezes ele não ia, ele perdeu a visão, então ele não ia mais, então ele apenas pegava a roupa da pessoa, benzia, e mandava a pessoa vestir, era como se ela tivesse tomado até mais que uma vacina. Se a pessoa tivesse sido picada de cobra de manhã e não demorasse ir, quando fosse a tarde, era como se a pessoa não tivesse sido picada, ou esporada de arraia, esse era Acácio, mestre Acácio, ele veio do Engenho Castelo, Monção, veio pra cá para o Engenho Tramaúba, depois foi para o Engenho Kadoz, depois de todos esses engenhos ele montou uma engenhoca no Bacuri, ele também foi um dos primeiros moradores do Bacuri, do Olho D'água e do Cambucá, ele que foi um dos primeiros moradores, mestre Acácio, que era médium, que era o pai da Dezirê.

O Jair a gente ainda não buscou de onde ele veio, ele veio aqui de Matinha, desse trecho aqui, de outros engenhos, mas ele veio de engenho, é descendente de engenho, da região aqui de São João Batista, deste trecho aqui, inclusive a maioria dos familiares dele está aqui em Moco-roca e em Viana, aquela parte do povo de Jair. Mas que também chegou e se tornou família dentro da comunidade.





*Tambores do terreiro de pai Jair  
Foto: PNCSA, 2008*

## **Participação na Igreja Católica**

Na verdade meu início foi mesmo de reflexão de renovação. Eu via que havia as organizações, os movimentos da igreja católica, que começou, as CEB's, as Comunidades Eclesiais de Base, começou as celebrações, os cultos. Eu ainda pequeno acompanhava, mais depois que fiquei de maior, para mim o que valia era uma festa, e isso para mim era tudo. Não acompanhava e eu lembro também que eu saí para trabalhar e buscar condições lá fora, eu achava que aqui não era o suficiente.

Então eu lembro que nesse período de 1995, praticamente mês de fevereiro, março, um dia de domingo eu ia caçar e meu primo me convidou para ir para a Igreja, e eu só disse para ele que eu não era vagabundo, e eu não andei nem um quilometro e uma cobra me picou, que eu não pude mais nem andar, ai eu gritei, gritei, até que uma pessoa que ia passando, um compadre meu foi que foi me socorrer dentro dos matos, entrou com a





canoas, tinha bastante água, quando veio o pessoal que estava todo na Igreja, eles deixaram de celebrar o culto para me socorrer. Botaram-me na canoa, vieram me trazer para casa, me levaram para o hospital, todo esse povo que estava lá celebrando e depois de aproximadamente uns 6 meses, eu ainda não estava bem bom da perna, eu voltei e disse que ia caçar, isso era um período de inverno, quando eu chego na Igreja, estava totalmente cheia de morcego e maribondo e veio logo uma chuva. Eu passei o dia de domingo sozinho na Igreja, onde me veio a reflexão, a lembrança de meu avô, Antônio dos Santos que ele não deixava parar, e dali eu sai com uma decisão que era de convidar o grupo jovem, o grupo JUFÉ, para recomeçar, reativar as celebrações dominicais, e assim eu fiz as mobilizações, e logo a gente foi fazer a limpeza da Igreja da frente da Igreja, e lembro que a primeira reunião de recomeço, a Igreja lotou, e eu fiz toda aquela história que meu avô não deixava morrer e os Araújo também, que era outras pessoas que eram irmã da Dezirê que não deixava morrer a questão da religiosidade. A Eucenice que também era minha tia, era mãe de santo, mas também era uma animadora da Comunidades Eclesial de Base, (CEB) e dali nós começamos. Aí eu disse para Pedro que ele como já conhecia a Bíblia, já sabia ler a Bíblia, que ele fosse o dirigente e a maior parte do povo disse: - Não “Cabeça”, a iniciativa foi tua, de recomeçar os trabalhos da Igreja, e tu vai ser o animador. Eu lembro bem, isso eu nunca esqueci. Eu disse que eu não podia ser animador, porque eu não sabia nem agarrar a Bíblia, quanto mais interpretar ela, e foi que eu lembro que o Zé Araújo, que é irmão da Dezirê, estava sentado bem perto da porta lá da Igreja e pegou um texto bíblico, lá de Êxodo, o chamamento de Moisés, onde ele fez a leitura e no final ele fez a reflexão, que não era o povo que estava me chamando para ser animador, mas sim Deus e eu fiquei sem palavras, mas eu só aceitava se eles me ajudassem. E dali eu comecei a me aprofundar, na verdade houve uma renovação. O próprio Deus infundiu mesmo, e dali eu já comecei ver as coisas diferentes, já comecei ver, achar, porque na verdade eu assumi como dirigente, e duas coisas que eu peguei no mesmo dia: dirigente da comunidade e coordenador do grupo JUFÉ, depois logo em seguida eu fui ser catequista, fui logo preparar um grupo de jovens para fazer a primeira comunhão, para fazer o crisma, isso tudo dentro do mesmo tempo. Então todo o meu início foi por uma necessidade, havia uma necessidade.

Dentro dessa coisa todinha foi que o prefeito já estava com um ano e pouco que não pagava os funcionários públicos, e eu na condição de dirigente da





comunidade e também já tinha sido eleito coordenador paroquial das CEB's, achei que aquilo não estava certo, procurei os professores, ainda consegui 23 professores que me deram os contracheques, ai eu procurei o Ministério Público, a nossa comarca ainda era Penalva, e conseguimos bloquear os recursos do município, o promotor ainda veio pagar, pagou boa parte dos servidores, o prefeito conseguiu uma liminar, e pegou o dinheiro de volta onde não terminou de pagar os funcionários.

Hoje eu falo assim, vou ficar um pouco mais de folga, mas o padre já está me chamando para reorganizar a CPT paroquial. Porque antes de eu ir para CPT diocesana, o bispo fez um desafio, porque chegou um padre aqui, e sem eleição dentro do meu mandato ele queria me tirar da coordenação das CEB's, houve um pouco de conflito e o bispo fez uma surpresa para ele. Eu estava lá no fundo em uma celebração na matriz e quando o bispo me chamou, e disse: a partir de hoje “Cabeça” deixa de ser coordenador das CEB's e passa a ser coordenador da CPT, tanto paroquial, quanto diocesana. Então ele deu duas posses imediatas e o padre pegou um susto, porque ele queria me tirar da discussão, porque ele estava fazendo algumas coisas erradas a gente batia de frente, porque a gente discutia essas questões sociais, porque as CEB's não é uma pastoral, mas ela é um movimento que trabalha a questão social, não só espiritual, mas questão que vai buscar a questão da terra, então é a pastoral das pastorais, e ai esse sacerdote ele queria limitar apenas para honrar, que as CEB's não era isso, não era de lutar de terra, de meio ambiente, de rio.

### **A experiência na Secretaria de Igualdade Racial (SEIR)**

No setor da igualdade social, uma coisa que foi muito positiva é porque antes, nesse 50/60 anos que Cajari tem, nunca tinha sido apontado uma pessoa, uma quebradeira de coco, um quilombola, um pescador ou um extrativista, a ocupar um cargo de confiança na prefeitura, então isso foi uma coisa muito positiva da equipe do governo de acreditar que poderia caminhar com alguém do próprio lugar, principalmente uma pessoa da base, então foi um ponto muito positivo, que pela primeira vez houve esse chamamento para uma pessoa assumir um cargo na prefeitura, um cargo de confiança, uma questão assim muito positiva.

A outra situação, assim um pouco negativa, ou negativa é porque eles dão





esses espaços e não dão força para você crescer também, então você fica limitado, eu, teve momento de eu querer renunciar meu mandato lá na Secretaria de Igualdade Racial, mas a companheirada dizia: tu não está fazendo nada não é porque tu não quer, mas é porque tu não tem condição de fazer, mas é melhor tu ficar lá dentro do que a gente trazer alguém que a gente não conhece que vai fazer o que eles querem, que pelo menos tu não faz o que tu quer, mas eles também não fazem o que eles querem, porque eles não vão te aproveitar para fazer o que eles querem. Tinha também esse lado positivo dos representantes, a comunidade acreditar em mim, em meu trabalho enquanto gestor, enquanto governo, e também a



*Cabeça no encontro de comunidades em Penalva  
2011  
fotos: PNCSA, 2011*

comunidade tinha como uma ponte de facilidade de acesso ao governo, ao prefeito, então se chegava alguém, às vezes já vinha até indicado por pessoas para me procurar na Igualdade Racial, então eu fazia essas coisas se resolverem, então isso também foi importante não só para mim mas também para a comunidade porque ela tinha uma pessoa que facilitava essa transição. Outra coisa assim que a gente ainda conseguiu estar trabalhando em algumas comunidades, assim a questão da formação, de conscientização sobre a questão de autodefinição. Trabalhamos também a questão da religiosidade, que no próprio governo, na própria equipe de governo eles tinham dificuldade de saber o que era a religiosidade de matriz africana, como era que ocorria. Então a gente conseguiu trabalhar isso. Fizemos alguns levantamentos de terreiro, temos já um projeto, estávamos já organizando uma entidade de representação dos terreiros, infelizmente não foi para a reeleição. Uma coisa importante que a gente conseguiu, eu cito sempre como exemplo, nós temos





bem aqui o São Miguel dos Correias, uma das comunidades quilombolas bastante grande, que parecia uma brincadeira de ter aula, numa sala de aula de  $4m^2$ . Nós tínhamos em torno de 80 ou 70 alunos e dois professores dando aula ao mesmo tempo dividindo um quadro ao meio com giz e nós conseguimos reverter essa situação, funcionando uma turma numa capela. Um dos grandes riscos também, além dessa brincadeira de ensinar, tinha o risco de atravessar da Tadéia para os Correias que a enseada ela chega a 4 ou 5 metros de fundura, atravessar essas crianças todos os dias é um perigo muito grande, a gente conseguiu reverter. Eu usei o poder que foi me dado com o poder comunitário para reverter esse quadro, eu disse: ou vocês resolvem esse problema ou eu deixo vocês e vou denunciar vocês. Então eles estavam como um peso e uma medida, ou eles faziam, ou eu saía de lá e denunciava. Então a gente conseguiu resolver isso. A gente saiu, mas ficou funcionando lá a escola da Tadéia, está funcionando a escola de São Miguel da Passagem, que eles tinham acabado com a escola do São Miguel da Passagem. As crianças aqui dos Carneiros, tinham que atravessar para o São Miguel da Passagem de lá tinham que caminhar mais dois quilômetros para o São Miguel dos Correias, então eram situações bem difíceis que a gente conseguiu também estar mudando, e até mesmo o próprio governo, que era de governar só para os dele, para a família dele, a política dele era só dar 10 reais para um, 5 reais para outro e a gente mudou isso, que eles tinham era que ajudar a comunidade a se organizar, nós ainda conseguimos pagar alguns débitos da receita federal de algumas associações, inclusive a do companheiro Melo que foi 1.500 reais, a gente conseguiu fazer a declaração de imposto de renda, pagamos, isso também foi uma luta, porque como igualdade racial, um dos maior problemas era as comunidades se quitarem, para poder acessar projetos, então a gente conseguiu alguns, a gente conseguiu, uma coisa muito importante, porque ao invés de estar dando 10 reais, 5 reais para um, trazendo a situação de miséria maior. Também uma coisa que eu cobrei deles era que tivesse um secretário de agricultura que conhecesse o que era agricultura, que quisesse trabalhar, trabalhar com a comunidade, eles conseguiram um técnico, mas isso já no final do mandato.

Eu consegui aprender mais, saber o que é administração, outra coisa assim, eu tive mais próximo de ver as receitas e despesas do município, que às vezes você faz um auê, mas depois que você vai lá para dentro que você vê como as situações, o fundo de participação na verdade era só para pagar o





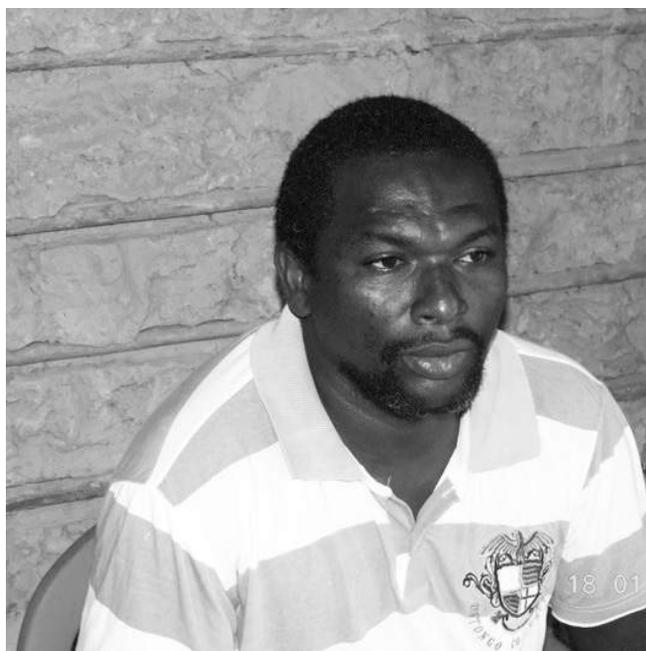
INSS, de mil novecentos e tanto que nunca foram pagos, a prefeitura teve que negociar, tinha projetos penhorados, que quase de oito em oito dias chegava intimação para a prefeitura, ou pagava o recurso, ou então não poderia acessar tais recursos, então são situações assim que eu digo assim que se eu tivesse oportunidade hoje de ser prefeito, eu não teria mais dificuldade mais de saber qual é a dificuldade do município, de saber o que é que tem que fazer no município, porque eu tive mesmo bem perto, não fiquei só na igualdade, olhando, tentando buscar projeto para as comunidades não, mas em todas as políticas, políticas públicas, na saúde, eu estava lá, eu estava olhando como era que estava a saúde das pessoas, como era que estava a educação, então o meu trabalho foi ver todos os setores da prefeitura, eu acompanhei, inclusive eu fui um dos representantes daqui do Maranhão que foi para conferência nacional da educação em Brasília, defender a educação básica do Brasil, do Maranhão, e do nosso Cajari, olhado como é a situação da realidade das comunidades, a diversidade da educação, a diversidade do povo, então foi muito importante essa passagem lá na igualdade racial, e assim também eu ao chegar não me empolguei, fui o mesmo “Cabeça”, sempre de movimento, na minha cabeça o que estava mesmo era movimento, prefeitura para mim foi muito importante.

### **Inserção na política partidária**

Em 1997, aqui neste Camaputua, eu não lembro bem o dia, mas parece que 17 de setembro, desse mesmo ano, a gente conseguiu fundar o Partido dos Trabalhadores, conseguiu trazer o PT, o PT foi fundado aqui em Camaputua por mim como presidente, nós tivemos na época, como secretária regional que veio aqui foi a Rose Barroso, veio aqui em Camaputua e criamos aqui o Partido dos Trabalhadores. Então em 2000 eu saí candidato a vereador, fiquei na primeira suplência da coligação que era PDT, e não lembro quais eram os outros partidos. Primeiro eu apoiei a Deputada Helena Hulley, conseguindo aqui 50 votos para ela, para Deputado Federal foi Washington, consegui 37 votos, em minha primeira manifestação política assim direta, e indiretamente em 96 eu trabalhei com o Bento, na campanha de Bento que ele foi eleito, mas em 98 trabalhei com Helena, que ficou na primeira suplência, depois assumiu como deputada. Em 2000 fui candidato a vereador, em 2002 eu continuei apoiando a deputada Helena, consegui 55 votos, deputado federal também foi Washington, continuei, consegui 49 ou 50 votos



para deputado federal, depois em 2004 eu sai candidato. Diante dessa perseguição política que já diretamente mesmo aqui pelo pessoal intruso, viram que realmente eu tinha como crescer politicamente, então jogaram muitos candidatos aqui em cima de mim, jogaram dinheiro, foi uma campanha muito difícil para mim, chegando a 60 votos, muito pouco, mas eu continuei dizendo para as pessoas que alguém que tivesse votado em mim para ele não dizer que ele tinha



*“Cabeça” Narrando*  
*Foto: Dorival dos Santos, 2014*

votado errado, que eles tinham votado certo, que eu era o vereador deles, que na hora que eles precisarem de mim eu estava à disposição, já em 2006, eu sempre apoiando Lula, nunca fugi do PT. Em 2006 eu apoiiei o Dutra como deputado federal, conseguindo cerca de 100 votos, o Ivo Fonseca, lutei de braços dados, conseguindo 55 votos para o companheiro Ivo, consegui uma votação boa para o Bira do Pindaré (...) Então eu tomei uma decisão de ficar um tempo fora de partido, há complicações, às vezes um trabalho mais aqui, na comunidade, rende mais, você se afasta menos do seu mundo, trabalho com comunidade tradicional tem que entender que cada uma é de um jeito, e a política ela é ampla, mais geral, esse é o erro, precisa valorizar os líderes do lugar, como eu falei e falo, não é só livro, só discurso, mas ao mesmo tempo acho que a gente pode estar contribuindo também com a mudança do município, a mudança do Estado, eu estou pensando ai em reconstituir o partido ou constituir um novo partido.



*“Cabeça” ajudando jovens quilombolas se inscreverem em processo seletivo do IFMA 2014  
Foto: Dorival dos Santos, 2014.*

## **Mobilização política**

E também a partir do trabalho do Nova Cartografia Social, fortaleceu a questão da discussão do território, da mobilização política do território, que foi a partir do seminário de políticas públicas dentro do território, para discutir as questões. Começou, quando era só o grupo da associação, a gente colocava era o território Tramaúba, mas que a gente fez dentro dessa discussão das oficinas ficou deliberado que o território ganhasse o nome de território Camaputiua. Então o território é Camaputiua, da antiga Fazenda Tramaúba, isso foi deliberado em Assembleia Geral com as comunidades. Na verdade a maioria das comunidades presentes deliberaram como território Camaputiua, e na hora da consulta também para o laudo antropológico terminou de consagrar. O território realmente é território Camaputiua, até por conta da certificação, porque a certificação da Fundação Palmares ela vem dizendo quilombo Camaputiua, onde a gente já fez a alteração de várias associações. Dentro dessa mobilização que a gente despertou outras comunidades que já se integraram dentro do território e estão fortes e isso deu mais força para a luta da questão do território.





*“Cabeça” apresenta o certificado da Fundação Cultural Palmares no 1º seminário de formação quilombola em Camaputiua  
Foto: Dorival dos Santos, 2010*

A questão da mobilização estamos marcando para o dia 25 de janeiro, a gente quer fazer a avaliação, um pouco resgatar, fazer um resgate do que foi trabalhado também fazer avaliação no que avançou no que deixou de avançar, quais foram as facilidades? Quais foram as dificuldades? Nesse encontro agora de janeiro vai ser para fazer essa avaliação, fazer um novo calendário, as novas etapas e as novas oficina, definir a questão dos temas. Na verdade, fazer um mapa, mapear a comunidade, as comunidades com mais dificuldades de participação, a gente vai ver na lista de presença qual foi a comunidade que participou? Quais foram as comunidades que realmente não participaram? Quais as que não participaram? Outra questão que a gente também vai fazer é a questão do coordenador de pólo, qual foi o coordenador de pólo que se destacou também, qual foi a dificuldade em fazer o quê que a gente tem que fazer e também a questão do território, a gente vai aprofundar, da criação da associação do território o que seria a associação que vai deliberar,





administrar realmente a questão do território.

Também, assim nesse primeiro momento que nós vamos fazer nesse planejamento, nós vamos já estar cobrando a vinda da pessoa que vai fazer a delimitação do INCRA que foi o que faltou. O levantamento de produção, do meio ambiente já veio a antropóloga, então, quem vai fazer a delimitação, o processo de delimitação do território, até para a gente ter mais força de dizer aqui está dentro, aqui está contemplado, porque o que eles estão, tem fazendeiros que estão dizendo para as pessoas mais humilde, que nada, isso não vai para frente, isso é mais uma questão política, uma questão de querer aparecer para ganhar voto, então eles fazem aquele negócio ali, e depois para, e a gente quer mostrar que realmente não é isso, até mesmo dentro do plano político partidário a gente tinha um objetivo, eu tinha um objetivo de sair candidato, até para ter um candidato consultado, dentro da discussão do território para que seja lançado como candidato do território, não eu me lançar dizendo que sou do território sem ser consultado, mas diante dessa situação que está havendo, a gente está até querendo ficar fora da discussão política partidária, a gente sabe que é uma coisa que precisa para nosso território, mas às vezes a gente precisa tomar alguns cuidados, que às vezes a gente pensa que vai ajudar, acaba prejudicando.



*Oficina de mobilização e formação quilombola na comunidade Ladeira, 2012  
Foto: Dorival dos Santos, 2012*





Um dos passos que a gente não vai parar é a questão do ensino médio no território, pelo menos dois pólos dentro do território, funcionando o ensino médio, essa é uma prioridade. Uma coisa também que a gente está querendo puxar para dentro do território é uma unidade mista de saúde, a gente está vendo em Monção nas comunidades quilombolas, estão sendo construídas unidades mistas, onde pode ter um médico, onde pode ter uma internação no próprio território, às vezes é uma dificuldade para levar uma pessoa para internar em Penalva ou em Cajari, uma coisa aqui mais próxima facilita muito.

Dentro do movimento negro uma das pessoas que tem mais conhecimento, nessa questão, até embasado no território da cidadania, fui eu que tive uma formação mais avançada. Então tem essa parceria, no caso eu tenho uma parceria diretamente com o território Santa Tereza. E isso independen-

temente de eu estar em organização ou não, é um compromisso pessoal que eu tenho de estar acompanhando, de estar orientando. Santa Tereza, aqui de Viana, e é uma ligação, a gente esta fazendo tipo um intercambio do Território Santa Tereza com o Território Camaputiua.



Santa Tereza participa das oficinas de Camaputiua e Camaputiua participa das discussões

de Santa Tereza. Esse laço está fortalecendo mais porque são dois territórios discutindo o mesmo problema. Eu achei que hoje em Santa Tereza avançou muito, porque eu lembro que quando começaram os conflitos, quando eu fui fazer reunião lá, a primeira reunião eu conseguir com três pessoas, depois de umas quatro reuniões conseguir seis pessoas, e hoje dificilmente a gente tem uma reunião em Santa Tereza que não tenha trinta ou mais pessoas, for-

*Reunião de mobilização e formação quilombola na comunidade Baiano 2012*

*Foto: Dorival dos Santos, 2012*





taleceu e as comunidades pedem para a gente fazer reunião com eles, ligam, então é uma participação massiva.

Através de ofícios e através da mobilização da comunidade, através de audiências com o poder público municipal, estadual e até federal, porque a gente vai pela instância, inclusive a gente está com um problema aqui na escola de Camaputiuva, nós já mandamos vários ofícios para o prefeito, ele não obedece, nós já estamos procurando o Ministério Público, um dos passos, Ministério Público Estadual, caso esse aqui não resolva, nós vamos para o Ministério Público Federal. O negócio é não parar e insistir, e correr atrás dos editais, todos os editais com projetos ambientais, culturais. No caso de nós trabalharmos as associações é porque se nós tivéssemos 50% das associações tudo ok, nós tínhamos encaminhado no território quilombola pelo menos três projeto, para questão ambiental, se aprovasse dois já seria um avanço muito grande. Fazer um em seqüência do outro, vamos dizer; um de mobilização e conscientização, um de resgate da cultura e outro vamos dizer, se fosse aprovados os três, outro de reflorestamento. Aqui eu entrei com um projeto pelo Banco do Brasil com duzentas casas, venho de Bela Vista, Cajarizinho, São Miguel, São Miguel dos Correias, Tadéia e Camaputiuva, Piaba e Carneiro. Já tinha outra associação que fazia para outras regiões, então esse é meu objetivo.

Outra coisa é a ampliação da energia, que nós temos ainda, muitas casas ainda sem ter energia que, é a Luz para Todos e a questão da água, abastecimento d'água, isso aí a gente precisa aprofundar mesmo, que a partir dessas oficinas, que a gente vai criar grupos, vamos dizer, a gente vai criar grupo de educação, porque a gente criou grupo de pólos, mas falta criar esses grupos. Há uma necessidade de criar o grupo da educação, quantas pessoas? Dez pessoas, cinco pessoas, esse grupo aqui vai discutir educação, vai cobrar educação para o território. Saúde que na questão da água, das fossas, dos kits sanitários. A equipe de meio ambiente, produção de agricultura. Esses grupos que precisam ser criados para poder alcançar esse objetivo que a gente está querendo.

## **A Ilha de Camaputiuva**

Diante da criação, a gente foi se criando, com uma história comunitária assim bem detalhada. A ilha do Camaputiuva, ela era dividida, limites de





nome, cada nome um limite na área, então que o pessoal de Santos, de Antuninho do Santos, de Felicíssimo, ficavam das bambuzeiras da Elvira para cá, quem comandava era o pessoal de Felicíssimo, e de uma simaumeira que tinha aqui, palmeira torta, baixo do anananzaua, para cá continuava sendo da Elvira, para próximo do cemitério seria do pessoal de Miliano, família de Miliano que comandava para lá, e do Miliano, lá do cemitério até no baixo do cajueiro era o pessoal de Benedito Furtado, do cajueiro à simaumeira e abaixo do anananzaua, era o pessoal de Camilha, e do cajueiro para ponta do marajá já seria o pessoal do Chico Velho, que era o pessoal dos baixinhos e Ponta das Cutias era o pessoal de Calango, que era o pessoal de Zé Maria Calango, Thomas Calango que dominavam. Então tinha essa divisão, não se tinha rumo, não se tinha cerca, o uso era comum, se uma pessoa daqui precisasse tirar uma madeira do lado de lá, ele ia pedia para aquele que era responsável por aquela área, tinha todo um respeito. A criação sempre foi uma criação junta, os animais, tudo junto, um reparava o animal do outro, ninguém causava mal a outro, tudo era um respeito assim muito grande e quando foi depois que esses mais velhos foram adoecendo, paralisando, falecendo, isso aí veio estreitando mais essa situação.



*Ilha de Camaputiua*  
*Foto: Dorival dos Santos, 2008*





Quando falamos em relíquia esquecemos seu Zé do Santo que é bisneto de mãe Pruquera, a qual a gente está pedindo a titulação da terra de Camaputiua, a grande guerreira. A predominância dessa comunidade eram as mulheres, isso é importante, quem era a chefe dessa comunidade? Uma mulher, primeiramente a Pruquera, Mãe Pruquera era que era a predominância desta comunidade, depois a Maria José Viveiros a mãe de seu Zé do Santo, quantas barras elas não enfrentaram? Quantas guerras elas não enfrentaram? Com certeza em 1932 teve um conflito em Camaputiua, porque essas pessoas que já moravam aqui tiveram que comprar para poder permanecer em Camaputiua. Tem uma escritura de 1932, que as famílias que existiam aqui tiveram que comprar, porque senão elas teriam que sair e isso é importante agente buscar, não é só o agora, o hoje, e nós sabemos essa história.

Aqui era a casa de mãe Pruquera, aqui ela cultuava seus orixás, estas mangueiras foram plantadas por ela, mais ali é a morada do Roncador, é chamado de Roncador por que quando se derrubava qualquer árvore, qualquer zoada que fizesse esturra que a terra tremia então não se podia fazer muita zoada. Outra coisa, para se fazer qualquer necessidade, tinha que se pedir licença, não se podia chamar nome né, hoje já tem pessoas que desrespeita, mas antes era bastante respeitada. Então a gente associa que a fuga de mãe Pruquera para cá, foi por causa da lenda de Roncador.

Debaixo desse manguezal tem peixes, a gente ver o peixe brincando, então esse peixe está todo debaixo dessa vegetação, isso aqui se a gente cavar um local desse ai, agente vai encontrar peixe. Aqui tem várias espécies: acará, jeju, traíra, mas o que tem mais mesmo é o tamatá, conhecido como cascudo, nós temos também o puraqué que fica muito aqui, nós temos puções maiores, o próprio pução do Roncador, o qual nós estamos trabalhando para ver se a gente pede o tombamento, porque já há muita devastação, a gente já sente falta da presença do próprio orixá daqui.

### **As prisões e perseguições**

As prisões de Camaputiua foram um horror, foi um massacre, com ameaça, pessoas levando arma nos peitos, eles dando tiro para cima, invadido casa, chutando até crianças, foi uma verdadeira tortura.

Nós tivemos uma prisão, tipo seqüestro, na primeira que foram presas





duas pessoas de Cajari, que os parentes nem sabiam onde essas pessoas estavam, que foi um senhor de Negão e outro conhecido como Zé Sequinho, Zé Seco, que é até um ferreiro lá de Cajari, acusados de ter matado dois búfalos ou uma búfala numa roça. Eles foram pegos, tipo seqüestrados e trazidos para Penalva, e eles mandaram uma intimação para Zé Raimundo Araújo dos Santos (tio de “Cabeça”) e para Ivan, para eles aparecerem lá na delegacia, simplesmente prenderam, ai essas pessoas ficaram presas, isso sem ninguém saber que eles estavam presos. Então como a gente costuma, toda vez que vai resolver alguma coisa em Penalva, a gente vai à casa do parente, ai lá a gente troca de roupa e diz para onde a gente vai, então quando deu meio dia, essas pessoas não apareceram na casa dos parentes, então suspeitaram que alguma coisa estava errada, eles foram na delegacia, ai eles ainda negaram que eles estavam lá não eles vieram foi para cá, então nós vamos denunciar, vamos falar no rádio que vocês chamaram para cá e eles não estão aqui, ai eles resolveram dizer que eles estavam lá presos.

Ai mobilizou a comunidade, como a comunidade estava indo para lá eles souberam e soltaram. A gente trouxe esse pessoal para cá, mortos de fome, os que vieram de Cajari, foram presos na boca da noite do dia anterior, estavam com fome, não tinham dado nada para eles, quando eles foram liberados, eles foram trazidos para cá, daqui a gente conseguiu entrar em contato com o pessoal deles em Cajari, inclusive eles ficaram muito gratos com a comunidade, que eles só foram liberados por causa da comunidade.

Depois nós tivemos outra prisão, que dessa vez foram cinco pessoas detidas, na verdade eles disseram que iam só deter a gente para conversar e acabaram fazendo prisão, o advogado que é filho de um velho, que é seu Nilton, que é da comunidade de Centralzinho, que foi preso também, eles vieram com a Policial Federal, com advogado, então só ficaram dois presos, porque eles já tinham forjado a prisão em flagrante, eles já tinham assinado, então eles ficam, o advogado entrou com ação pela liberação.

Eu consegui me esconder, para poder mobilizar a comunidade, mobilizei Bela Vista, todas as comunidades vizinhas aqui eu mobilizei e fui para Penalva, ai chegando lá eu fiquei tentando entrar em contato com o Padre Assis que era o padre da época e com o prefeito que era Bento Souza, então fique entrando em contato com ele e consegui falar com eles, dizer para eles conseguir advogado para nos tirar da cadeia que nós estava preso, eles perguntaram, mas de onde tu esta falando? Eu estou falando da casa de Justino,





mas vou ser preso! Porque eles estão atrás de mim e na hora que eu sair na rua eles vão me prender, por isso eu não vou esperar eles me prender aqui na rua, vou para delegacia para eles me prender. Foi uma dificuldade muito grande, minha família sem querer deixar eu ir, até a hora que eu conseguir escapular e fui me entregar, foi preso eu e Ivanildo. Nós fomos presos sete pessoas e fomos levados às pressas, porque eles souberam que o pessoal ia chegar para fazer quebra-quebra na delegacia, fomos para Viana, ficamos lá em Viana, lá eles forjaram um flagrante e uma coisa assim que era muito doida é que a gente era depondo algemados, e os vaqueiros e os fazendeiros na janela assistindo nossos depoimentos, todos eles armados e fazendo ameaças para a gente, isso aí era o que mais doía. Diante das prisões também, o delegado, ficou muito com medo, além dele ficar com medo da população ir daqui e quebrar a delegacia, ele ficou com medo também dos fazendeiros invadir a delegacia e nos matar, aí era responsabilidade dele, então a polícia fez que foi embora, saiu da cidade, e quando eles chegaram foi rápido: vamos, vamos, vamos, botando a algema, botaram a gente dentro do carro e no comboio, dois carros na frente, dois atrás e a gente num carro no meio, nós fomos para furtos e roubos, em São Luís, passou dois dias lá na furtos. É uma coisa que ele combinou com o prefeito, foi que ele não nos colocava junto com os demais presos de altíssima periculosidade, ele ia botar nós em uma cela à parte e todo mundo junto e ele cumpriu, isso aí ele cumpriu. A gente sofria muitas ameaças, foi muito humilhante. Nos levaram tipo assim escondido para Viana, nós ficamos incomunicáveis em Viana, mas uma rapaz que conheciam a mãe do Jajá, que morava em Viana, soltou que a gente estava lá, e aí a nossa grande guerreira Maria Antônia, desde a hora que a gente foi preso, desde aqui, Zé Raimundo foi preso, ela enfrentando a polícia direto, foi para Penalva, ela enfrentando a polícia e eles mandando ela sair que não tinha nada haver e, ela dizendo que tinha que era para eles prender ela também, que se o irmão dela, se o sobrinho tivesse matado búfalo, ela também tinha matado, em aí eles não queriam prender como não prenderam mesmo, dormiu na porta da delegacia de Viana. A gente passou cinco dias presos. Aí quando a gente conseguiu a liberdade, tem até aí as papelagem das condições.

Uma coisa que marcou, principalmente na minha vida, na minha luta, fez eu nunca desistir, foi quando Haroldo Sabóia, falou na rádio Educadora que a gente estava liberada, aí pessoas de Monção, Vitória do Mearim, de Penalva, Viana e das comunidades vizinhas aqui, todos se juntaram aqui para nos





esperar, de quatro horas da tarde até a meia noite. Nós tivemos praticamente umas cinco mil pessoas, aqui no Camaputiua, nos esperando chegar que já tinha sido falado na rádio Educadora, nós tínhamos sido liberados em São Luís e estávamos chegando, e esse pessoal das quatro horas da tarde até meia noite, em oração, alegria, foguete, estava nos aguardando, uma coisa assim que me emocionou. É sempre que eu lembro, eu me emociono também, é a hora que nós não saímos do carro, na hora que eles abriram a porta do carro, o pessoal pegou a gente assim por cima, uns dez a vinte minutos com a gente por cima sem deixar tocar o pé no chão, foi todo mundo com aquela alegria, então, passou uma energia positiva de fazer a gente não desistir das lutas e daí eu comecei a dizer para o pessoal trabalhar a formação e a conscientização do nosso povo, pela nossa terra, a gente tinha que morrer, mas também tinha que viver, porque a terra era para a gente viver, Deus botou foi para a gente viver.

E eu, uma coisa assim que eu comecei a trabalhar com o povo e dizendo: olha eu sou ameaçado de morte, eu sou um morto vivo, mas se eu tombar, não parem de lutar, continuem porque a terra é nossa, não parem a luta porque “Cabeça” morreu, não, continuem a luta. Então passei essa energia positiva aos nossos companheiros, saber que a gente tem que lutar pelos direitos da gente, e está aí hoje a gente... eu já digo com vitórias, várias vitórias porque, quando se falava em negócio de projeto para cá para Camaputiua, as pessoas até sorriam, não acreditavam.

### **A recusa do sobrenome Viveiros e a adoção do sobrenome Santos**

A partir de Maria José não se registrou mais ninguém como Viveiros. Não aceitaram, os pais de Maria José e Durico. Os pais deles não aceitaram mais o sobrenome Viveiros, foi a Maria Viveiros e Alexandre Viveiros. O Alexandre Viveiros era parente dos Viveiros mesmo, era filho do José Alexandre Viveiros com uma escrava. E já a Maria José era neta de Pruquera e não aceitou mais o sobrenome Viveiros, virou Santos, os filhos pegaram o sobrenome Santos por causa do Padroeiro de Cajari que é São Benedito. As terras do Kadoz foram doadas para São Benedito por João Viveiros, com a abolição ele doou. O João Viveiros era cunhado de José Alexandre Viveiros que foi presidente da Província do Maranhão. O João Viveiros era bom, ele chegou a emprestar os escravos para Alexandre que maltratava os escravos. O João Viveiros não emprestou mais os escravos.





*Araribeiras utilizadas para estacas nas cercas de arame*  
*Foto: Dorival dos santos, 2014*

A questão das cercas é como a gente pode perceber que em nossas visitas, a gente já passou a ser vítima. No entanto no verão tem o crime já do meio ambiente, a grande tirada de estacas que devasta muito os araribais das áreas de mananciais da beira dos rios e também a questão da privatização que o campo como é um campo público, na verdade ele não é público, ele fica privatizado, fica para poucos e muitos ficam sem ter acesso a esse campo que seria para todos, seria de uso comum e até o impedimento da retirada do sustento da família, do pescado, até mesmo de botar suas pequenas lavouras nos campos e também seus pequenos animais, suas pequenas criações, como pato, porco. As pessoas ficam impedidas, toda a comunidade que está à margem, a beira daqueles campos privatizados eles sofrem muitas dificuldades, porque não tem a liberdade de criar, de ir e vir, então a situação é muito difícil e como a gente viu a questão do búfalo devastam muito os campos.





*Campos naturais de Camaputiua*  
*Foto: Dorival dos Santos, 2014*

Com esse procedimento, com essa luta, a gente fez uma denúncia que a fazendeira tinha derrubado um pé de bacuri com mais de duas mil frutas, então ela recuou por conta disso. Então o nosso trabalho, na verdade ela ficava fazendo ameaça dizendo que onde me encontrasse ela ia vê, porque ela queria saber se eu tinha terra para mandar fazer roça, para mandar alguém tirar alguma madeira, tirar um palmito e eu sempre dizia que eu era contra a tirada de palmito e a madeira tinha que ser racional, não era para causar uma devastação, então foram várias ameaças.

## **2. Devastação e conflitos: Quem preserva é que é o verdadeiro dono**

### **Retirada madeira ilegal**

Está tendo uma retirada de madeira ilegal lá nas Flecheiras que é dentro do território Santa Tereza e a gente também está acompanhando, mandando denúncia, tem foto, que a gente encaminha para o Ministério Público e do





meio ambiente. Também essa preocupação não é só nessa comunidade, nas outras comunidades também tem essa preocupação da questão da ameaça.

### **Devastação e pecuária**

Lá eram sempre preservados pelos mais velhos, tinham o respeito pela natureza e tinham aqui ali como fonte de vida, fonte de renda e hoje o que se ver é a questão da pecuária, alguns intrusos novos que entraram na comunidade, que envolveram como comunidade e na hora são intrusos que hoje devastam o meio ambiente e ainda desrespeitam os mais velhos.

### **Devastação das juçareiras e babaçuais**

Então eles estão tirando juçara para fazer ripa, para vender, para comercializar, não é nem uma questão de tirar a ripa de uma maneira racional, para uso comum, para uso da comunidade, uso próprio, não. É uma coisa assim muito devastadora, as juçareiras carregadas, palmeiras, nós tivemos já casos de mais de mil palmeiras derrubadas e agora volta novamente à tona, dessa primeira derrubada foram invasores, foram pessoas que não eram daqui,



*Devastação de Juçareiras no Território Camaputiua  
Foto: Dorival dos Santos, 2010*





nem do município, que disseram que compraram uma área de terra e devastaram, e agora o pior de tudo é que são os intrusos de dentro da comunidade.



*Devastação de palmeiras de babaçu no território Camaputiua  
Foto: Dorival dos Santos, 2010*

A gente encaminhou denúncia de derribada de palmeira lá em Cambucá, mais de dois mil palmeiras derribadas, nós também encaminhamos denúncia de derriba de palmeiras em Tramaúba, e várias outras localidades onde há essa devastação.

### **A devastação e a presença de búfalos nos campos naturais**

Foi nesse período de 96 que o campo encheu de búfalos, lotou de búfalos que o peixe a gente não podia comer, o peixe era uma fedentina danada, os nossos açudes naturais que era, o igarapé grande, Igarapé da Gamelera, Boqueirão, Água Azul, Igarapé do Sapo, Mistério, esses igarapés estavam





secando por conta do búfalo. Búfalo já morava dentro do igarapé. Então para defender o nosso peixe, o nosso igarapé, para defender nosso ambiente, que a gente não tinha coragem de mandar uma criança, nem daqui para os carneiros sozinhos, porque aqui nós tínhamos mais de 5 mil búfalos, então houve a necessidade já de estar correndo atrás, então conseguimos um grupo de mais ou menos dez pessoas, que praticamente quase toda semana nós estávamos lá no Ministério Público de Penalva, já depois o promotor já passou diretamente já para o juiz e a gente toda vez ia (...) já diz a lei “matar em legítima defesa”, então a gente pedia para a justiça mandar tirar os búfalos do campo a justiça não resolvia, então a gente não pode comer o peixe, a gente para não morrer de fome começou a comer o búfalo.



*Presença de búfalos durante o período chuvoso no território Camaputiua  
Foto: Dorival dos Santos, 2010*

O búfalo no verão, além dele consumir o pasto duas vezes mais que o gado bovino, ele também devasta muito porque ele, as fezes são mais resistentes, ele defeca também duas vezes mais que o gado bovino, então acaba afetando o pasto natural, e também tem a questão do carbono, ele é muito forte na produção do carbono, o gado bubalino. Então são essas ameaças ao meio ambiente que só através dos restos alimentícios que eles jogam que contribui para devastar a pastagem natural, além de tudo a devastação dos próprios rios, dos igarapés, do próprio campo natural que hoje não é mais.





Onde era plano às vezes você encontra buracos que podem adoecer pessoas ou até mesmo animal. Causa o dano ao próprio búfalo. Então o que a gente vê tanto no verão, o búfalo ele persegue tanto no verão, quanto no inverno, que como a gente viu, nós estamos com bastante água e o búfalo está lá dentro da água, então ele comete o crime tanto na fase de seca, quanto na fase de cheia, isso causa muitos danos, e a questão das cercas é como já falei no verão a privatização e no inverno o risco de virar ou de furar as embarcações.

### **As cercas**

A gente tirou as cercas, ai depois eles conseguiram uma reintegração de posse, onde a gente questionava que a terra onde eles estavam cercado era de Camaputua e a escritura de Camaputua que nossos antepassados compraram é de 1932, e ele tinha comprado em 1999, conseguiu uma escritura de 1999 e o juiz conseguiu uma liminar para ele de reintegração de posse, que estavam dentro da área de Camaputua, não tinha cadeia dominial, onde ele ganhou a questão, onde hoje ainda está lá essa cerca e a gente vê. Ai um grupo de pessoas que queria nos prejudicar por questões políticas foram, mandaram alguém cortar as cercas e a gente foi responder processo e hoje a gente tem uma condenação, saiu em 2011, saiu a nossa condenação, foi o Tribunal de São Luis, que já decidiu.



*Cercados com búfalos no período de estiagem  
Foto: PNCSA, 2008*





No período de cheia eles retiram o arame, mas não retiram as estacas, o grande perigo é que no inverno é as estacas. Quando chega nesse período que vai baixando, eles vão logo colocando o arame de volta (...)

(...) No período de cheia a gente não tem essas ameaças, não tem as ameaças diretas, mas indiretamente tem, porque eles ficam dizendo que eles já esperam secar para eles colocarem as cercas de volta. É aquelas provocações diretas e indiretamente, tem também situações também das pessoas, às vezes querer proibir o sujeito de pescar em frente a fazenda ou lá dentro da área que eles dizem ser dele. No período de inverno sempre diminui essas ameaças sobre a questão dos campos, mas aí por outro lado, aqui dentro de Camaputiua a gente tem uma outra situação, que quando no período do inverno a gente tem a perseguição mais próxima.

Gado búfalo deve ser preso. Aquela cerca que passa ali no campo que passa no caminho que dá acesso para Penalva, que a gente passa as porteiras, com cerca elétrica, cerca toda eletrificada, onde já houve vários acidentes com a cerca eletrificada e aí continua essa ameaça. Continuam demarcando, continuam vendendo Camaputiua, tem tantos rumos aí.



*Cerca no período chuvoso nos campos naturais de Camaputiua, 2014  
Foto: Dorival dos Santos, 2014*





## As Dificuldades dos Pescadores

E outro crime que o búfalo comete é que os pescadores não têm mais liberdade de pescar, porque bota suas redes e eles rasgam, conduzem, além de às vezes ter aqueles bravos que ameaça as pessoas às vezes correm atrás, chegam mesmo até a bater. Nós já tivemos casos de falecimento de pessoas causado pelo bubalino e muitos outro, porque aqui nós tivemos prisões por três vezes de vários companheiros, na última vez foram presas sete pessoas, tudo causado pelo búfalo e as pessoas que vão presas sempre é porque estão em defesa da terra, do meio ambiente, do pescado, da sobrevivência mesmo, da vida. Também a ameaça de não poder pescar, fica quase naquela mesma questão. Se no verão você não pode passar porque tem a cerca, mas no inverno tem o limite de onde é a cerca e eles acha que eles devem mandar, só pesca quem eles quiserem, só faz o que eles quiserem.

### Preservações: quem preserva é o verdadeiro dono

A companheira Maria Eulália tem uma área mais ou menos de duas linhas que ela vem preservando, ver se as palmeiras se recuperam porque está tudo devastado, pois eles entram, tiram os talos, tiram o palmito, porque para eles a área não é dela, ela não comprou, então qualquer um pode fazer o que quiser, é onde a gente vê que realmente é ao contrário do que eles dizem, porque quem preserva é que é o verdadeiro dono, quem cuida daquela área é que o verdadeiro dono, então nós vamos ter uma grande dificuldade, pelo menos nessa comunidade que é uma comunidade extrativista. Ladeira é uma comunidade extrativista de quebradeiras, mas que tem muitos intrusos, pessoas envolvidas com política.

Diante dessa nossa luta de preservação tivemos aqui uma menina que é filha daqui que é a Idaina que ano passado ela se formou, é bióloga, fez questão de fazer sua pesquisa aqui, defendeu sua tese aqui no Camaputiua. Onde está em estudo, provavelmente a gente vai ter uma nova descoberta dentro de Camaputiua que é uma nova tartaruga encontrada dentro do território Camaputiua e que no orçamento a gente pede que a pesquisa seja feita, não só na ilha de Camaputiua, mas no território Camaputiua. Como a gente já citou, Baiano, Igarapé do Baiano, pode ter essa tartaruga, porque é um santuário, aqui no Boqueirão, aqui no igarapé Grande, no Água Azul, igarapé do Sapo, Cigana, então isso a gente foi citando, que poderia ser pesquisado.





A partir dessa pesquisa, deu força para a gente trabalhar a questão da preservação. Teve área que a pessoa queria roçar, a gente falou, não aqui está sendo feito um estudo, isto aqui está sendo monitorado via satélite, aqui é uma área de pesquisa, isso ajudou muito a questão da preservação, da conscientização e da luta.

Vendo pelo dado de devastação ambiental a gente viu este ano, foi um verão muito puxado, mas que diminuiu muito a questão das queimadas, não foram tantas comparado com os outros anos que o verão é bem menor e tem mais queimadas, a gente teve queimadas, mas já houve uma redução muito grande, a partir desse trabalho, dessa conscientização que a gente está fazendo, essas oficinas de mobilização e conscientização, tem ajudado bastante.

Dentro dessa minha luta e trabalho, tenho acompanhado os municípios de Monção, já acompanhei conflito na Boca da Mata, acompanhei os conflitos em Mata Boi, também aqui em Viana, a gente vem acompanhando vários conflitos, várias situações, principalmente a questão do linhão que é uma discussão muito forte que a gente ainda está acompanhando e nós temos uma comunidade também, que a gente está trabalhando a questão do território que é Santa Tereza. Começamos trabalhar apenas com a comunidade de Santa Tereza, onde já houve derriba de casa, mandato de reintegração de posse, teve derriba de casa e a gente acompanha.

Dentro desse objetivo foi que a gente encaminhou o projeto Fundo Amazônia para fortalecer esse trabalho que a gente já vem fazendo, organização, defesa do meio ambiente na questão ambiental, na fauna e na flora, na própria questão de renda, situação de renda, nesse foco e também a questão de acelerar, cobrar mais do INCRA, a questão da titulação, até porque assim, quanto mais demorar, mais situações criminosas acontece dentro do território, continua havendo devastação das madeiras que estão ameaçadas de extinção; perfuração de açudes, barragens, isso tudo por conta do aumento das cercas eletrificadas isso por falta da titulação, a demora da titulação, que sejam feitas logo essas titulações.





*Roncador área preservada pelas comunidades deste a ex-escrava Pruquera  
Foto: Dorival dos Santos, 2014*

Uma das discussões é trabalhar o tombamento dos santuários, a gente quer ver, vamos buscar parceria com a UFMA, com a própria UEMA, com os órgãos, as fundações, para que a gente possa fazer o tombamento dos santuários, os santuários da religiosidade de matriz africana que são os olhos d'águas, que por lei já são protegidos, mas que essa ação ainda não são aplicada, porque a hora que a gente denuncia, vai procurar, não está dentro da propriedade de fulano de tal, mas a lei diz que onde é olho d'água, onde é maré, é da união, é patrimônio protegido por lei, e preservação permanente, e na verdade a gente não vê isso ai.

A luta pela preservação desses igarapés que a gente já passou e que ainda vamos passar é que eles servem para fornecer o alimento, serve também de emprego, aqui muitos tiram mesmo o sustento da família, para comprar comida para vender.

### **Conflitos**

É uma situação até um pouco constrangedora a gente falar porque desde





2005 que a gente deu entrada aos processos, isto um processo de titulação, porque o processo de demarcação a gente já vem desde 1999, 1995, a gente já vinha pedindo a demarcação de terras e em 2005 a gente entrou com o pedido de titulação da terra de quilombo baseado no fato na história de mãe Pruvera que foi escrava do Engenho Tramaúba.

Houve muitas ameaças de expulsão, inclusive o Zé Amorim, que era dos moradores mais velhos, que era filho do velho Emiliano, da velha Mertilde, que eram um dos compradores da terra já estavam até para se mudar e a gente resistiu, nós dissemos que a gente não saía daqui, porque a gente morava aqui, quem eram donos daqui éramos nós e ai eles começaram a andar armados, aqui dentro da comunidade e se ligaram com um policial. Eles vinham para cá para dar cobertura para eles, dar cobertura para eles e ameaçar a comunidade, isso aconteceu muito, ai eles armaram uns comparsas deles que ficavam dando tiros, que desenhavam bonecos em palmeiras, para treinar, “há esse boneco é fulano”, “esse boneco é bertano”, assim que a gente vai fazer, e depois começou a mortandade dos porcos, começaram a matar os porcos de Zé do Santo, isso já em 2009, 2010, começaram a matança dos porcos de Zé do Santo, me parece que em maio de 2010, se eu não estou enganado, a gente passou praticamente um mês sem poder sair de casa nem para pescar, porque era na vigília, porque eles estavam armados, e a gente não poderia sair, porque meia noite a gente ouvia tiro aqui, era de revólver, era de espingarda, de rife sei lá de quê, e ai a gente ficou acuado, e também a gente se comunicava através de sinal, era um toque do tambor, tocou o tambor, qualquer hora, era algum conflito que estava acontecendo, botou também um foguete, é também situação complicada. É alguém que está acontecendo, alguma coisa para o povo se juntar e defender um ao outro, grito, também já era combinado que não era para ninguém gritar, quando gritasse já sabia que era uma situação gravíssima.

As ameaças mesmo de morte mais pesadas mesmo foram por conta que já houve uma situação muito delicada. Chegaram a correr atrás de mim com um facão, onde a comunidade se revoltou e não deixou acontecer.

### **Ilha do Valter**

Esta Ilha é conhecida como Ilha de Valter. Ela, quando os antepassados compraram a Ilha de Camaputiaua, ela pertencia a Ilha de Camaputiuia.





Quando foi em 1999 veio um senhor de Cajapió comprou e esta Ilha e fez uma demarcação de 1990 hectares de terra. Quando ele foi cercar, como lá diz ele, que o campo era seu, aí onde a gente tentou barrar, houve conflito, conflito muito violento inclusive vieram homens armados. Pistoleiros que passavam a noite nesta ilha à meia noite eles saíam atirando. Penetravam a comunidade, paravam pessoas aqui na estrada, um momento de terror, justamente imprimido por causa de uma Ilha dessa aqui.

### **Conflito de terra em Camaputiua**

Foi no mês de outubro que tivemos a reunião lá em Frechal e no mês de novembro praticamente já chegavam com a proposta de demarcar a terra de Camaputiua, que eles eram donos, mas eles queriam conversar apenas com os mais velhos, só os mais velhos tinham direito de falar na reunião dele. Eu lembro que o Zé do Santo, que é bisneto da Pruquera, que era filho do Felicíssimo que era um dos compradores da terra de Camaputiua, dos dez irmãos só tinha ele, que passou a palavra e disse, não no meu lugar quem vai falar é “Cabeça”, e eu fui falando, eu também estava com a minha Bíblia e citei, foi até Mateus 5. Que diz “felizes os mansos porque herdarão a terra;” “felizes os que choram porque irão sorrir, eu li todo esse texto e também, debati e começamos a confrontar e de lá para cá ele começou a retalhar a terra, a tirar escritura, inclusive tem uma escritura de um irmão dele que é da fazenda Maranata que essa escritura foi tirada.

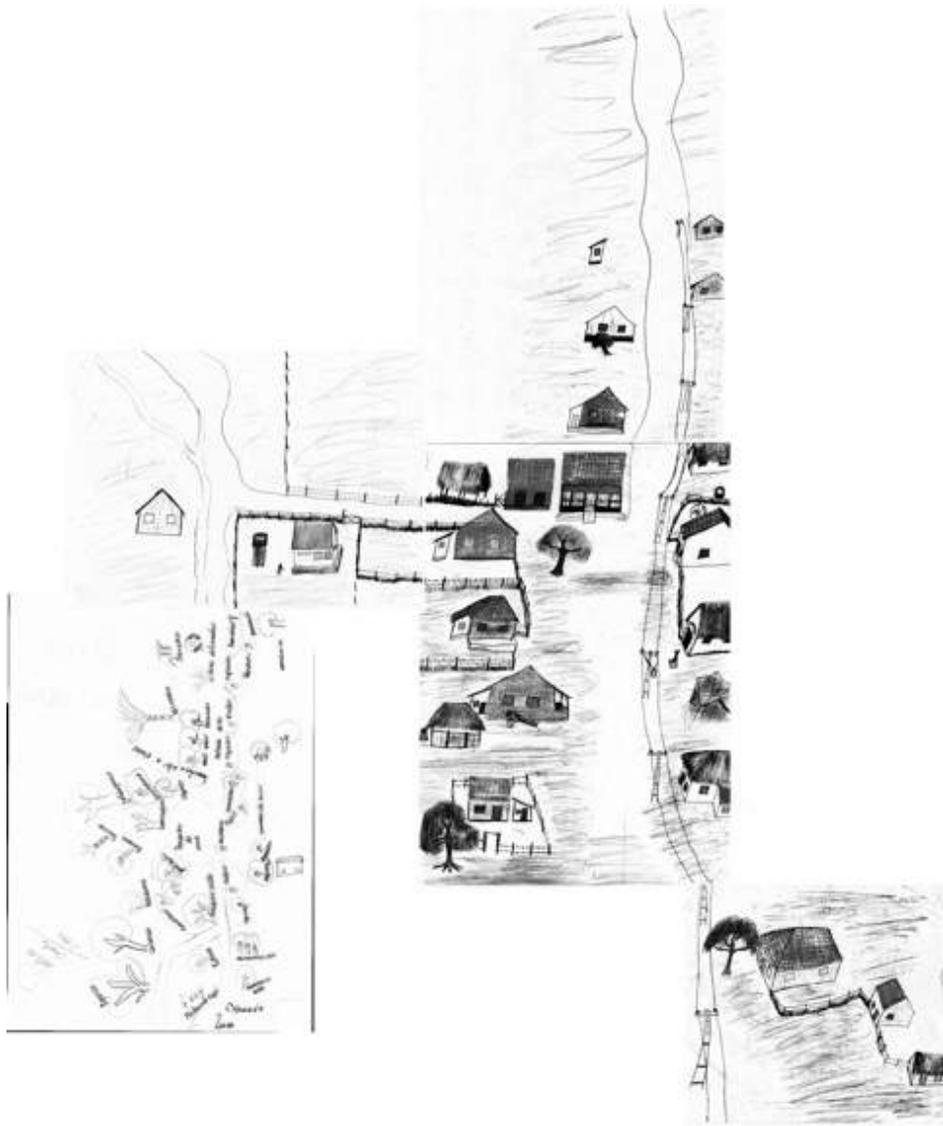
Ai em 2004/2005 foi que a coisa mesmo se acirrou que era para fazer pasto... tinha que roçar todo Camaputiua para fazer pasto. Tem pessoas que já estava já, como seu Zé Amorim, Zé Aires, eles já tinham vendido a maioria dos animais deles, já tinham dado de meia e já estavam praticamente de mala arrumada para ir embora. Nós tivemos uma companheira que ainda foi embora aqui, a Maria Odete, foi embora por causa do conflito, e tinha mais pessoas querendo ir embora. Nós resolvemos reorganizar nossa associação, que era desde 1997 mais era mais por motivo político. Então nós resolvemos tomar essa associação para nós e fazer prevalecer o poder da associação, começamos nos dar as mãos e lutar, mas diante disso as ameaças são muito grande, muito árdua, em defesa dessa comunidade a gente foi preso, situação assim humilhante.





*Quilombo Camaputiua*  
*Desenho: Wanderson, 2014*





*Quilombo Camaputiua*  
*Desenho: comunidade de Camaputiua, 2014*





Depois com as ameaças do fazendeiro, muito falado, que queimou casa, expulsou uma comunidade inteira de Viana, ele também aparece depois como dono de Camaputiua e ameaçando a comunidade, ameaçou de expulsar a comunidade, depois ele marcou uma data, parece que era quatorze de setembro ou dezessete de setembro, não lembro o ano agora... que ele voltaria e acabou que no dia que ele marcou de voltar, um senhor de Argemiro, um tio meu, apareceu com os testículos cortados, na estrada, quem vai para Penalva e quem socorreu ele foi um dono de fazenda de búfalo que vinha do lado de Jacaré, era um período de verão, ele vinha de carro, viu aquelas duas pessoas lutando com outro e quando eles viram o carro, eles correram para dentro do mato e ele ficou caído com os testículos cortados na estrada. Aí ele juntou, levou para o hospital, procurou identificar quem era. O pessoal se revoltou, foram para campo, mataram mais de setenta búfalos, outros molestados, revoltados e a maioria desses búfalos eram do pai do então secretário de segurança do estado do Maranhão. Aí ele mandou para realizar prisões, a minha esposa tava com vinte dias de resguardo, ele mandou prender, polícia muita, invadiu a casa ali de um rapaz que foi embora, pegou um constrangimento, foi embora daqui de Camaputiua, aí depois vieram para cá. Eu vi a hora que o carro da polícia vinha e eu logo suspeitei, fique ali observando, como eles não me encontraram, prenderam ali meu tio, e eu sai fazendo povo aqui<sup>2</sup>, aí certo que eles prenderam cinco pessoas e depois foi eu e o Ivan, nós fomos nos entregar para ser presos, nós fomos presos sete pessoas em Penalva.

É uma coisa assim que quando houve esse conflito mesmo acirrado, ficamos aqui presos à comunidade sem poder se locomover, nem de ir ao serviço. A gente conseguiu entrar em contato com a Rádio Educadora, na época, com o Bispo Dom Xavier que procurou a delegacia regional, para vir aqui na área, eles prometeram a Dom Xavier que viriam. Se tivesse de ter morte tinha tido morte e a polícia não veio, em pleno conflito, fogo cruzado, que o próprio pessoal da Rádio Educadora que quando eu desliguei o celular que acabou a bateria, eles não puderam mais ter contato comigo, eles ficaram toda hora dando toque para polícia para ligar para Educadora para dizer como era que estava, alguma informação sobre Camaputiua, se já tinha havido morte e fazia de conta que para polícia isso não era nada. Então a gente passou aqui uns oito dias aqui mesmo acuado, sem poder fazer nada, porque

---

2 É o ato de mobilizar as comunidades, ou seja, comunicar a comunidade para se reunir e se manifestar





estavam entrincheirados e a policia não veio. Então é uma situação muito triste, triste mesmo vendo essa causa todinha, mas que hoje eu até digo assim, que esse processo de ter caminhado mais rápido, ou seja, tem acelerado esse processo de abertura do inquérito de abertura, até mesmo por conta do cartografia, eu acho não, eu tenho certeza que o ponto positivo dessa luta todinha já é o trabalho do cartografia, isso é muito importante, a partir da visita, dos levantamentos, das reuniões que fizemos na comunidade, isso fortaleceu muito a comunidade, isso fez com que a comunidade despertasse. Na verdade, nós somos os verdadeiros donos, somos nós que vamos mandar, enquanto eles querem mandar em nós, nós é que temos que mandar neles, eles não vão chegar aqui dando ordem, quem tem que dar ordem somos nós, então o ponto positivo é o cartografia que está fortalecendo, e assim a partir daí eles viram que a gente não está sozinho, que do lado social a gente tem apoio. Então eu acredito que houve essa manifestação dos poderes, os poderes estão procurando a gente para conversar, para apurar essa situação, porque a gente denuncia, fica lá registrado, mas quando a gente sai de lá a gente também denuncia.

Com a privatização dos campos, das cercas, a gente fica impedido de pescar, até de criar. É porque quando encontram um porco, cavalo, gado da comunidade dentro dessa área que ele diz que é dele, ele corta, ele mata, leva. A situação é muito triste para a gente, por não ter liberdade nem de criar, para o sustento da família porque se a gente está impedido de pescar, aí acabou com a situação familiar. Por isso que a gente fez questão de trazer o mais rápido possível o Projeto Nova Cartografia Social para estar divulgando, porque a gente já correu por tudo o que foi órgão, até hoje o IBAMA a gente apostou muito, mas a até hoje, tem várias denúncias no Ministério Público, IBAMA, ITERMA, INCRA e até hoje agente nunca teve nenhuma resposta. A gente acaba ficando preso, isolado na comunidade sem espaço e sem liberdade, onde a Constituição Federal diz que “todos tem direito de ir e vir”, mas simplesmente os moradores de Camaputua não têm esse privilégio da Constituição Federal. Não tem direito de ir e vir na hora que quiser. Vivemos dentro de um cercado feito animal. Isso é muito ruim para comunidade, um prejuízo muito grande, essa prisão que a gente vive dentro da comunidade. E sem o direito de se manifestar, não só de transitar, mas de se manifestar. Inclusive na última audiência que a gente teve com o juiz de Viana ele teve a cara de pau de dizer que a Lei Orgânica do município realmente não servia





para nada. E a gente sabe que a Constituição Federal manda e o juiz diz que a Lei Orgânica do município não tem nenhuma validade, então vamos ter que ver se ele realmente tem alguma formação.

(...) Essa cerca toma todo esse campo, essa cerca ela prende o tráfego de Camaputiua a Penalva, então a gente até hoje, um juiz concedeu uma liminar de reintegração de posse. Se ele chegou em 1999 e a gente que está há mais de duzentos anos. Então o juiz acha que os moradores de mais de cem anos, duzentos anos são os invasores da terra e quem chegou em 1999 é dono, e concedeu liminar de reintegração de posse. Então por isso tem esta cerca, e vê essa situação. Aí, estamos com outro conflito, o qual também recebeu liminar de reintegração de posse. Agora nas últimas semanas, a qual o conflito está bastante vivo. Eles já botaram ameaça novamente mostrando a arma a moradores. A situação é agravante.

Aquela cerca, quando o portão lá está fechado, impede o gado da comunidade de beber.

### **Sobre os conflitos: prisões ilegais, assassinatos e queima de casas.**

(...) Aqui foi uma das grandes lutas nossas, por causa dos búfalos, eles viviam permanente dentro do igarapé, o igarapé era, já quase todo, tomado pelos búfalos, inclusive tinha um lugar ali onde se coloca a mandioca, eles chegavam e bagunçavam a mandioca que estava dentro d'água, o peixe não prestava mais, ele começou secar mais, ele agora está com aproximadamente um metro e quarenta, um metro e cinquenta no meio, normalmente ele ficava com dois metros, depois da vinda dos búfalos ele começou a baixar o nível.

Este igarapé, na comunidade é muito difícil de água, deve dá uns 800 metros. Nesse período sem água para lavar roupa, para gastar, eles vem encher aqui, para beber eles vão encher lá num povoado, lá na frente que é uns 600 a 700 metros.

Então, da época dessa questão dos búfalos em 1998, também houve umas prisões ilegais. Eles chegaram apanharam um senhor, a gente chama de Piguri, depois apanharam um senhor de Jajá e Zé Raimundo, Socozinho, e outro menino lá de Alegre. E aí, houve, eu liguei para Bento, Bento na época era o prefeito, liguei para o Padre Assis, hoje Monsenhor Assis para ele mobilizar os vereadores, mobilizar o prefeito, que o pessoal estava preso, e eu estava





indo para lá e ia ser preso. Quando eu cheguei em Penalva me prenderam numa casa para eu não ir para delegacia para não ser preso, mas eu conseguir escapar deles, da comunidade e fui até a delegacia, onde o delegado disse que queria falar só comigo, para poder liberar os outros. Eu disse que eu poderia até falar com ele, mas só depois que eu olhasse os outros cinco companheiros que estavam lá. Ele não querendo, não querendo, eu disse então eu não vou falar nada, ou vocês me prendem, ou eu não vou falar, foi que nós ficamos presos. Eles já estavam no Hotel, o Ivan foi lá e procurou ele para também ser preso. Nós fomos sete companheiros presos. Aí, houve uma mobilização das comunidades vizinhas, e o padre Assis ficou pressionando o prefeito e pressionando os vereadores.

Em 2000 a briga já começou internamente, foram pessoas que são daqui da comunidade, nasceram na comunidade, se criaram na comunidade e tiveram a oportunidade de sair, de estudar, pegar um emprego federal, aí chegaram em 2000, eu tinha saído candidato a vereador, onde fiquei na primeira suplência da coligação.

Em 2009 a gente fez uma Assembléia Geral, porque aqui tinha um cemitério que sepultava só criança, fizemos uma deliberação que nós tivéssemos nosso próprio cemitério aqui na nossa comunidade, e a primeira pessoa a ser sepultada, pessoa adulta, foi a minha avó Dezirê. Eles foram e denunciaram que a gente estava sepultando pessoas clandestinamente, a gente foi para a audiência, na delegacia eu contei para o delegado e mostrei o livro de ata, ele disse não, não é nem preciso mostrar se está na ata tem fé pública, acabou a audiência.

Dentro do cemitério tem umas árvores, precisou de uma reforma na igreja de São Sebastião que estava sendo festejado agora e a comunidade foi tirar para ajeitar a igreja e a pessoa foi lá para embargar a retirada da madeira para própria comunidade, a comunidade resistiu, foi um grupo de pessoas acompanhar e a madeira foi tirada. Hoje a Igreja foi reformada, inclusive ontem foi a missa.

(...) Depois disso eles já enfincaram mourão, a comunidade foi lá e tirou, mas eles continuam, cercando, botando cerca eletrificada, desmatando, tentando impedir as pessoas de fazer casa, ameaçando mesmo, ameaçando toda a comunidade. Tem período que eu tenho que está fugindo e até as crianças já sabem quando está a ameaça, porque eles já conhecem os carros, os carros começam passar com os vidros fechados, vidros escuros, começaram está





indo e voltando, até as crianças já acham que eles estão aprontando alguma coisa. As pessoas ficam com medo, até recomendam que eu tenho que sair da comunidade, que eu não posso ficar na comunidade, porque há um risco muito grande, porque inclusive, um cunhado meu foi encomendado para me assassinar aqui dentro da minha casa, era criado aqui na minha casa eles botaram dinheiro para ele me assassinar dentro da minha casa. Ele não teve coragem, contou para uma pessoa, a pessoa orientou para ele não fazer, mas era uma forma de agarrar mais rápido, porque o menino estava dentro de casa, sabia a hora que eu saía, sabia a hora que eu chegava, mas Deus tocou no coração dele.

A queima de casa foi em onze de maio de 2011. Foi o primeiro assassinato de Camaputiua, dessa situação conflituosa interna. O primeiro assassinato dentro de Camaputiua, foi no dia onze de maio de 2011, a queima da casa onde a senhora Santinha ia sendo carbonizada, por pouco não foi carbonizada, foram queimadas duas casas. O segundo assassinato foi em 2012. Hoje se você conversa com a família que sofreu esse atentado, não vive mais, vegeta, porque vive traumatizada, tem uma criança de três anos, até hoje tem esse trauma na cabeça, de ver o fogo na casa, então foi uma batalha muito árdua. Eu lembro que enquanto alguém queria que eu tivesse aqui na comunidade, outros já diziam não vai para a comunidade, porque depois a gente foi saber que eles já tinham ensaiado para polícia, que era para eles tomarem muito cuidado comigo, que eu era perigoso, e eu podia estar lá armado e isso era para que, na hora que eu quisesse. Era para eles mandar fogo logo. Eu não estava aqui, eu estava em Viana, organizando alguma coisa, parece que era um seminário, o Seminário das Comunidades Quilombolas de Viana, quando eu fiquei sabendo por telefone fiquei direto entrando em contato. Liguei para o INCRA, liguei para o Ministério Público, liguei pra CPT, liguei para a Cáritas, liguei para o Projeto Nova Cartografia Social, então busquei essa parceria a partir daí, fiz essa mobilização.

Fiz a mobilização de fora da comunidade, porque no momento se eu viesse para comunidade, era o segundo assassinato logo de imediato, então eu fique afastado da comunidade, aí com essa mobilização, eu marquei para o outro dia, logo a vindo do advogado da CPT. A gente conseguiu uma reunião com o advogado da CPT, lá no MIQCB, aí dessa reunião com a CPT, já marquei uma audiência com o INCRA, logo de imediato e, logo em seguida, uma reunião com o Ministério Público Federal. Então, nossos passos foram as-





sim, nós saímos daqui para Viana para São Luis, para o INCRA, do INCRA a gente foi logo para o Ministério Público Federal. Dentro dessa revolução todinha também houve a mobilização do acampamento Nêgo Flaviano.

### **Direitos dos povos e comunidades**

A Constituição do Estado já dizia que não era permitido criar búfalos soltos nos campos naturais, e a gente começou a fazer as provocações, a se defender (...)

Assim uma coisa também que a gente não pode esquecer é que diante das denúncias que já encaminhamos dos conflitos e das ameaças, somente agora houve a manifestação de dezembro para janeiro, houve manifestação do Ministério Público que foi intimado pelo Ministério Público Federal para apurar essas questões, essas denúncias e o delegado Valdenor, ele abriu inquérito policial. Já houve o depoimento das testemunhas, ele falou que com certeza já deve ter encaminhado ao poder judiciário, então isso foi uma coisa também que já vem fortalecer mais a comunidade, porque a comunidade já estava sem nenhuma esperança, que ninguém fazia nada, IBAMA não fazia nada, polícia não fazia nada, justiça não fazia nada, INCRA não fazia nada, ninguém fazia nada.

Também acompanhei um conflito ali em Bacuri, que a mulher que se dizia dona impediu os moradores de botar roça, tomava côfo de coco das quebradeiras, tanto coco quebrado, quanto coco inteiro. As quebradeiras eram obrigadas a juntar, quebrar o coco e vender pelo preço que ela quisesse. Obrigavam vender para ela. Não podia vender para outro que pagava melhor que tinha a mercadoria, a gente acompanhou, preparamos uma denúncia, mas ela me chamou para a gente conversar, ela impôs a situação dela e eu impus a situação do povo e ali fortaleceu a luta de desapropriação e depois o INCRA.

### **Outras Comunidades Ameaçadas**

Essa situação de Camaputiua, do território de Camaputiua que é uma só, quando você vai ao Bacuri é a mesma coisa, você vai a Ladeira é a mesma coisa, são atores diferentes é a mesma coisa, vai ao Baiano é a mesma coisa, todos aqueles que estão dentro do território Tramaúba estão na mesma situação. Eu acredito que a partir do lançamento do Cartografia Social as coisas vão caminhar bem melhor, até mesmo por causa do mapeamento já vão facilitar.





## Ameaças

O insulto de chamar de “negro fedorento, preto fedorento, preto beiju-do”, dizer em praça pública que só ia embora de Camaputiua depois que ele matasse três preto, que era Zé Raimundo, Maria Antônia e Cabeça e sempre dizia que a gente se saísse disso porque um dia ele ainda iam achar a gente com formiga roendo o beijo da gente. Essas ameaças foram fortes. Ainda veio na casa de Maria Antonia armado, não sei se foi para amedrontar, ou se foi por descuido ainda caiu um projétil, uma bala, praticamente nos pés de Cocota (Maria Antônia), uma bala da arma que ele tinha escondido, ai não se sabe se o intuito dele, veio para amedrontar, se foi para fazer a ação, ou se foi por descuido caiu aquele projétil ali, que a gente passou até para a delegacia no dia de uma audiência.

## Acampamento Nêgo Flaviano

A gente integrou até porque o acampamento, a mobilização, se fortaleceu a partir do conflito de Camaputiua, ele se fortaleceu a partir da queima da casa de Camaputiua, ele ganhou mais corpo, nós estávamos celebrando dois assassinatos ali, Nêgo Flaviano e da idosa Santinha, então ali, era uma mobilização, foi um movimento, não só estadual, ou local, mas para mim foi um movimento nacional, uma mobilização nacional, por conta dessa situação que veio da queima da casa, da descendente de escravo que veio dar corpo, porque ali o discurso, as entrevistas, eram em cima da situação conflituosa de Camaputiua, do que tinha acontecido em Camaputiua, o que foi mais marcante. Quando a gente tentava negociar com os órgãos competentes, a gente não conseguia, as portas estavam fechadas, então a gente foi para frente do Tribunal de Justiça, fizemos nossa manifestação, demos nossas palavras de ordem, nossas questões de ordem, onde tivemos juízes que desceram, vieram nos prestigiar, vieram nos dar boas vindas, mas também tiveram juízes ou procurador que foram contra, acharam que aquilo era um desafio, um desrespeito. Fomos para a porta do Palácio, tinha uma grande quantidade de polícia, para nos impedir de chegar até o Palácio, como se fossemos ladrão. Nós éramos as vítimas e estávamos passando como criminosos. Ficamos lá dois dias na praça, próximo ao Palácio, ai tomamos outra decisão, que foi ocupar o INCRA, e quando a gente ocupou o INCRA, nós tivemos como solidariedade humana foi os próprios funcionários do INCRA, principalmente dos setores quilombolas.





*Cabeça: mobilização no INCRA, 2012  
Foto: arquivo pessoal de Cabeça*

Surgiu que os funcionários do INCRA estavam como prisioneiros, estavam como refém, na verdade eles estavam como parceiros da gente, acompanhando passo a passo, nos ajudando, naquilo que fosse possível. Começamos a cobrar do governo do Estado, o governo de Estado não compareceu, eles só mandavam representante, representante sem poder, e a gente entrou em ação também em âmbito nacional, onde também o Governo Federal, no primeiro momento, também não nos respeitou.

(...) Foi uma coisa assim que eu digo assim, tipo bíblica, porque Jesus sempre nas suas grandes mobilizações ele se refugiava com seus discípulos, para tomar algumas decisões, e era o que a gente fazia, a gente buscava as lideranças de cada região, ou das entidades que conheciam. Num primeiro momento se confrontou as situações de cada comunidade, de cada região, de cada município, e quando terminava o relato, a gente via que eram as mesmas, as características eram as mesmas, as ameaças de morte das lideranças,





sempre nas suas grandes mobilizações ele se refugiava com seus discípulos, para tomar algumas decisões, e era o que a gente fazia, a gente buscava as lideranças de cada região, ou das entidades que conheciam. Num primeiro momento se confrontou as situações de cada comunidade, de cada região, de cada município, e quando terminava o relato, a gente via que eram as mesmas, as características eram as mesmas, as ameaças de morte das lideranças, assassinatos, reintegração de posse, tipo vendida, bastava o cara ter dinheiro que ele mandava para o juiz de manhã, que de tarde, a decisão já estava tomada. Daí foi socializando, os próprios integrantes dos outros município, dos outros movimentos, das outras comunidades, elas também tomaram a decisão de afunilar o grupo das negociações. O grupo das negociações ficou assim: CPT, Moquibom, Aconeruq, sindicatos rurais, representantes da religiosidade de matriz africana, então a gente formou a equipe de representação para negociação, a gente sentava, reunia a pauta, levava para Assembléia Geral e se fosse aprovada da Assembléia Geral, a gente soltava para a polícia, o próprio INCRA, o próprio Ministério Público, Direitos Humanos, tudo a gente negociava. Uma coisa que a gente não negociou, a gente pegou todo mundo de surpresa, porque ali nós pedíamos titulação das terras, aceleração do processo de Camaputiua para titulação das terras de Camaputiua. A conclusão do laudo e da titulação da comunidade no Nêgo Flaviano e das outras comunidades, certificação das outras comunidades onde não tinha certificação e proteção à vida. A gente fez o levantamento do Maranhão, no primeiro momento nós conseguimos 89 ameaçados de morte, onde até a própria antropóloga do INCRA era ameaçada, durante a manifestação ela sofreu ameaça. Como Direitos Humanos, como a Fundação Palmares, como a SEIR, a Superintendência Nacional do INCRA, não podiam participar, não podiam vir, só podiam mandar representante, aí a gente fez uma reflexão, se nós não tínhamos apoio das grandes autoridades, na verdade quando nós voltássemos da manifestação, os assassinos já estariam na nossa porta para nos matar. Então tomamos uma decisão, um grupo uma 19 pessoas, de lançar a greve de fome e pegamos todo mundo de surpresa, onde as pessoas achavam que isso nunca ia acontecer, não estava na ideia de alguém. Qual foi a nossa reflexão? Se nós tivéssemos que morrer, na bala, no chegar de casa, nós preferíamos morrer no INCRA, para todo o Brasil saber, todo mundo saber que os quilombolas morreram no INCRA, porque o INCRA não fez nada, porque os ministros não puderam vir atender as demandas das necessidades dos quilombolas, então foi essa nossa decisão.





*“Cabeça” durante a mobilização no INCRA, em 2012  
: Arquivo pessoal de Cabeça*

## **Greve de Fome**

Quando foi decretado a greve de fome, então foi imediato, o próprio INCRA sugeriu que tivesse acompanhamento médico, porque uma greve de fome tinha que ter orientação médica, então veio cobraram dos direitos humanos, foi pressionado, na verdade os Direitos Humanos, a Secretaria do Estado dos Direitos Humanos, com a SEIR que visse essa situação, porque os que estavam ali, estavam para morrer e não estavam nem ai com o que acontecesse e a queda era para o Estado. Então o Estado disponibilizou uma enfermeira, uma ambulância e que o médico ficasse a qualquer hora. De duas em duas horas, de três em três horas era medida a pressão, todo acompanhamento e as pessoas que eram hipertensos, não podiam fazer greve de fome, o médico orientou que não fizesse, mas como era uma decisão para, aconteça o que acontecer, as pessoas que não podiam fazer greve de fome fizeram até o final.





*“Cabeça” durante a greve de fome na mobilização do INCRA, 2012*

*Foto: arquivo pessoal de Cabeça*

Nós tivemos um grande parceiro que foi o diretor espiritual que foi o nosso Dom Xavier, o bispo de referência da Cáritas, o bispo de referência da CPT, o bispo que vai ficar sempre como o bispo diocesano de Viana. Então nós tínhamos o acompanhamento direto do Dom Xavier, que ia celebrar de manhã, ia celebrar meio dia, ia celebrar a noite, conversar, orientar, nos alimentar espiritualmente, uma ajuda muito significativa. O médico também nos orientou que nós ficássemos, numa área isolada, não ficássemos naquele tumulto. Então a partir dali foi criado um outro grupo de negociação. O grupo que entrou em greve era o grupo que fazia a articulação. Dali quando nós saímos da sala que a gente ligou para Brasília que eles disseram que não podiam vir, ai nós dissemos - acabou a negociação, só isso. Decretamos a greve de fome, foi comunicado o Estado, o jornal estava ali. Aí caiu no ouvido da presidente Dilma ai ela ficou pedindo que fosse suspenso, que fosse feito negociação, para a gente ouvir a negociação. Certo que foi negociado a vinda deles, não era naquele momento mas era em outro momento.

A gente saiu, não dizendo que tinha acabado a greve de fome, foi suspensa, apenas suspensa, a greve de fome, que a gente poderia voltar e dar conti-





nuidade ao processo de greve de fome, se caso não fosse cumprido o que foi acordado, que era a vinda dos ministros.

Ficamos em uma sala com ar condicionado. A gente botou colchonete, a gente ficou o tempo todo deitado, e eram coordenadas as visitas, não era livre, tinha o horário de visita, e o número de pessoas para visitas, tinha os minutos, para entrevista, cada jornal que podia tirar foto.

Eram os próprios quilombolas, com a orientação do bispo e da equipe médica, ficavam ali realmente coordenando. Até porque a gente entrou em greve de fome total, a gente parou tudo, e aí o médico falou que nós entramos em greve de fome e não de sede, então a gente deveria manter tomando soro para reidratar, que não deixasse de tomar o líquido. Tomava água, mas mais o soro do que a água, e que ficasse mais deitado do que sentado. Sentado somente na hora das visitas, o resto deitado. Era uma sala bem ampla que só tinha acesso a equipe de coordenação, que estava negociando, porque a negociação não ficou mais com a platéia. Mesmo que a platéia dissesse, nós vamos aceitar essa negociação, mas quem dava a decisão final era o grupo que estava em greve de fome.

Foi meio dia que a gente aceitou a negociação, mas que a gente só iria suspender a greve às 19:00 horas, porque eles tiveram carreira de firmar a negociação e a gente suspender logo a greve, então a gente deu mais de meio dia ainda e suspender só às 19 horas, aí foi que veio a orientação médica de que a gente não se alimentasse, quando sáísse da greve de fome era para ter bastante fruta para a gente não comer comida mesmo. Na verdade, quando a gente saiu dali, a gente foi comer alguma coisa por volta de meia noite, porque ali a alimentação espiritual ela tava maior que a da barriga.

Foi significante, não houve 100% das nossas reivindicações, mas deu uma acelerada, porque nós tivemos nove comunidades no município de Viana, titulada pelo Estado, que estava dentro da exigência que o Estado desse continuidade no processo que era do Estado. Essa questão discriminatória dos campos naturais, um processo que está na justiça e a questão dos laudos de acelerar o processo de titulação. No caso nós tivemos a vinda dos Direitos Humanos do Estado, da SEIR aqui em Camaputíua, veio também a equipe de direitos humanos de Brasília, aqui com a Polícia Federal. Foi criada uma equipe do Estado, da segurança, especificamente para tratar dos quilombolas, tipo a polícia quilombola, que é para tratar desse assunto. Foi iniciada a consulta no território. Também dado início ao laudo antropológico que era





para encerrar agora em dezembro. Com esse negócio de final de ano a gente ainda não sabe como está, mas foram feitos os levantamentos, as pesquisas, muitas coisas foram encontradas que a gente achava que ia ter muita dificuldade. Um dos grandes passos também que fortaleceu muito essa caminhada. Por exemplo: uma das grandes coisas antes da documentação foi a consciência das pessoas em resistir que tinha um grupo pequeno, hoje estamos um grupo muito maior, e isso eu associo ao trabalho que foi feito pelo cartografia, foi um dos primeiros na aceleração do processo da titulação, eu lembro que na defesa da questão da queima da casa a gente utilizou os marcos do cartografia, em defesa que a gente conseguiu, o juiz revogou. Eu lembro que o advogado disse: - eu vou cansar o juiz, botou aquele artigo que saiu no Insurreição de Saberes, no livro das companheiras e companheiros, “quem como manga não pode tomar leite”, os pontos de GPS do cartografia, sei que é um processo muito grande, e o juiz veio e revogou a decisão e encaminhou para a Justiça Federal. Então eu digo que fortaleceu muito essa pesquisa do cartografia, e que se não tivesse faltado recurso para sair o fascículo, de sair o mapa mesmo já originado da Cartografia Social, estaria muito mais forte.

### 3.3.7 A Morte do Irmão

Eu sempre coloco que a morte de meu irmão foi assim, nem coloco que foi o meu irmão que morreu, o assassinado foi eu, eu digo que foi eu que fui assassinado a partir dali, porque ele era o elo de comunicação que eu tinha direto, qualquer dificuldade que as pessoas tinham de se comunicar comigo, mas ele era o ponto de referência que não falhava, podia ser de dia, podia ser de noite era uma comunicação forte era ele, qualquer situação era ele, às vezes quando eu não tinha moto, a moto esbandalhou, que ele comprou moto, que eu não tinha como me deslocar, ele deixava de fazer o serviço dele, que ele era moto táxi, se eu precisasse da moto uma semana ele me dava a moto para eu fazer um trabalho nas comunidades, então ele era um braço direito, um braço e uma perna.

Qual foi a estratégia? Vamos quebrar o braço e a perna dele, e aí ele recua. Eu sentir muito, isso na verdade ainda não passou, como nunca vai passar e também o que mais me dói é que os verdadeiros assassinos do meu irmão estão soltos, tentando me matar, tentando matar a mãe dele, ou seja, a nossa tia Maria Antônia, mas nem com isso a gente recuou, até porque Deus diz





assim: “não tenha medo de quem mata a carne, mas sim o espírito”. Então Genialdo para mim não morreu, ele para mim continua do meu lado no dia a dia, e me dá mais força para eu lutar, eu nunca recuei e nunca vou recuar, enquanto eu lembrar que eles tiraram a vida do meu irmão, ou seja, tiraram a vida deles, porque meu irmão vive, meu irmão vive no coração de cada um das famílias, de cada um que tiveram a oportunidade de conversar, de conhecer, de ele ser o guia, ele mora dentro do coração dessas pessoas, foi um tipo de ameaça, uma ameaça direta, para mim, que atingiu o coração, mas não matou o coração. Deus disse: “feliz aquele que chega até o final, porque se o sal perder o sabor, para que serve? Então se eu recebi um talento eu tenho que fazer esse talento funcionar. E eu digo assim, o que me mantém vivo é a fé, é uma fé que foi deixada pelos nossos antepassados, deixaram para a gente, porque eu tenho certeza que Pruquera quando veio se mudar para Roncador, ela sabia que o Deus libertador através do Roncador, não deixaria que os feitores agarrassem mais ela.

#### 4 DEPOIMENTOS DE CABEÇA

##### Depoimento de Cabeça no

**SEMINÁRIO: “Territorialidades ameaçadas e conflitos étnicos no Maranhão”, CCN – 30 de setembro de 2011**

**Realizado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNC-SA)/ Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA)/ Associação de Pesquisadores da Amazônia (ASPA)**

**Local: Escola de Música/ Praia Grande**

Eles ameaçaram a gente e disseram: não é para brincar não, na hora que eles partirem para cima é bater e meter fogo, porque eles podem estar armados. Eles disseram que a gente estava armado. Por via de sorte a gente não estava lá e os que estavam não eram como eles estavam dizendo. Mas eu tenho certeza que se eu tivesse no momento da ação eles não iam procurar saber se eu ia conversar ou se eu ia atirar, eles iriam me atirar, porque a notícia que os fazendeiros estavam dizendo para eles é que eu era o mais perigoso, era o





chefe do bando, assim como ele diz na denúncia e o juiz expediu o mandado de reintegração de posse.

Dizem explicitamente que eu era o “chefe da gangue”. Inclusive tem um relatório que vêm ao Ministério Público ao INCRA que tem essa situação que me chama de “traficante, de organizador de quadrilha”, isso porque quando em 2000, esses senhores chegaram lá em Camaputiua e dizendo aqui vocês não vão fazer roça, aqui vocês não vão criar porco. Um quilombo que não tem criação de suíno, ou não é quilombo, ou já está em situação bem de miséria, porque gado ele não pode criar, a única criação que ele pode ter é um pato, é uma galinha, é um suíno. Eles começaram a matar, matar mesmo abertamente que o seu animal estava em sua frente, eles chegavam matavam e ainda perguntavam, achou ruim? Com certeza se alguém dissesse que achava ruim, eles fariam o mesmo que fizeram com o animal. E essas denúncias nós já fizemos em todos os órgãos. De 2000 nós já estamos em 2011 e pergunte se já teve alguma audiência com esses senhores, nenhuma, e eles continuam andando armados na comunidade, continuam ameaçando e nada é feito. Sabe quando é que a justiça vai acreditar que tem ameaça no território de Camaputiua? Quando “Cabeça” tombar, quando Maria Antônia tombar, quando os que estão na linha de frente de defensores de direito tombar, ai sim, eles vão acreditar, vão botar no jornal e dar proteção para um que escapou e o resto vai morrer lá. E essa ameaça não é uma ameaça, simplesmente uma ameaça de arma de fogo, na verdade os que estão na linha de frente de defensores de direito é nessa base, mas os outros companheiros já estão também ameaçados, porque você sai, não anda 200 metros da comunidade encontra uma cerca eletrificada e essa cerca ela fecha a estrada que dá acesso da comunidade ao município de Penalva, você tem que passar por duas porteiras e com cuidado porque se não tiver cuidado vai ser eletrocutado. Já aconteceu de uma senhora mãe de três filhos ficar deficiente da mão porque não sabia que a cerca estava eletrificada e pegou, Deus ajudou, ela gritou e as pessoas vieram e ajudaram. Então a ameaça está ali, não somente “Cabeça” que está ameaçado. O costume dos quilombos é que os jovens, os adolescentes vão pegar o pescado nos igarapés, nos puções como a gente chama lá na Baixada, para sobreviver, para chegar nesses locais estão cheios de cercas eletrificadas. Fizemos uma denúncia com fotografias coloridas e encaminhamos para o IBAMA e o IBAMA nunca foi ver, ele acha que aquela fotografia que foi em anexo a denuncia foi montagem, que não existe essa





cerca. E a cerca está lá já causando danos e os animais da comunidade não podem mais utilizar a pastagem natural e o campo que estou falando, são campos de preservação permanente dentro do território e estão tomados por criação de bubalinos, plantio de arroz utilizando agrotóxico que vai envenenar o peixe, depois vai envenenar o sujeito. Então a ameaça nos quilombos, principalmente nos quilombos da Baixada, está para todo mundo, então isso é negação de direito, isso é tapar os olhos, dizer que não está acontecendo nada, ou então deixar que esses pretos todos morram, que ai a gente tem como fazer os grandes projetos de desenvolvimento.

Esse linhão que está passando em Viana, que nenhuma comunidade tem um pé de pequi que produz centenas de pequi todos os anos para aquela comunidade, o linhão não pode fazer a curva, tem que tirar o pé de pequi. Pode ser o único que tem dentro do território, mas tem que sair de lá porque o linhão é desenvolvimento, vai melhorar a eletrificação, vai melhorar a vida daquele povo, é empurrar de goela abaixo, isso é ameaça, é negação de direito. Nós fizemos um levantamento aqui no acampamento Negro Cosme onde conseguimos identificar oitenta e poucos ameaçados, os que estão mais ameaçados, aqueles que estão levemente a gente nem considerou, porque aqueles que estão ameaçados que já houve tentativa não são ameaçados para a justiça!

### **“Cabeça” no Encontro das comunidades quilombolas em Penalva - 2012**

Eu iniciei, o primeiro movimento que eu conheci foi da igreja. Em 1995 quando começou os conflitos dos búfalos, recebi muitas ameaças, fui preso três vezes, por formação de quadrilha, por roubo de gado na Baixada. Lembro muito bem que na última vez que fomos presos sete companheiros estavam na furtos e roubo. E dai a gente começou a ingressar nos movimentos CPT, MIQCB, Movimento Negro, diretamente foi através do fórum para resolver o problema dos búfalos. Após a chegada do Projeto Nova Cartografia Social, as pesquisas iniciadas, acordou as autoridades.

Após a chegada do Cartografia Social, acordou as autoridades e uma coisa que me marcou muito essa importância do Cartografia Social para aquele quilombo foi a questão judicial, quando o juiz determinou o despejo de uma família, uma filha daquele senhor que morreu, por pouco não foi queimada, não sabia que estava tocando fogo na residência, por conta de uma decisão





judicial, ai veio os direitos humanos, mas o juiz já sentenciou.

Na apelação, o advogado fez toda uma papagaiada e colocou nessa documentação. Foi uma tese que o Dorival defendeu, e que diante disso o juiz revogou a decisão.

Na hora em que o INCRA fez o mapa de Camaputua foi em cima desse trabalho do Cartografia. Teve resultado, resultado positivo, não foi negativo. Diante de toda luta não é Cabeça que é dono da história, mas sim do povo que não desistiu, que não se curvaram diante das algemas. O que me manteve vivo foi a última prisão. Quando eu cheguei de São Luis, tinha cerca de 5 mil pessoas nos chamando de herói, de guerreiro.

A questão de ameaça, que já fizeram barricada contra mim. Eu tenho medo que morra o espírito, mas meu corpo não.

Eu sou 24 horas monitorado, os fazendeiros sabem onde eu estou. Eu uso cavanhaque, para ficar diferente do meu irmão, para que meu irmão não seja confundido comigo e morra. Eu queria ser livre, ir paras as festas sair na hora que eu quiser, mas eu não sou livre, porque eu tenho uma missão. E por isso que eu vivo na luta.

O irmão Lourenço que a gente vivia na luta, no dia que ele foi ameaçado, foi assassinado. Quero dizer a vocês que sejam fortes, sejam firmes, vamos expandir esse trabalho do Cartografia Social, vamos no Maranhão todo, porque isso vai evitar muitos problemas. Só dentro do nosso território nós temos 25 comunidades, desde o rio Pindaré, até Cajari, o território Camaputua.

Uma coisa que eu não posso esquecer é que vamos ter que aprender a votar, porque quando a gente fala que não precisa de política, é mentira.

A nossa escritura de Camaputua é de 1932 e fomos reconhecidos pela Fundação Palmares. E hoje a gente é condenado a devolver, a pagar, confiscar os bens e já foram fazer levantamento até uma balança de um tio meu já foi confiscado. Nossas coisas estão de penhora.



## POSFÁCIO

*Cynthia Carvalho Martins, antropóloga, (UEMA)*

No livro Resistência e Fé: “Cabeça”, narrativas de um quilombola, de Ednaldo Padilha, a resistência cotidiana das famílias quilombolas, desde os engenhos de cana-de-açúcar do período colonial, até o presente, se apresenta no ato de narrar situações cuja consistência, vivenciada de modo localizado, passa a ter a possibilidade de ser dita para além da comunidade. Um dizer que é de todos, proferido e condensado em práticas e saberes relativos a um modo próprio de relação com os recursos naturais, que pressupõem a preservação e a relação com os seres míticos. Eles é que protegem as êras e são evocados nas lutas rotineiras em defesa da territorialidade.

Esse modo de vida é narrado por Cabeça, cuja trajetória está ligada a pelo três Engenhos que se localizaram na denominada Baixada Maranhense: Sansapé, Santa Severa e Kadoz. As mulheres referência de seus antepassados foram escravas nesses Engenhos. Pisciliana, levada de Sansapé para o Engenho Santa Severa, passando a trabalhar como taixeira, trabalho descrito como assemelhado ao de uma regente, imprescindível à feitura do açúcar pois consistia em dar o ponto em todos os tachos do referido Engenho; Kadoz, através de Pruquera Viveiros, que fugiu desse Engenho para fundar o quilombo Mangueira e Santa Severa, através de Vicença Padilha.

A narrativa de Ednaldo Padilha melindra formalidades classificatórias como as que tentam interpretar o dito, comprovar sua veracidade ou mesmo reconstituir aspectos históricos a partir da chamada “história oral”. Apesar de narrado individualmente os relatos apontam para uma construção coletiva marcada descrições pormenorizadas das situações de conflito cuja temporalidade é marcada por uma permanência no que se refere às formas de submissão e as resistências, seja ao regime escravocrata praticado nos designados



Engenhos, à recusa em aceitar o sobrenome Viveiros e adotar o sobrenome de Santos em alusão a São Benedito, protetor das famílias ou ainda, mais recentemente, fazendo greve de fome em instancias governamentais.

Ressalta-se que o dono do Engenho Tramaúba, que desmembrou do Engenho Kadoz, era filho do Barão de São Bento e neto do senador Jerônimo de Viveiros. Assim a família de Cabeça, escrava dos Viveiros, herdou o sobrenome, recusado a partir da geração posterior a de Pruquera Viveiros, a geração de sua filha, Maria José, fundadora do quilombo de Camaputiua.

Nas narrativas há a concentração de um tipo de classificação que sempre esteve submersa, encoberta e estigmatizada pela ocidentalidade documental, racional e autoral, consagrada via escrita e apropriada individualmente. Nas narrativas de Cabeça o saber é antes de tudo construído por famílias que, mesmo subordinadas a trabalhos forçados sempre lutaram pela liberdade dos seus modos de vida contra uma dominação que se arrasta por séculos e que fez com as práticas e saberes fossem silenciadas em nome de uma versão oficial da história da escravidão no Maranhão.

O processo de construção do livro se deu a partir da interação do senhor Ednaldo Padilha com o pesquisador Dorival dos Santos, discente do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, nascido em Baiano, Cajari, com relações profundas com as famílias de Camaputiua e envolvimento nas lutas pela manutenção dessa territorialidade. Dorival, apesar de nascido em Cajari, passou por rituais de inserção junto ao grupo e compartilhou visões e concepções de suas vidas. Em suas primeiras idas a Camaputiua visualizou revoadas de vaga-lumes que anunciavam sua aceitação como pesquisador. Cujas presença foi permitida por Zé Agudo, Roncador e os demais donos de êras. Essa interação diferencia esse trabalho das chamadas narrativas de testemunho, história de vida, história oral ou mesmo estudos memorialistas. Está em jogo um pertencimento compartilhado com o grupo no qual o autor desaparece ao expor um saber impossível de ser apropriado individualmente.

O estilo literário da narrativa é expressão da insubordinação aos cânones da cientificidade incapaz de moldar e apresentar as práticas tais como exercitadas. Qualquer interpretação das mesmas como ficcional deve-se ao distanciamento que o leitor impõe às formas de classificação diferenciadas das suas.

Os depoimentos foram classificados a partir de entrevistas realizadas por





Dorival dos Santos no período de seis anos. Essas entrevistas foram lidas na íntegra juntamente com Cabeça, classificadas e relidas após classificação de maneira conjunta entre Dorival e Cabeça. Participei de 3 reuniões de leituras com duração de um dia completo cada uma delas, nas quais liamos juntos as narrativas das quais desabrochavam outras que incorporamos ao livro. A transcrição das narrativas se materializam em palavras que transgridem fronteiras e expressam uma forma de luta que busca o reconhecimento de uma territorialidade e de um saber atualizado que se reproduz em contraposição a aquele considerado legítimo.

As narrativas de Cabeça reforçam a reprodução de práticas repassadas de pais para filhos, relacionada às técnicas de uso que aliam preservação, incluindo os roçados, cujas terras de plantio que descansavam 5 anos e que, atualmente, em função dos cercamentos e plantio de capim, estão em permanente reutilização, diminuindo a produção agrícola.

Contemporaneamente as famílias estão em processo de luta pelo reconhecimento junto ao INCRA do território Camaputiua como quilombo. Camaputiua passou a ser a designação de todo o território reivindicado como quilombo e, em ato de resistência as famílias recusaram a adotar o nome do antigo engenho de Tramaúba.

Na denominada Baixada Maranhense, local de concentração dos Engenhos de cana-de-açúcar e algodão, posteriormente desagregados, os conflitos são recorrentes, cristalizados por dominações que perpassam o tempo da escravidão e que, continuamente, se atualizam em práticas arraigadas nos costumes locais de fazendeiros. Dominações que se reproduzem em concepções e em um tipo de tratamento já consagrado aos que sempre estiveram fora do alcance da condição de legitimidade.

A resistência dessas famílias ocorre na recusa à dominação dos fazendeiros, marcadas por atos de violência e às dominações produzidas e reproduzidas por mecanismos institucionais, atualizadas por atos do Estado. E, só pude entender o sentido de irmandade recentemente, em outubro de 2014, ocasião em que me dirigi a Penalva juntamente com a filha da senhora Maria Nice Machado Aires, quilombola, quebradeira de coco Penalva, para o enterro de Martinho Aires Filho, assassinado brutalmente, decapitado, com órgãos sexuais extirpados. Ao chegar ao povoado de São Joaquim, presenciei a família Aires e Santos abraçadas e chorando a passagem do que denominam um irmão. Ali percebi que os atos de tortura se atualizam e se legiti-





mam em interpretações que estigmatizam o violentado. A família de Nice Machado Aires e Cabeça se irmanam na luta contra a violência. O irmão de Cabeça foi assassinado em função de ter sido confundido com o próprio Cabeça. Cabeça, durante a feitura desse livro, ao narrar esses atos de violência, inconformado, aliando o que quis se impor como separado: o individual e o coletivo; a religião e a política; o visível e o invisível e, em última instância, a vida e a morte. A trama da união da fé e resistência.

É contra esse território sagrado, dividido em êras, cada êra com um dono, que os capangas de fazendeiros matam pessoas que defendem a vida, os campos, o fim das cercas, o sistema de uso comum, os sistemas de cura e de trocas materiais e simbólicas. Que se colocam armados e ameaçando as famílias, que incendiam as casas de taipa e palha. Nas árvores seculares, algumas que orientam práticas rituais, desenham bonecos com a feição dos moradores e passaram a atirar, ameaçando matar as pessoas. A interrupção de vidas ou tentativas de morte aparecem nas narrativas como afirmação da vida espiritual e da própria luta.

Construir um território implica em saber movimentar-se nele desbaratando os perseguidores. Como Garabombo no Peru; como Mackandal, no Haiti; como dona Maria Batisa, em Alcântara, a invisibilidade faz Cabeça escapar ao que vem a se impor – as fronteiras definidas externamente. E integrando-se à natureza compartilha a força das crenças coletivas com todos nós. Tal como Mackandal, para Cabeça, a invisibilidade é uma forma de luta. Mackandal, de metamorfose em metamorfose, estava em todas as partes, visitava as terras, um dia com asas, outro galopando, outro adentrando o curso dos rios e as cavernas, copas das árvores e reinava na ilha inteira (CARPENTER: 1973, p. 16). Cabeça expressa na sua invisibilidade um profundo conhecimento do território que alia suas divisões em êras a entidades protetoras; que recebe avisos continuamente de seres que orientam a manutenção da natureza, dos fites que guiam os caminhos.

A leitura nos leva a pensar como Carpentier, que a presença do Real Maravilhoso é um patrimônio de toda América. (CARPENTIER: 1973, p.3). Está onde existe a possibilidade de luta pela manutenção e recriação de modos de vida ameaçados pela hegemonia de um modelo de civilização, que até hoje se atualiza em sutilezas de ocultamente das diferenças.





## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Berno. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: UFAM, 2008.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 2000.

BENEVENUTO, Silvana. O Reino deste Mundo- A história do ponto de vista dos oprimidos. Baleia na Rede – Revista online do Grupo de Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura.

CARPENTIER. Alejo. El reino de este mundo. Colección ideas, letras y vidas. Cia General de Edições, S.A, México, 1973.

MARTINS. Cynthia. Et al. Insurreição de Saberes. Práticas de Pesquisa em comunidades tradicionais. Manaus: UEA, 2011.

NUNES. Patrícia Portela & RIBEIRO, Domingos. Histórias do padrinho Domingos. O doutor de ossos de Canelatiua. Manaus: PNCSA-UEA/UEA Edições, 2011.

